

Comunicação no Semiárido Brasileiro

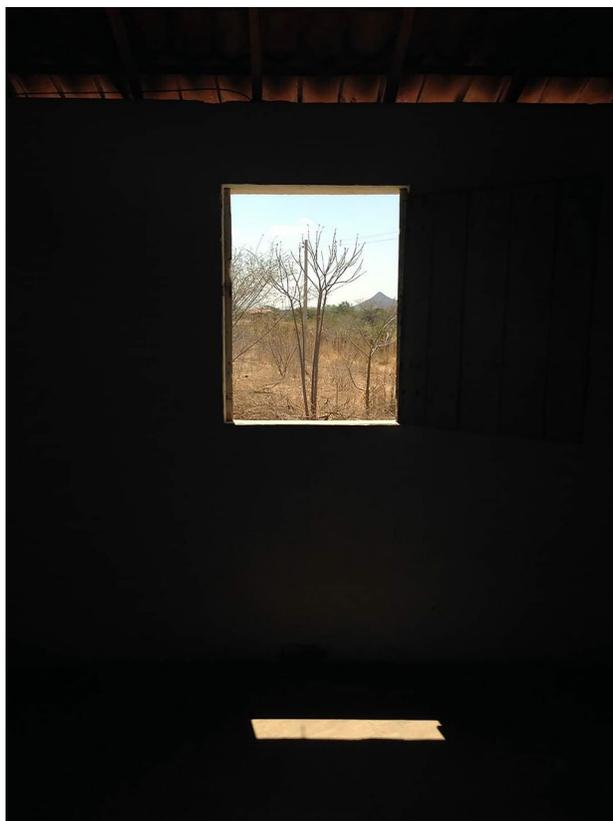


Sandra Raquew dos Santos Azevêdo (org.)



Sandra Raquew dos Santos Azevêdo
Organizadora

Comunicação no Semiárido Brasileiro



Marca de Fantasia
Paraíba - 2021

Comunicação no Semiárido Brasileiro

Sandra Raquew dos Santos Azevêdo (org.)

2021 - Série Veredas, 48



MARCA DE FANTASIA

Rua Maria Elizabeth, 87/407
João Pessoa, PB. 58045-180. Brasil
marcadedefantasia@gmail.com
www.marcadedefantasia.com

A editora Marca de Fantasia é uma atividade da Associação Marca de Fantasia (CNPJ 09193756/0001-79) e do NAMID - Núcleo de Artes e Mídias Digitais do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB

Editor/Designer: Henrique Magalhães

Conselho Editorial

Adriana Amaral - Unisinos/RS; Adriano de León - UFPB;
Alberto Pessoa - UFPB; Edgar Franco - UFG; Edgard Guimarães - ITA/SP;
Gazy Andraus, Pós-doutoramento na FAV-UFG; Heraldo Aparecido Silva - UFPI;
José Domingos - UEPB; Marcelo Bolshaw - UFRN; Marcos Nicolau - UFPB;
Marina Magalhães - Universidade Losófona do Porto; Nilton Milanez - UESB;
Paulo Ramos - UNIFESP; Roberto Elísio dos Santos - USCS/SP;
Waldomiro Vergueiro, USP; Wellington Pereira, UFPB

Capas: Fotos de Sandra Raquew

Imagens usadas exclusivamente para estudo de acordo com o artigo 46 da lei 9610, sendo garantida a propriedade das mesmas a seus criadores ou detentores de direitos autorais.

ISBN 978-65-86031-28-7

Sumário

6. Prefácio

I Parte

12. Juventudes Rurais e Convivência no Semiárido:
Digitalização dos processos sociais no semiárido paraibano
Alisson Callado

44. Observatório do Jornalismo no Semiárido:
o discurso da convivência com a seca/semiárido e seu agendamento na
imprensa e nas campanhas eleitorais nas Eleições 2014
Carlos Alberto Farias de Azevêdo e Sandra Raquew dos S. Azevêdo

102. Representações sociais sobre mulheres rurais
no Boletim da Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA
Catarina de Angola Oliveira Silva e Maria Salett Tauk Santos

123. Imaginário e construção histórica nas HQs
sobre o semiárido brasileiro
Paulo Ricardo Ferreira Floro Costa

144. A Educomunicação no contexto das práticas de convivência com o
Semiárido: a experiência do projeto Semiárido em Tela
Raquel da Silva Santos



II Parte

Imprensa e Transposição do Rio São Francisco

167. Transposição do Rio São Francisco:
um estudo da agenda-setting do jornal Folha de São Paulo (2017-2018)

Marcelo Augusto Vieira e Sandra Raquew dos Santos Azevêdo

188. Um olhar sobre a Transposição do Rio São Francisco:
a agenda midiática do Jornal do Comércio online

Maria Tatiana Lima Costa e Maryellen Badãrãu

213. Transposição do Rio São Francisco:
atributos e enquadramentos no Portal Correio da Paraíba

Anderson Santana



Prefácio

Este livro nos fala, em primeiro plano, sobre uma relação afetiva com o Semiárido Brasileiro, por compartilharmos, aqui, jornadas de pesquisa, escrita, esperança e, ainda, o testemunho sobre transformações sociais nesse Território do Brasil que enfrentou um profundo processo de estigmatização ao longo do tempo, mas que, nas últimas décadas, vem se reconstruindo como expressão de renovação de práticas sociais voltadas à cidadania, à sustentabilidade ambiental e à afirmação da dignidade humana, apesar de todos os desafios existentes no Brasil.

Nascemos e vivemos aqui no Semiárido brasileiro. Esse não é apenas um ponto de partida, é o lugar do conhecimento situado, é de onde exercitamos nossa “pedagogia da pergunta”, numa concepção freireana de pensar. Aqui é nosso lugar de pertencimento. Observamos este lugar a partir de suas entranhas porque somos parte dessa história que nos significou, nos nomeou na geolocalização do país de um modo desigual, propositadamente. Retornar a olhar para esse território brasileiro, enquanto experiência de investigação social, certamente, trouxe muitas provocações e estímulos, pois todos os símbolos e processos vividos são parte de nossa memória social e identitária.

Em 2012, o *Observatório do Jornalismo no Semiárido* começou a reunir uma equipe de pesquisa em torno de uma reflexão mais sistemática sobre questões que atravessam o debate acerca do Semiárido Brasileiro, tendo por particularidade observar, refletir e propor, a partir dos estudos no campo da comunicação, considerações a respeito do Semiárido. Vale aqui salientar que a compreensão que atravessa o Objor Semiárido é a da comunicação enquanto direito humano.

Naquele momento, estávamos atravessando mais um período de estiagem, e nos coube propor uma extensa análise sobre as práticas de agendamento midiático no que tange a questão do discurso sobre a seca diante de uma narrativa emergente em torno da convivência com o Semiárido e sua interface com a agenda das Eleições 2014. Com o apoio do CNPq, pudemos manter um trabalho de pesquisa, aprofundando leituras, e realizar, durante três anos, a prática de monitoramento de mídia, analisando a agenda-setting produzida no período entre 2013-2015 pelos jornais locais. Os resultados desse trabalho estão presentes no texto “Observatório do Jornalismo no Semiárido: o discurso da convivência com a seca/semiárido e seu agendamento na imprensa e nas campanhas eleitorais nas Eleições 2014”, escrito em coautoria com o professor Carlos Alberto Farias de Azevêdo Filho.

Esse texto traduz a experiência de fomento entre estudantes de graduação, no curso de Jornalismo e Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas da Universidade Federal da Paraíba, de uma prática de pesquisa voltada à análise da cobertura no jornalismo impresso sobre a última estiagem e temas relativos às práticas de convivência com o semiárido paraibano, refletindo sobre a construção social desse agendamento, seus enquadramentos e atributos constituídos pela imprensa local, num período caracterizado como uma das maiores secas da região.

Como desdobramento dessa pesquisa, percebemos que a pauta da Transposição do Rio São Francisco se intensificava nos jornais e portais nesse período, como também figurava nos programas eleitorais dos candidatos. Daí, nos debruçamos um pouco mais na cobertura da imprensa sobre a Transposição do Rio São Francisco nos anos que se seguiram e a disputa política pela paternidade em torno da obra. Esses resultados se encontram na segunda parte dessa publicação que incluem os textos: “Transposição do Rio São Francisco: um estudo da agenda-setting do jornal Folha de São Paulo (2017-2018), de Marcelo

Augusto Vieira e Sandra Raquew dos Santos Azevêdo”; “Um olhar sobre a Transposição do Rio São Francisco: a agenda midiática do Jornal do Comércio online, de Maria Tatiana Lima Costa e Maryellen Badã-rãu” e “Transposição do Rio São Francisco: atributos e enquadramentos no Portal Correio da Paraíba”, de Anderson Santana.

Na verdade, não é de hoje que o projeto de Transposição do Rio São Francisco é um dos tópicos da agenda-setting, quando se aborda a questão da estiagem no Semiárido brasileiro. A construção dos cenários de representação na política e na mídia sobre esse tema na Opinião Pública aponta nuances fundamentais sobre o debate em torno das grandes obras hídricas que continuam a fazer parte da agenda pública entrelaçada, muitas vezes, à agenda eleitoral. É uma temática recorrente que fez a travessia entre séculos, do Brasil Império à República, mantendo-se vinculada à construção de um imaginário acerca desse território e sua instrumentalização político-partidária em períodos específicos de disputa, em que a população do semiárido brasileiro, especialmente o Nordeste, tem um papel preponderante nos rumos do pleito eleitoral.

Essa experiência inicial ampliou o escopo do debate e a agenda de pesquisa do Objor, problematizando a comunicação a partir de sujeitos sociais, como as juventudes rurais, conforme podemos observar no texto “Juventudes Rurais e Convivência com o Semiárido: digitalização dos processos sociais no semiárido paraibano”, de Alisson Callado. O trabalho resulta de sua pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Mídia (UFRN), em que analisa impacto das mídiatizações contemporâneas em territórios de exclusão infocomunicacional através das juventudes rurais no ciberespaço, imersos em uma nova lógica paradigmática territorial.

Percebemos, nesse período de pesquisa, uma crescente do feminismo no contexto da mobilização e organização das mulheres rurais, das agricultoras. A reflexão sobre o protagonismo das agricultoras familia-

res no campo da agroecologia se vinculou, nessa primeira década do século XXI, à intensificação do debate sobre as relações de gênero no mundo rural. Desse modo, as mulheres rurais se fazem presentes no trabalho das pesquisadoras Catariana de Angola Oliveira e Maria Salett Tauk Santos (Universidade Federal Rural de Pernambuco), no estudo a respeito das “Representações sociais das mulheres rurais no Boletim da Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA”. Nele, as autoras realizam um estudo sobre as representações sociais de mulheres trabalhadoras rurais a partir de uma experiência de comunicação comunitária, observando de que maneira o boletim estimula à participação ativa das mulheres e contribui para construção do desenvolvimento local.

O estudo do semiárido brasileiro, por meio do universo simbólico, também está presente no texto do pesquisador e especialista em narrativas em quadrinhos, Paulo Floro, sobre “Imaginário e construção histórica nas HQs sobre o semiárido brasileiro”. Estudo que soma às demais análises acerca do imaginário do semiárido nas artes, discutindo, a partir de diversas Histórias em Quadrinhos, a construção de um imaginário sobre o sertão e o indivíduo sertanejo, por vezes, situada na dualidade “atrasado x moderno”.

Ao longo das últimas décadas, muitos projetos de inovação no campo da comunicação têm redesenhado os processos comunicativos no Semiárido brasileiro, a exemplo do Semiárido em Tela, que foi foco da investigação da pesquisadora Raquel Silva. A autora, no texto “A Educomunicação no contexto das práticas de convivência com o Semiárido: a experiência do projeto Semiárido em Tela”, reflete como os documentários produzidos nessa prática educacional articulam imagens de convivência com o Semiárido, e de que maneiras as produções audiovisuais transformam os modos de ver e estar nesse lugar. A pesquisa traz, ainda, uma reflexão sobre a Metodologia Comunicativa Crítica na trajetória de análise de práticas educacionais, por meio da realização de grupos de discussão com os integrantes do Semiárido

em Tela nos municípios de Nova Palmeira (PB); Ibimirí (PE); Remígio (PB) e São João do Cariri (PB).

Os resultados das pesquisas reunidas pretendem somar-se aos estudos sobre o Semiárido Brasileiro, a partir de uma perspectiva comunicacional, considerando a emergência, desde meados dos anos 1990, de um paradigma de convivência com o Semiárido, no qual a comunicação comunitária, sobretudo, vem desempenhando um relevante papel, não como parte secundária do processo de emancipação social nesse espaço, mas, sim, enquanto experiência de construção de conhecimento acerca desse território brasileiro, prática de mobilização e organização social e expressão de um ecossistema específico capaz de uma nova significação, pelo viés da dignidade humana, os atores sociais existentes nesse território brasileiro.

Profa. Dra. Sandra Raquew dos Santos Azevêdo
Departamento de Jornalismo/UFPB

I Parte



Juventudes rurais e a convivência no ciberespaço: Digitalização dos processos sociais no semiárido paraibano¹

Alisson Callado

Introdução

O semiárido brasileiro compreende uma extensão territorial de 1.217.953 km², abrangendo 1.262 municípios dos nove estados da região Nordeste – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe – mais o norte de Minas Gerais, onde reside uma população estimada de 27.870.241 hab/km² (MEDEIROS, 2018). Do ponto de vista climático, a região é marcada por índices pluviométricos considerados baixos (inferiores a 900 mm), associada a uma distribuição espaço-temporal extremamente irregular e uma elevada demanda evapotranspirométrica (2.000mm/ano); configurando a região uma elevada vulnerabilidade hídrica (INSA, 2018, folheto).

Esta vulnerabilidade hídrica resulta, em geral, em escassez hídrica para o cultivo agrário, criação de animais e atividades humanas. Desde a expulsão dos povos ameríndios, a ação antrópica dos colonos instituiu a criação de raças exóticas e a monocultura na ocupação do terri-

1. Este artigo é um resumo atualizado do terceiro capítulo da dissertação intitulada “Mídia-tização dos Territórios Rurais: Convivência com o Semiárido e Exclusão Infocomunicacional na Paraíba” defendida em março de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia/UFRN, sob orientação do doutor Marcelo Bolshaw Gomes. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4277715352803619>.

tório, prejudicando a harmonia entre o clima e a economia da região. Por décadas, o fenômeno da estiagem prolongada, a seca, foi culpabilizada pela classe dominante rural tendo em vista os conflitos sociais provocados pela ação antrópica desregular. Famélicos, êxodo rural e saques aos supermercados estigmatizaram a região como uma terra de conflitos (ALBUQUERQUE JR, 2011).

Embora estudiosos da realidade nordestina tenham descartado a ação climática como elemento disruptivo nos conflitos sociais, destacando a concentração fundiária como a raiz de todos os problemas (CASTRO, 1968; FURTADO, 1989), a classe dominante rural não abriu mão dos seus privilégios e instituiu um modelo de políticas públicas que foi determinante durante décadas para o agravamento da situação: o combate à seca, que consistia na construção de grandes obras, como açudes e barragens no latifúndio do semiárido. Callado (1960) denunciou a usurpação das verbas públicas para a manutenção dos negócios privados a partir da exploração dos miseráveis da região, que veio a ser conhecida como Indústria da Seca.

Nos anos 80, inicia-se uma virada de consciência sobre o paradigma do combate à seca. Instituições públicas de pesquisa e extensão começam a formular propostas e projetos com base na ideia de que é possível e necessário conviver com o semiárido (SILVA, 2007). Com a chegada dos anos 90, uma nova crise hídrica atinge o Nordeste e os agricultores do semiárido fortalecem as discussões e pautam o debate nacional a fim de promover a execução de propostas alternativas para o problema hídrico. Ocupam a sede da Sudene² exigindo ações governamentais de longo prazo e elaboram o seminário “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro” com o objetivo de propor políticas públicas alternativas para a região. Deste seminário, é criado o Fórum Nordeste, em 1993, articulado com a participa-

2. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

ção de mais de 60 entidades públicas, privadas e do terceiro setor para garantir o desenvolvimento sustentável na região (DUQUE, 2007).

Porém, foi a partir de 1999 que os pequenos agricultores do semiárido se articularam com o objetivo de romper em definitivo com o paradigma moderno do combate à seca e propor um projeto territorial coletivo e sustentável. Surge, então, a Articulação do Semiárido – ASA – que, atualmente, engloba mais de 300 coletivos e movimentos sociais, proclamando que a região reúne todas as condições possíveis para a convivência e ocupação humana sem a ocorrência do flagelo humanitário.

Processa-se uma transição paradigmática de sustentabilidade, construída a partir de novas dimensões de intervenção na realidade, como o social, o cultural, o econômico, o ambiental e o político. Silva (2006, p. 272) define o conceito de “Convivência com o Semiárido” como uma perspectiva cultural para a promoção do desenvolvimento sustentável, cuja finalidade geral “é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais”.

A principal vitrine são as tecnologias sociais, que hibridizam o saber popular com o conhecimento técnico. Estas tecnologias são, na maioria dos casos, instrumentos de captação d’água, pensadas e construídas pelos moradores das próprias comunidades, em caráter de mutirão, sob supervisão de instituições públicas de ensino e extensão. Entre as tecnologias sociais mais populares no semiárido, destacam-se as cisternas de placa, para consumo humano; o biodigestor, que substitui o fogão a gás para a preparação alimentar; a cisterna calçadão, para irrigação e dessedentação animal; e o tanque de pedra, que armazena em lajedos a água da chuva.

O paradigma da convivência com semiárido acompanhou outra transformação importante no conjunto estrutural de outro meio de produção chave no exercício de dominação das classes dominantes.

Enquanto a concentração de terras no semiárido produziu um latifundiário de novo tipo, o coronel, o qual atrelava as políticas públicas que afligiam a região para resolver interesses particulares; de mesmo modo, os meios de produção simbólicos, especialmente a mídia informativa, está concentrada na mão de um reservado conjunto histórico de elites patrimonialistas e autoritárias, em níveis locais, regionais e nacionais, impondo um regime de coronelismo eletrônico sob as mídias públicas (SANTOS, 2003).

Nas últimas décadas, o mundo globalizado acompanha um crescente processo de mediação das esferas da vida, especialmente a partir da popularização da internet, como plataformas de comunicação que substituem, em muitos casos, a necessidade da presença física em ações que exijam a troca de afetos. De todo modo, isto significou, durante certo tempo, uma crise no modelo de negócios da indústria cultural, informativa e publicitária às novas realidades digitais. E, ao mesmo tempo, abriu um leque de oportunidades para o cidadão comum se apropriar de uma mídia de comunicação massiva. A produção e reprodução de conteúdos explodiram. E, na medida em que a estrutura de acesso se expande, sociedades tradicionais, até então excluídas do processo infocomunicacional, se apropriam e se aproximam, em larga escala, da esfera pública contemporânea, a partir dos dispositivos móveis e das mídias sociais como espaço de produção e consumo de conteúdo simbólico.

O semiárido paraibano se estrutura dentro desta nova ambiência de discursos e signos; codifica, em estágio germinal, um novo conjunto de relações sociais, signos temporais e experiências espaciais a partir da transição paradigmática territorial e das mediações promovidas no contexto da exclusão infocomunicacional. Portanto, o objetivo desta pesquisa é analisar o impacto das mediações contemporâneas em territórios de exclusão infocomunicacional a partir das juventudes rurais no ciberespaço, imersos em uma nova lógica paradigmática territorial.

I Metodologia

No desenho do semiárido rural contemporâneo, destaca-se a inserção dos dispositivos móveis com acesso à internet na paisagem comunicativa da região, historicamente marcada pelo fenômeno da exclusão infocomunicacional. Definimos por exclusão infocomunicacional a deliberada ação das classes dominantes do sul global em impedir o uso e a apropriação das classes subalternas ao direito de comunicar e ser comunicado a partir das tecnologias de informação e comunicação, sejam elas massivas ou não.

Este fenômeno é decorrência da cultura do silêncio (FREIRE, 2011), o *modus operandi* resultante da colonização e da dependência econômica imposta pela metrópole para o assim chamado terceiro mundo, a partir de políticas de silenciamento que impedem as populações subalternas de criar, registrar e reproduzir seu conhecimento. “A sociedade dependente é por definição uma sociedade silenciosa. Sua voz não é autêntica, mas apenas um eco da voz da metrópole – em todos os aspectos, a metrópole fala, a sociedade dependente ouve” (FREIRE, 2011, p. 37). Este fenômeno reflete-se, também, no campo educacional, ao constatar, ainda presente entre as populações pré-modernas – índios, negros e camponeses – o limitado vocabulário e a alta taxa de analfabetismo (IBGE, 2017).

Compreender a digitalização dos processos sociais em territórios tradicionais significou conduzir uma pesquisa empírica para problematizar as raízes da exclusão infocomunicacional e o papel desempenhado pelas juventudes rurais em serem agentes de mediação nestes territórios. Assim, orientou-se por uma abordagem relacional da comunicação, ou seja, perceber que “a comunicação é um processo de globalidade, em que sujeitos interlocutores, inseridos em uma dada situação, e através da linguagem, produzem e estabelecem sentidos,

conformando uma relação e posicionando-se dentro dela” (FRANÇA, 2016, p. 158). Para analisar o comportamento online das juventudes rurais organizadas em movimentos e coletivos sob a lógica do paradigma da convivência com o semiárido a partir da digitalização das práticas sociais, seria indicado optar por uma pesquisa exploratória. De acordo com Bonin (2016, p. 222),

a pesquisa exploratória é assumida como uma prática metodológica fundamental. É realizada através de aproximações empíricas ao fenômeno investigado, com o intuito de perceber seus contornos, nuances, singularidades. Os movimentos concretos de pesquisa exploratória necessitam de construção laboriosa em termos de seus objetivos, desenho, estratégias e táticas de implementação.

De tal modo, a pesquisa percorreu duas etapas de investigação: a primeira recorreu à consulta de documentos oficiais e pesquisas institucionais para diagnosticar o panorama comunicacional da penetração da internet no rural (CGI.BR, 2009, 2017; IBGE, 2018), as ações comunicativas no semiárido rural (INOVA/PROCASE, 2016; EMBRAPA/ASA, 2018) e as demandas populares das juventudes rurais no campo da comunicação, sistematizada em encontros e fóruns regionais/locais (PROCASE, 2016).

A segunda etapa, investigativa, consistiu em uma pesquisa empírica com as juventudes rurais das dinâmicas territoriais de pequenos agricultores do semiárido paraibano. Devido às limitações físicas e financeiras da pesquisa, optou-se por um recorte etário e territorial. O recorte etário estaria definido a partir das indicações do Estatuto da Juventude, que entende a categoria jovem entre 15 a 29 anos; o recorte territorial estaria limitado a organizações, entidades, movimentos so-

ciais e coletivos (conhecidas como dinâmicas territoriais)³ conectados à órgãos de assessoramento⁴ em Campina Grande.

Feito este recorte, inicia-se uma consulta aos órgãos de assessoramento para viabilizar a inserção do pesquisador nas dinâmicas territoriais com o objetivo de recrutar, nos GTs de Juventudes, voluntários para a pesquisa. Assim, registrou-se a adesão de 21 jovens agricultores, distribuídos em oito cidades de três regiões distintas da Paraíba: a região do agreste, nas cidades de Mogeiro e Riachão do Bacamarte; a região do Cariri, nas cidades de Boqueirão e Caraúbas; e a região do Seridó, nas cidades de Juazeirinho, Pedra Lavrada, São Vicente do Seridó e Soledade (ver Gráfico 01). A pesquisa exploratória estaria subdividida, também, em 2 etapas.

Na primeira etapa, esses jovens receberam, via WhatsApp, um link para preenchimento de um formulário padronizado que tinha o intuito de traçar o perfil para revelar os hábitos midiáticos e mapear suas digitais nas mídias sociais. Houve 18 voluntários, sendo que 3 preencheram o formulário de modo manual, entregue, posteriormente, em mãos.

A segunda etapa iria ser dedicada a encontros coletivos e visitas às comunidades. Para tanto, seria necessário articular, novamente, com os voluntários, o interesse em continuar na pesquisa e conectar grupos

3. **Coletivo ASA Cariri Oriental (CASACO)**: atua em Alcantil, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Congo, Riacho de Santo Antônio, São Domingos do Cariri e Santa Cecília. Disponível em: <<http://associacaocasaco.wixsite.com/casaco>>. Acesso em 15 ago. 2018;

Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú (COLETIVO): atua em Soledade, Olivados, Juazeirinho, Pocinhos, Pedra Lavrada, Cubati, São Vicente do Seridó, Gurjão, Tenório, Boa Vista, Santo André e São João do Cariri. Site: Disponível em: <http://patacparaiba.blogspot.com/p/coletivo-regional-de-educacao.html>. Acesso em 15 ago. 2018;

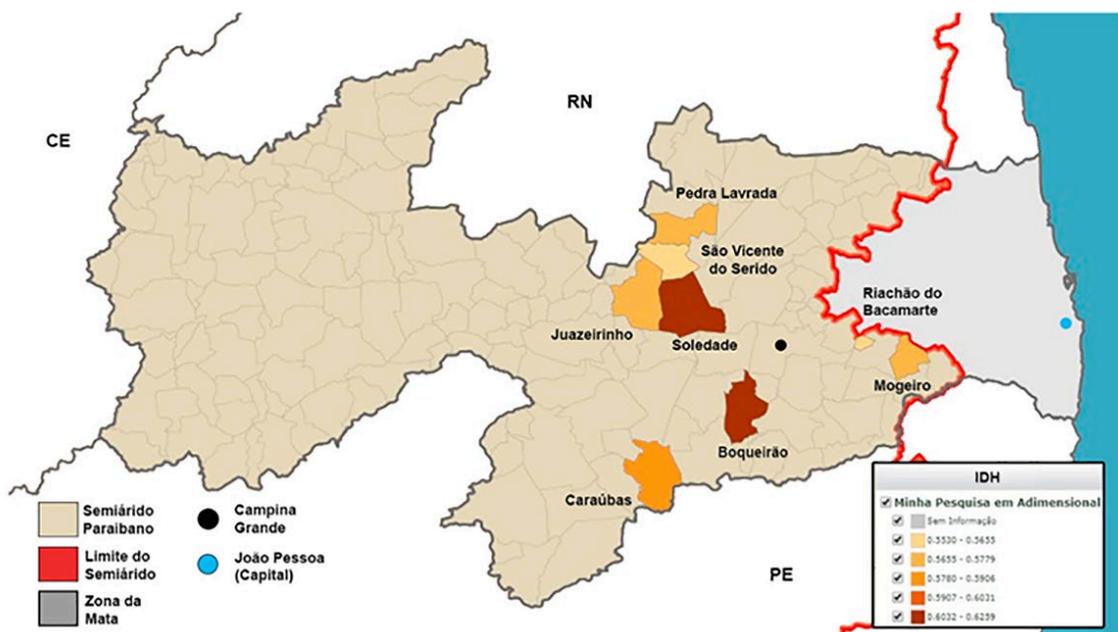
Fórum de Lideranças do Agreste (FOLIA) atua em: Salgado de São Félix, Itatuba, Mogeiro, Riachão do Bacamarte Fagundes, Campina Grande, Itabaiana, Natuba, Umbuzeiro, Ingá, Aroeiras e Gado Bravo.

4. **Centro de Ação Cultural (CENTRAC)**: Disponível em: <<http://centrac.org.br>>. Acesso em: 15 ago. 2018. E o **Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC)**: Disponível em: <<http://patacparaiba.blogspot.com>>. Acesso em 15 ago. 2018.

focais com esse conjunto de atores e um cronograma. Os encontros foram gravados em áudio, com duração em média de 1 hora por grupo.

Durante o mês de dezembro de 2018, traçamos a seguinte rota: no dia 07 de dezembro, realizou-se, no turno da manhã, encontro com o grupo focal de Soledade, disposto com 2 voluntários (região do Cariri) e, à tarde, encontro e visita à comunidade do grupo focal de Pedra Lavrada (região do Seridó), com 3 voluntários; no dia 12 de dezembro, ficou definido, à tarde, encontro e visita à comunidade em Mogeiro (região do agreste), com 2 voluntários; no dia 15 de dezembro, na cidade de Boqueirão (região do Cariri), com 3 voluntários pela manhã, encontro e visita à comunidade; e, por fim, no dia 16, no quilombo do Grilo, na cidade de Riachão do Bacamarte (região do Agreste), com 3 pessoas, o último encontro e visita a comunidade. Ao final, somaram-se voluntariamente 13 pessoas. Os resultados estão a seguir.

Gráfico 01: Mapa do Semiárido Paraibano

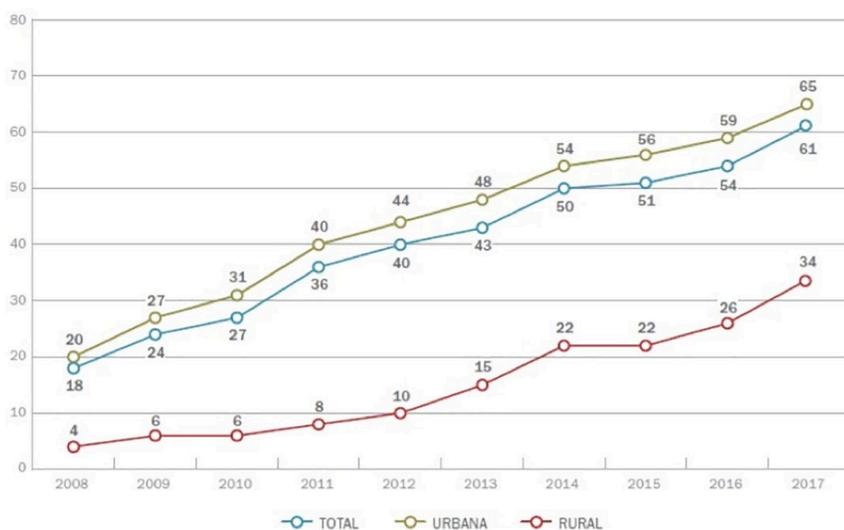


Fonte: SIGSAB/INSA, 2010. Disponível em: <<http://sigsab.insa.gov.br/basico>>. Acesso em: 08 set. 2018

2 Digitalização do rural

Desde 2008, quando a terceira edição da TIC Domicílios (CGI.BR, 2009) divulgou, pela primeira vez, dados sobre a inserção digital nos territórios rurais (4% de domicílios conectados), é possível observar uma evolução gradual da posse de dispositivos móveis conectados à internet no mundo rural, embora as condições que impedem a sua universalização continuem operando: renda, classe social e escolaridade são fatores diferenciais para entender a, ainda, patente desigualdade entre o urbano e o rural na posse e no uso das TIC's. Dez anos após a primeira pesquisa, apesar de o rural representar 34% de domicílios conectados à internet (ver Gráfico 02), com um avanço médio anual de 3,7%, pode-se constatar que “está cada vez mais frequente o acesso à internet por meio de telefone celular, especialmente entre as camadas mais vulneráveis da população, com menor escolaridade e renda familiar, entre aqueles com idade mais avançada e residentes nas áreas rurais do país” (CGI.BR, 2009, p. 128).

Gráfico 02: Domicílios com acesso à Internet, por área (2008-2017)



Fonte: CGI.BR. TIC Domicílios 2017, 2018

Por outro lado, mesmo que a proporção de usuários de internet no Brasil tenha dobrado, a TIC Domicílios 2017 (CGI.BR, 2018) percebeu a manutenção da desigualdade territorial. A proporção de usuários de internet ainda é inferior em áreas rurais (44%), com o uso exclusivo do acesso à internet no campo ocorrendo por telefone celular, com a taxa de 72%, e a atividade de postar conteúdo de autoria própria na internet, como vídeos, textos, fotos e músicas foi mais realizada por aqueles que residem em áreas urbanas (28%) em comparação com residentes em áreas rurais (15%):

Desde 2008, o número de domicílios com acesso à Internet, bem como o de usuários de Internet, vem crescendo significativamente, sem que haja redução de diferenças regionais e socioeconômicas no acesso e uso das TIC. Nos domicílios de classes mais altas e localizados em regiões do país com melhor infraestrutura, o acesso à Internet se dá, em geral, por meio de banda larga fixa de alta velocidade, enquanto em domicílios mais pobres, nos localizados em áreas rurais e das regiões Norte e Nordeste, o acesso à Internet ocorre em maior proporção por meio de conexões com menor velocidade ou por conexão móvel. (CGI.BR, 2018, p. 142).

A PNAD Contínua (IBGE, 2018) trouxe outros dados sobre o rural que não foram explorados na TIC Domicílios do acesso à rede, como a medição por região. De acordo com o levantamento comparativo entre a área urbana e rural, registra-se o Nordeste rural com 35,8% de domicílios conectados à internet (ver Tabela 1); na população com 10 anos ou mais, o percentual de quem utiliza a internet na zona rural aumentou de 32,6% em 2016, para 39,0% em 2017; o que reflete também na divisão sexual: as mulheres (41,9%) usam mais a internet que os homens na zona rural (36,3%). Este fosso de usabilidade e apropriação entre o urbano e o rural pode ser explicado a partir dos seguintes indicativos:

O confronto entre os resultados das áreas urbana e rural mostrou diferenças importantes. No país, em 2017, o percentual de pessoas cujo motivo foi o de não saber usar a Internet da área urbana (38,5%) ficou

praticamente igual ao da rural (38,6%). Entretanto, o percentual de pessoas que indicaram falta de interesse em acessar a Internet da área urbana (39,7%) apresentou diferença acentuada em relação ao da área rural (29,3%). O serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar foi o motivo indicado por 12,9% das pessoas que não utilizaram esta rede na área rural, em marcante contraste com o reduzido resultado da área urbana (1,7%). (IBGE, 2018, p. 10).

Em ambas as pesquisas, PNAD Domicílios e a TIC Domicílios, destacam o protagonismo dos dispositivos móveis, em especial os smartphones e celulares como primeira e, muitas vezes, única opção de acesso à internet no rural. A PNAD Domicílios constatou um crescimento expressivo no rural do contingente que dispunha de um aparelho com funcionalidade de acesso à internet (55,8%) e a redução da indisponibilidade dos serviços de telefonia (8,2%) permitindo aprofundar a penetração dos dispositivos móveis.

Tabela 1: Domicílios em que havia utilização da internet (%)

	RURAL	URBANO	TOTAL
Norte	27,3%	80,0%	68,4%
Nordeste	35,8%	73,0%	64,0%
Sudeste	51,2%	83,1%	81,1%
Sul	53,1%	80,3%	76,7%
Centro-Oeste	45,3%	83,2%	79,6%
Brasil	41,0 %	80,1%	74,9%

Fonte: IBGE. PNAD Contínua, 2017

“O acesso à internet por meio de telefone celular vem sendo cada vez mais frequente, em especial entre as camadas mais vulneráveis da população, com menor escolaridade e renda familiar, e entre aqueles com idade mais avançada e residentes nas áreas rurais do país” (CGI. BR, 2018, p.128). Embora a demografia rural represente 1/3 da população urbana, as marcas da exclusão fazem-se visíveis nos baixos índices de uso e posse de TICs, motivados por diversos aspectos que

refletem um impacto geral da desigualdade social, justificado por uma condição econômica, educativa e de infraestrutura excludente. Dez anos após a primeira pesquisa, os números estatísticos de comparação entre o rural e o urbano apresentam um desempenho em alta, porém separados por um horizonte.

a. Ações comunicativas no Semiárido paraibano

Consciente dos desafios para o desenvolvimento sustentável, a sociedade civil do campo ocupou os espaços de participação para dialogar com o poder público e propor soluções ao fenômeno da exclusão infocomunicacional ainda presente, especialmente em grupos sociais vulneráveis economicamente. O direito à comunicação tem estimulado pensá-la como uma ação estratégica, tendo em vista superar os diversos aspectos da desigualdade colonial e da dependência econômica. Percebe-se um conjunto de ações comunicativas que emergem a partir de demandas populares para diagnosticar o fenômeno da exclusão infocomunicacional.

Em 2016, ocorreu, em Campina Grande-PB, o I Encontro de Jovens Rurais do Semiárido, com o objetivo de “fortalecer a participação das juventudes e movimentos juvenis do campo, no acesso das políticas públicas, voltadas para a região, numa perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável” (PROCASE, 2016, p. 03). O Encontro canalizou a preocupação desses sujeitos em debater, entre outras pautas, o campo da comunicação a partir da usabilidade das TICs com os processos sociais identificados nesta nova realidade territorial, com as seguintes mesas de discussões: a) Juventudes rurais, diversidade, novas tecnologias e participação – realidades e potencialidades; b) Comunicação: participação, mobilização social e as novas tecnologias.

Em relatório final, o painel temático sobre a comunicação, enfatiza “a importância do acesso a uma comunicação, que conecte e evidencie

o fazer e os saberes da juventude que estão no campo” (PROCASE, 2016, p. 11) e conclui que o principal desafio da juventude continua o mesmo – democratizar o acesso a terra e a comunicação:

No entanto, a realidade do jovem rural é permeada pela dificuldade no acesso às políticas de comunicação (materiais, estruturais e não-estruturais), que impedem a comunicação local, regional e nacional; falta formação para o uso das novas tecnologias; uso codificado da gramática e perda da habilidade na escrita; falta de apoio para novas formas de comunicação locais inovadoras, como cinema rural, e pouco apoio do poder público. (PROCASE, 2016, p. 27).

Entre as propostas de políticas públicas apresentadas ao fim do encontro, o relatório sistematizou, referente ao tema da comunicação e novas tecnologias, tendências que revelam a preocupação do jovem rural contemporâneo no desenvolvimento e fortalecimento das identidades e da ferramenta de inclusão. Entre elas, destacam-se: a) propiciar encontros para a construção de uma política comunicacional estrutural; b) criar recursos para a apropriação de softwares livres; c) criar condições para a construção de uma rede de comunicação popular; d) produção de material audiovisual com temática rural; e) utilizar as TICs para a criação de mídias livres e ampliar a produção radiofônica; f) mobilização e articulação em rede (PROCASE, 2016, p. 32-33).

Embora ainda esteja em processo embrionário, identifica-se uma preocupação emergente sobre a apropriação narrativa e discursiva no/do ciberespaço. Entidades, coletivos e movimentos sociais mobilizam-se progressivamente no empenho de ações comunicativas que orientem um diálogo com a realidade do semiárido. Assim, pouco a pouco se registra a realização de ações comunicativas para o uso e apropriação das TIC's no conjunto das redes e articulações que compõe as juventudes rurais.

Ainda em Campina Grande-PB, a Embrapa promoveu em parceria com a Articulação do Semiárido Paraibano, durante o segundo semes-

tre de 2018, a oficina Pedagógico de “Juventude, Comunicação e Agroecologia”, a partir de uma metodologia centrada na pedagogia grão, ou seja, “que busca referências e estratégias para a construção de uma educação afetiva, cultural e comunitária que valoriza a identidade e a ancestralidade, integrada a um projeto de comunidade/humanidade” (EMBRAPA/ASA, 2018, p. 03). A oficina consiste em três etapas, com o objetivo de estimular a produção narrativa a partir da realidade do campo. No encerramento do projeto, deverá ser entregue um produto audiovisual construído através de temas geradores que retrate as experiências agroecológicas que têm sido vivenciadas pelas juventudes do semiárido paraibano: acesso à água, acesso a mercados, feiras agroecológicas, educação do campo, fundos rotativos solidários, produção de forragem, gênero e diversidade, cultura, banco de sementes e acesso a terra.

Cabe destaque as oficinas de produção audiovisual, como o projeto Semiárido em Tela⁵ (2015-2017), desenvolvido pelo Instituto Nacional do Semiárido (INSA), que capacita a juventude rural em técnicas de edição e produção de narrativas audiovisuais, com o objetivo de estimular os povos do semiárido a contar sua própria história a partir dos seus saberes. Ainda no campo audiovisual, o PATAC promoveu, em 2016, o curso de Narrativas e Linguagens Audiovisuais, em parceria com a produtora carioca Cinema Nosso, que resultou na produção de dois curtas-metragens, Logo Ali⁶ e Cumadi Fulozinha⁷, desenvolvidos – do roteiro à edição – por jovens rurais das comunidades de Sussuarana, em Juazeirinho-PB, e Canoa de Dentro, em Pedra Lavrada-PB. O primeiro trata-se de uma crítica à cobertura estigmatizante da mí-

5. Semiárido em Tela, 2013-2014: Disponível em <<http://sigsab.insa.gov.br/semiaridoemtela>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

6. Logo Ali, 2015: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hv9J96tFZO0>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

7. Cumadi Fulozinha, 2015: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QHf-m2IW1790>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

dia sobre o semiárido, e o segundo sobre a folclórica personagem das matas que permeia o imaginário rural ao castigar pessoas que maltratam os animais, com o subenredo na migração do jovem rural para a cidade. Recentemente, o PATAC desenvolveu a oficina de comunicação Mídias de Bolso, voltada para a apropriação das TICs no contexto agroecológico, com o objetivo de produzir material audiovisual conectado à realidade da juventude rural atendida pela associação.

3 Cultura digital das juventudes rurais

3.1 Hábitos midiáticos

Em 2016, o Procace, com patrocínio do FIDA⁸, promoveu um estudo de linha de base para verificar as condições sociais e econômicas dos pequenos agricultores atendidos por projetos de desenvolvimento sustentável nas comunidades do semiárido paraibano. O levantamento tinha caráter referencial e foi conduzido por amostragem. Entre os indicadores de avaliação estava o referencial ao Patrimônio Familiar e cujo resultado obtido indicou que:

Os “Bens Domésticos Duráveis” mais citados pelas famílias entrevistadas são: 1) TV em cores; 2) Geladeira; 3) Fogão a gás com 2 bocas ou mais; 4) Telefone; 5) Antena parabólica; 6) Cama (casal, solteiro, beliche); 7) Sofá/poltrona; 8) Outros bens domésticos; 9) Liquidificador; 10) Guarda-roupa, cômoda, baú, arca; 11) Telefone celular rural; 13) Mesa; 14) Vídeo cassete ou DVD; e 15) Bicicleta. Essa lista é interessante, pois mostra um certo balanço entre os itens relacionados com “comunicação e acesso à informação”, “equipamentos eletrodomésticos” e “itens relacionados ao conforto doméstico”. (INOVA/PROCASE, 2016, p. 85).

A pesquisa INOVA/Procace foi a única que apresentou o levantamento quantitativo encontrado, tentando mapear a presença de meios de

8. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.

comunicação no rural paraibano. Entretanto, não expôs nenhum indicador sobre a presença e/ou uso da internet nos domicílios rurais, deixando em aberto considerações sobre o grau de inserção da web nos territórios rurais.

Com vista a preencher essa lacuna para sedimentar a pesquisa qualitativa, realizamos um levantamento quantitativo com o corpo de voluntários para cartografar uma amostra da realidade digital no semi-árido paraibano. E constatamos, de imediato, uma universalização da web nos territórios rurais. Nada menos que 100% dos voluntários que preencheram o formulário de pesquisa indicaram ter acesso diário à internet, com média de conexão diária de 8,85 horas.

No que diz respeito à relação com as TICs, 100% dos entrevistados afirmaram ter os dispositivos móveis como mídia preferencial no dia-dia, dividindo a preferência com a televisão. Ao passo que a mídia escrita, como jornais/revistas e livros, têm baixa adesão, com 5,6% e 16,7%, respectivamente, em consonância com a condição de exclusão infocomunicacional histórica de alfabetização no campo. A mesma média foi registrada quando perguntados sobre qual meio de comunicação preferencial nas atividades informativas e de entretenimento: dispositivos móveis (100% e 100%) e televisão (50% e 66,7%) na preferência, enquanto que jornais/revistas (5,6% e 0%) e livros (0% e 27,8%) com baixa usabilidade. Interessante destacar a perda de protagonismo do rádio entre as juventudes rurais, em descompasso com a geração dos seus pais e avôs, o que não significa afirmar se tratar de uma mídia esquecida, porém, ocorreu no campo o mesmo fenômeno que na cidade: o rádio foi suplantado na preferência por novas TICs ao decorrer do tempo.

A casa é o local com preferencial acesso à internet (83,3%), enquanto que o trabalho (11,1%) vem em seguida, o que revela a generalização da internet nos domicílios rurais. Ao indicar o nível de satisfação – entre 1 e 10 – com a qualidade do acesso, 22,2% deram notas 7 e 8. Ao

passo em que 94,4% costumam acessar a internet por dispositivos móveis, enquanto só 5,6% o fazem por PC/notebook, revelando, assim, a incontestável penetração que celulares e smartphones provocam em territórios rurais.

Na internet, 50% preferem acessar conteúdos de entretenimento/diversão (filmes, músicas, compras etc), 27,8% dedicam seu tempo para sociabilidade/amizades (bate-papo e encontros), enquanto que 22,2% direcionam suas atividades para conteúdos informativos (jornalismo/universidade). Em relação às mídias sociais, o aplicativo WhatsApp é uma expressão concreta da penetração dos dispositivos móveis no rural, com preferência de 88,9% dos entrevistados, seguido pelo YouTube, com 72,2%, e Facebook e Instagram, com 66,7%. Quanto ao Twitter, Telegram e Flickr, não houve adesão.

a. Juventudes rurais e convivência com o ciberespaço

O conturbado período eleitoral de 2018 serviu de bússola para mensurar o panorama geral da influência exercida pela internet nas zonas rurais. A disputa de narrativas para conquistar o eleitorado foi exercida, especialmente, na esfera pública virtual com métodos escusos que provocaram conflitos familiares e sociais. Abaixo, alguns relatos de como transcorreu esse período nos territórios pesquisados:

Foi um momento de conturbação. Confundi muito a cabeça das pessoas, que era justamente o que alguns queriam, né. Teve muita *fake news* também, que, a meu ver, foi uma das coisas que contribuiu para ele se eleger. Mas triplicou o nosso trabalho enquanto comunidade, jovens, militantes.... Porque a gente sabe que as pessoas confiam muito no que tá na internet, então, assim, a gente tinha que ir em todas as casas conversar com as pessoas para dizer que aquilo era falso, que elas não se iludissem com aquilo. (ANÔNIMO A⁹).

9. Todos os depoimentos foram coletados em encontros realizados entre os dias 7 e 16 de dezembro de 2018. Neste espaço, será preservada a identidade dos depoentes.

O depoimento coaduna com a experiência de todos os outros entrevistados: “bem divisor de águas, foi uma briga totalmente focada na *fake News*, ninguém procurou saber se aquela informação era verdadeira pra poder tá compartilhando, né” (ANÔNIMO C); “muita intriga” (ANÔNIMO D); “um caos, principalmente as crianças compartilhando as coisas” (ANÔNIMO E); “aquilo ali era como um vírus que disseminava para todo mundo, não sabia nem se era verdade” (ANÔNIMO K); “foi exceções que não houve briga, porque praticamente quase todas as famílias houve briga” (ANÔNIMO M); “muito radicalismo [...] foi muita pregação de ódio nessas eleições, eu nunca tinha acompanhado uma eleição como foi essa aqui” (ANÔNIMO L); “meu Deus do céu! Quase saiu briga” (ANÔNIMO F); “acirrada!” (ANÔNIMO H); “como se fosse uma guerra” (ANÔNIMO I); “o povo discutia muito sobre isso” (ANÔNIMO J).

Embora as reações a esse momento tenham sido negativas, as mídias sociais são, para as juventudes rurais, importantes ferramentas de trabalho e aprendizado. Fortalecem as relações econômicas e agilizam ações cotidianas de articulação e organização. “Foi a melhor coisa do mundo foi a internet até que nos trouxe que foi um grupo do WhatsApp com o nome ‘grupo jovens de Canoa de Dentro’” (ANÔNIMO D); “A gente debate questões de projetos voltados pros jovens, como um cinema, como um viveiro de mudas, como gincanas, algumas coisas voltadas pra entretenimento da comunidade” (ANÔNIMO C); “eu uso diariamente por conta do trabalho, principalmente WhatsApp, pra confirmar o recebimento de um *e-mail* etc. a gente se comunica muito pra saber das reuniões, marcar os encontros da juventude (ANÔNIMO A).

Há uma noção pré-concebida que, atualmente, só não faz uso da internet quem não quer, independente das razões – econômica, técnica ou motivacional. Alguns depoimentos registram essa generalização: “aqui tem a torre de internet, aí toda casa tem wi-fi, só que depende de quanto a pessoa paga, né” (ANÔNIMO C); “a questão do uso da in-

ternet no meio rural que hoje em dia tá muito alto, né [...] quase todo mundo tem acesso” (ANÔNIMO F); “vamos dizer que 23 horas por dia eu tô usando internet” (ANÔNIMO I).

O isolamento virtual decorre mais por questões subjetivas do que concretas, ainda que haja, sim, pontos de exclusão na infraestrutura da rede para receber o sinal na zona rural. A mobilidade das TICs e a constante relação com o urbano indicam uma usabilidade crescente em todas as faixas etárias. O caráter geracional é um elemento importante, pois reflete com mais força o impacto cultural das mídias móveis em engendrar novas ruralidades. Podemos destacar que a atual geração de jovens rurais, entre 15 e 29 anos, é a primeira geração digital do campo responsável por difundir verticalmente a usabilidade ascendente do acesso entre os membros mais velhos da família, ou seja, pais e avós. “Acho que as frases que eles diziam pra gente tá voltando pra eles. Eles chamavam a gente de viciado e hoje o primeiro café da manhã que eu vejo, particularmente, dos meus pais e até mesmo da minha avó, é pegar o celular e mexer: bom dia, grupo [risos] (ANÔNIMO M); “mainha, eu ensinando as coisas a ela é engraçado [...] agora mesmo ela só vive no WhatsApp” (ANÔNIMO L); “minha avó com 10, 11 horas da noite você escuta uma zoada, pronto, é ela olhando um vídeo no Facebook a toda altura [risos]” (ANÔNIMO K); “tentei ensinar eles a mexer, mas não se interessaram mais, ai não usam a internet não” (ANÔNIMO F).

Porém, é nas crianças que se verifica um choque geracional e cultural. A preocupação com uma suposta perda da infância, a eliminação das brincadeiras coletivas e lúdicas, em contato com a natureza, são objetos de análise e saudosismo; ao mesmo tempo, também são capazes de refletir uma autocrítica sobre o impacto que as TICs provocaram em seus sentidos e práticas sociais, em fazer penetrar a digitalização das esferas da vida de maneira muito mais eficiente do que outras mídias foram capazes de engendrar.

Vejamos os seguintes depoimentos a respeito das gerações mais novas, as crianças: “na nossa época, brincar era em cima de um pé de umbu” (ANÔNIMO E); “as crianças, hoje em dia, só quer ver celular, antigamente, eu tava brincando com barro” (ANÔNIMO C); “eu só sabia o que era pegar grilo, aquelas pererequinhas, pronto, era os brinquedo, era os boim [risos]... tomar banho no açude (ANÔNIMO M); hoje em dia o menino já nasce conectado [risos] (ANÔNIMO H); “minha filha de 3 anos mexe melhor do que eu [no celular]” (ANÔNIMO J). Abaixo, vejamos este interessante depoimento de um dos entrevistados:

Eu era uma criança e brincava só dessas brincadeiras de criança mesmo, de rua, brincadeira de rua, vamos dizer, tinha uma brincadeira que você ia ligeiro jogar bola, se não ia bola, ia brincar de carrinho, se não era de carrinho, ia brincar de terra, ia fazer casinha de terra, ai ia matar lagartixa [risos], eu sinto muita falta dessa época, eu sinto muita diferença das crianças de antigamente das crianças de hoje, as crianças do meu tempo para as crianças do tempo de hoje, por causa do uso da internet. (ANONIMO I).

Nos depoimentos, os pais são identificados como os culpados por estimular a introspecção e individualidade que a usabilidade prática dos dispositivos móveis promove ao facilitar a vida dos mesmos devido aos afazeres cotidianos. Entretanto, não estão imunes à crítica, pois percebem não uma sociabilidade transformada, mas, sim, impactada negativamente pela digitalização das esferas da vida: “antigamente, no forró, todo mundo tava dançando, hoje em dia todo mundo gravando” (ANÔNIMO D); “antigamente, a gente saia pra praça, ficava todo mundo conversando, conversava sobre tudo. Hoje em dia a gente chega na praça, em todo canto tem wi-fi” (ANÔNIMO E); “o pessoal se juntava mais na comunidade. Tinha uma missa e tinha mais gente [...] depois da internet mudou [...] Esses espaços ficou meio vazio, sabe...” (ANÔNIMO F). Vejamos, abaixo, mais um relato:

A gente tá vivendo muito pra aquilo e esquecendo de viver pra si. Eu passei uns dias sem internet e eu conversei tanto com minha vó, fazia muito tempo que eu não conversava do jeito que eu conversava com a minha avó. Eu disse, ‘rapaz, eu tô é perdendo tempo usando demais a internet’ (ANÔNIMO C).

Ao serem questionados sobre o impacto de outras mídias na sociabilidade geracional de seus pais, rememoraram a importância que a televisão teve em outros tempos, porém, com um diferencial: seu caráter solidário e coletivo. Devido ao alto custo e as precariedades da eletrificação nas zonas rurais¹⁰, estratégias populares de organização simbólica eram criadas. “Antes tinha aquelas televisão, que eu lembro que mainha falou que colocavam na praça e todo mundo ia assistir lá” (ANÔNIMO L); “lá no [Distrito do] Marinho tinha uma, já ouvi muito falar, principalmente quando tinha jogo, jornal, tinha sempre aquele horário, né, aí o pessoal se reunia lá no cruzeiro” (ANÔNIMO K); “tem uma tia da gente, tia Maria, que tinha uma televisão, só ela tinha essa televisão na casa dela, era preto e branca, aí se reunia todo mundo e ia assistir lá determinado canal, novela” (ANÔNIMO H).

De todo modo, estes impactos são entendidos como efeitos colaterais inevitáveis da inserção e adaptação das tecnologias e mídias em qualquer território, visto que não negligenciam o valor das mídias conectivas em potencializar canais de aprendizagem técnica, profissional e intelectual. Destaca-se, também, o contributo que a internet indica, especialmente, na ocupação com a atividade agroecológica de convivência e em dirimir o êxodo rural por parte dos jovens.

Ao serem questionados se o acesso à rede impacta no desenvolvimento sustentável, Anônimo A disse: “Contribuí muito para a comunicação da gente e a troca de experiência entre as pessoas [...] Muita

10. Sanadas em larga escala somente no século XXI quando o programa federal Luz Para Todos (2003) eletrifica 16 milhões de domicílios rurais.

gente vai colocando suas experiências, marcando encontros pra visitar uns aos outros fazendo visita de intercâmbio”. De acordo com Anônimo F, “com a internet, hoje mesmo você pode pesquisar várias coisas, você consegue ser criativo e você implanta na sua propriedade como barragem subterrânea mesmo”. Assim, em outro relato em comum, Anônimo M diz que “já houve o caso de instalação de biodigestor na minha casa, o cara foi o primeiro dia, deu um básico e pronto, o resto ele ficou dando a assessoria através do WhatsApp”.

Novas tecnologias [sociais] que são aplicadas em outras localidades, com a internet, você pode ter aquela informação dentro de casa, por exemplo, um dessalinizador, você pode pesquisar na internet pra lá na sua você fazer; um irrigador automático, por exemplo, uma tecnologia agroecológica que um aluno de tal universidade tá produzindo e você tá querendo botar, tá querendo implantar aquilo [...], você pode pesquisar aquilo, adaptar pra sua realidade. (ANÔNIMO K).

Segundo um dos entrevistados, tais tecnologias também favorecem outras aprendizagens para além da ocupação no campo: “minha mãe aprendeu a pilotar moto pela internet” (ANÔNIMO E); “quando mamãe quer fazer as coisas, tipo, e ela não sabe, ela pesquisa. Ela gosta muito de cozinhar ou ela gosta muito de costurar, ela ama fazer dindin e o que ela já sabe, ela vai aprendendo e aperfeiçoar” (ANÔNIMO D); “divulgação dos comércios, divulgação de seus trabalhos aqui na juventude. “Anônimo D é um exemplo, ele divulga o trabalho dele como músico pela internet” (ANÔNIMO C).

A sucessão rural e a migração urbana são desafios que se impõem à nova geração, cujas articulações, coletivos e movimentos sociais procuram enfrentar tais questões a partir da conscientização e da mobilização em desconstruir narrativas e construir alternativas para a permanência no campo. O estímulo dos pais, o desemprego e a incapacidade de produzir sua própria renda são fatores que pesam na migração para a cidade. A disponibilidade tecnológica urbana ocupa um lugar secun-

dário no fator migratório, e indica, ao mesmo tempo, um contraponto à usabilidade estratégica que a web pode provocar nos territórios do semiárido rural. Anônimo K destaca, em sua fala, a permanência do jovem rural com as potencialidades de estimular a autonomia ocupacional. Para ele,

[a internet] estimula o jovem a ficar, porque é o seguinte: eu vejo que você, na internet, na rede social, navegando, seja lá onde for, principalmente nessa questão da internet, você vai procurar aquilo que você gosta, né isso, um assunto que você se identifica, que você tem curiosidade,. Se o jovem ele gosta do campo, ele vai ter aquele senso de curiosidade pra procurar alternativas pra permanecer ali e, diante disso, ele encontra as tecnologias que são fornecidas na internet que vem facilitar a implantação daquilo na realidade dele, entendeu. E eu posso dizer a você que eu não fui pra cidade ainda por conta da internet, eu busquei me profissionalizar, busquei novos conhecimentos e ainda tô com esse pé lá em outro canto justamente por conta da internet. (ANÔNIMO K).

A vivência na internet é verificada em grau elevado pela usabilidade das mídias sociais. O comportamento online identifica um conjunto de ações que refletem o cotidiano off-line. É uma radiografia sobre a pluralidade de sentidos e práticas das juventudes do semiárido. “Gosto de praticar o que posto” (ANÔNIMO B); “não tem sentido eu colocar uma coisa que as pessoas vão ver que eu não sou aquilo (ANÔNIMO A); “sou explosiva nos dois cantos [risos]. Quando vou debater na internet eu só entro em 2 assuntos: uma é política e a outra é a questão do feminismo” (ANÔNIMO C); “meu Instagram é só pra divulgar as fotos [do trabalho]. Eu uso mais WhatsApp, até porque eu resolvo minhas coisas tudo por WhatsApp” (ANÔNIMO D); “gosto de compartilhar muito assunto relacionado à religião” (ANÔNIMO K); “eu compartilho coisas da militância, né, do feminismo, da agroecologia” (ANÔNIMO L); “recentemente, eu postei várias fotos em sentido do sistema de agroflorestal, é mais nesse sentido aí” (ANÔNIMO M); “mensagens

bíblicas, fotos pessoais” (ANÔNIMO J); “coisas pessoais mesmo, foto minha, do meu dia a dia” (ANÔNIMO I).

Embora ainda haja um grande número de usuários, o hábito de assistir televisão e sua grade tradicional está em declínio, especialmente por conta da possibilidade de criar seu próprio horário com YouTube e Netflix. Não houve decréscimo da atividade audiovisual, mas sim uma substituição da realização deste tipo de atividade a partir de outros meios. Os relatos sobre o abandono da cultura televisiva e radiofônica são sinais evidentes do que a próxima geração irá consolidar. “Faz muito tempo que eu assisti televisão” (ANÔNIMO B); “Eu assisto Netflix na TV, agora TV eu não assisto, não” (ANÔNIMO K); “raridade. Netflix! Não me pergunte por novela” (ANÔNIMO L); “não assisto muito, não, mas agora pai colocou um pacote de TV paga, aí tem uns canal bonzinho e eu tô assistindo” (ANÔNIMO F); já os anônimos C, H, I e J afirmaram assistir, sim, principalmente, os programas jornalísticos.

Por fim, outro aspecto importante destacado é como o paradigma da convivência com o semiárido desperta a consciência crítica acerca do discurso narrativo estigmatizante sobre o Nordeste que ainda ecoa na mídia tradicional. A representação do Nordeste como um espaço de conflito, uma terra de problemas, é rejeitada, enquanto que novas formas de ver e registrar o Nordeste são construídos. Frequentemente, o semiárido nordestino é cenário de minisséries globais ambientadas no sertão rural, e a mediação desta produção é absorvida por populações locais de diferentes maneiras. Abaixo, algumas reações de quem presenciou os bastidores e sentiu a influência destes discursos circulando na sociedade:

Eu fui para um intercâmbio em Sergipe e lá um moço falando, né, que lá o [rio] São Francisco, que a gente foi conhecer tem um local onde aquele rapaz da novela [Velho Chico] faleceu [Domingos Montagner, 1962-2016]. E ele disse: ‘lá onde vocês mora na Paraíba tem muita gente passando fome e sede’. Eu até cheguei a discutir com ele. Eu disse: ‘não tem’. Disse que antigamente tinha, mas não era passando fome,

era necessidade. (...) Eu vi uma cena de uma novela que foi gravada aqui próximo.... lá tinha muitos lugares bonitos, e eles escolheram os piores que tinha. A seca, barragem seca, aquele deserto. (ANÔNIMO B).

Foi a que foi gravado aqui em [distrito de] Pendência e Cabaceiras, a minissérie Onde Nascem os Fortes (2018). Eles queriam colocar mulheres da região com balde na cabeça dizendo que tava indo pegar água. Ai minha tia disse: 'não, se eu não faço mais isso, eu vou aceitar?'. Aí ela se recusou a gravar, mas tem outras pessoas que aceitam só pra aparecer na televisão. (...) Eles escolheram um local pra gravar paisagens mortas, porque lá onde eles escolheram é só seca, aonde eles escolheram foi o pior canto... até o pessoal da comunidade pediu pra que eles fossem num plantio de capim, a coisa mais linda do mundo, mas eles escolheram o pior. A mãe de uma amiga minha participou dessa gravação. Eles pediram pra ela pegar um açude que eles estavam gravando até a casa dela com uma lata na cabeça, mas ela se recusou. (ANÔNIMO A).

As juventudes rurais do semiárido paraibano são um retrato momentâneo de fenômenos midiáticos em territórios não-urbanos. Por estarem imersos em movimentos sociais, coletivos, ONGs e associações, sabemos que se trata de um recorte limitado e desafiador, porém, pretende-se, com este panorama geral, estimular novas pesquisas de um rural em processo constante de transformação, sedento em continuar rural, mas, desta vez, conectado ao sistema infocomunicacional. Os povos subalternos articulam estratégias em rede para superar o atraso colonial submetido pelo coronelismo. E a comunicação é elemento chave nesse processo gradual e progressivo de descolonização ainda com muitas etapas a enfrentar.

Conclusões

O conjunto de transformações que o paradigma da Convivência com o Semiárido provocou vai além da agricultura, e permeia outros campos que visam superar décadas de atraso econômico imposto pela classe dominante rural. Destacam-se, com especial atenção, os jovens

rurais, que hoje assumem o compromisso em manter-se no campo e fazer frente à migração urbana que as condições de trabalho e renda na cidade iludem e estimulam.

Com um perfil mais rurbanizado, no desenho deste semiárido rural contemporâneo, destaca-se a inserção dos dispositivos móveis com acesso à internet na paisagem comunicativa da região historicamente marcada pelo fenômeno da exclusão infocomunicacional. Ou seja, a penetração de características urbanas reconfigura práticas sociais de traços fundamentais da sociabilidade rural, agora mediadas pelas tecnologias móveis de acesso à internet, sem com isto significar a eliminação do sistema simbólico do que é ser um sujeito rural, ao emergir uma cultura digital de contexto rural.

A massificação e popularização das tecnologias móveis de acesso ao ciberespaço, especialmente a partir das políticas de estímulo ao consumo em resposta à crise do capitalismo em 2008, provocaram uma penetração lenta, gradual e progressiva das tecnologias modernas no mundo rural. Efeito simbólico desta inserção é, após a chegada das motocicletas no campo, a condição atual do jumento enquanto animal doméstico, cuja ocupação, em outros tempos, era de animal de carga. Esses efeitos se prolongam na maneira como as juventudes rurais interpretam comportamentos cujos impactos da digitalização determina graus variados de configuração nos hábitos cotidianos geracionais.

Es specular acerca das características fundamentais de uma cultura digital no contexto rural ainda é caminhar sob um terreno fluido e pouco sólido, em que pese ressaltar sempre considerações a respeito do fenômeno da exclusão infocomunicacional, pois, apesar disto, o processo de mediação e midiatização ocorre a passos lentos e graduais, porém, sem interrupção aparente, com impacto no imaginário e nos processos sociais evidentes, especialmente de caráter geracional, quando observamos uma juventude cética, embora tenha desempenhado papel de introduzir no rural as TICs, pois reconhece desafios à frente.

Estabelecer uma identidade de projeto para a transformação das estruturas sociais (CASTELLS, 2010) significa pensar a comunicação a partir de um ângulo a serviço da consolidação deste projeto. E isto não ocorrerá de forma espontânea e/ou voluntária. A história demonstra que objetivos políticos não prescindiram da comunicação como elemento estratégico.

Cabe lembrar a fala de um entrevistado quando perguntado sobre o potencial que as TICs podem produzir na decisão de ficar no campo. Para o entrevistado, as TICs são ferramentas de comunicação com potencial de estimular o desenvolvimento da atividade econômica, pois permitem pesquisar videoaulas e tutoriais sobre o assunto. Esta frase revela duas coisas bem interessantes: a) o acesso à rede pelas TICs não produz um imaginário para a migração, mas, embora não expresse, podemos concluir que, quando se intensifica políticas de ações comunicativas, há bons resultados, visto que desta vez existe uma apropriação de meios de produção simbólicos com capacidade de transmissão massiva a baixo custo, modelo todos-todos; b) a geração mais jovem atualizou a preferência de seus pais no consumo audiovisual, ou seja, o rádio e, mais tarde, com a chegada da energia elétrica, a TV alcançou os domicílios rurais, mas, atualmente, existe uma apatia no consumo de material dos meios de comunicação tradicional, a velha mídia, relegando ao YouTube e sites de pesquisa espaço não só de entretenimento, como também de informação e conhecimento.

Em síntese, a universalização visível do acesso à internet no campo ainda não foi capaz de provocar uma orientação mais deliberada das ações comunicativas dos movimentos empenhados na mobilização do projeto identitário da convivência com o semiárido. Podemos elencar um conjunto de fatores que contribuem para esta realidade, que perpassam desde a dificuldade de captação do sinal às dificuldades orçamentárias que priorizam o desenvolvimento de políticas públicas agroecológi-

cas, além dos graus variados de inclusão digital entre os sujeitos rurais de perfil comunicativo marcado pela exclusão infocomunicacional.

De modo geral, são grupos sociais vulneráveis ao impacto das TICs, especialmente se considerar a ausência de uma inclusão digital e o sentido que a inserção de um dispositivo comunicativo provoca na ordem social. A legitimidade que as TICs possuem em representar uma fonte de informação por si só confiáveis, sem problematizar suas potencialidades, é um desafio dos novos tempos que se impõe a todos. Expostos ao potencial turbilhão de informações que estes dispositivos carregam, a mediação comunicativa ainda levará um tempo para se sedimentar, de forma positiva, no tecido social, sem significar uma ameaça à ordem social, ao estado de direito e à democracia. Estamos imersos em um *interregno*, cujo período de adaptação e assimilação do uso da internet para uma apropriação racional e autônoma é uma incógnita que só encontrará um caminho seguro assim que as condições estruturais sejam calcificadas.

A conjuntura política não aponta para este caminho. O paradigma da convivência com o semiárido executado pelo conjunto mobilizado de pequenos agricultores do semiárido rural do Nordeste é uma alternativa ao projeto das classes dominantes rurais da região, cujas atitudes recentes de romper unilateralmente ao pacto social da Constituição de '88 e a rejeição, no momento, a qualquer tipo de conciliação classista costurada desde então, vislumbra um período de reforço autoritário no campo. O reflexo deste comportamento está projetado na ausência deliberada de projetos para responder às demandas atuais das juventudes rurais organizadas em movimentos sociais ao longo dos anos, especialmente no campo da comunicação, ainda concentrado e oligopolizado nas mãos de poucas famílias que compõem o arcabouço histórico do patrimonialismo nacional.

Referências

- ANÔNIMO A. **Entrevista Grupo Focal 01**. [dez. 2018]. Entrevistador: Alisson Gomes Callado. Soledade-PB, 2018. 1 arquivo .mp3 (54 min.).
- ANÔNIMO B. **Entrevista Grupo Focal 01**. [dez. 2018]. Entrevistador: Alisson Gomes Callado. Soledade, 2018. 1 arquivo .mp3 (54 min.).
- ANÔNIMO C. **Entrevista Grupo Focal 02**. [dez. 2018]. Entrevistador: Alisson Gomes Callado. Pedra Lavrada-PB, 2018. 1 arquivo .mp3 (60 min.).
- ANÔNIMO D. **Entrevista Grupo Focal 02**. [dez. 2018]. Entrevistador: Alisson Gomes Callado. Pedra Lavrada-PB, 2018. 1 arquivo .mp3 (60 min.).
- ANÔNIMO E. **Entrevista Grupo Focal 02**. [dez. 2018]. Entrevistador: Alisson Gomes Callado. Pedra Lavrada-PB, 2018. 1 arquivo .mp3 (60 min.).
- ANÔNIMO F. **Entrevista Grupo Focal 03**. [dez. 2018]. Entrevistador: Alisson Gomes Callado. Mogeiro-PB, 2018. 1 arquivo .mp3 (46 min.).
- ANÔNIMO G. **Entrevista Grupo Focal 03**. [dez. 2018]. Entrevistador: Alisson Gomes Callado. Mogeiro-PB, 2018. 1 arquivo .mp3 (46 min.).
- ANÔNIMO H. **Entrevista Grupo Focal 04**. [dez. 2018]. Entrevistador: Alisson Gomes Callado. Riachão do Bacamarte-PB, 2018. 1 arquivo .mp3 (47 min.).
- ANÔNIMO I. **Entrevista Grupo Focal 04**. [dez. 2018]. Entrevistador: Alisson Gomes Callado. Riachão do Bacamarte-PB, 2018. 1 arquivo .mp3 (47 min.).
- ANÔNIMO J. **Entrevista Grupo Focal 04**. [dez. 2018]. Entrevistador: Alisson Gomes Callado. Riachão do Bacamarte-PB, 2018. 1 arquivo .mp3 (47 min.).
- ANÔNIMO K. **Entrevista Grupo Focal 05**. [dez. 2018]. Entrevistador: Alisson Gomes Callado. Boqueirão-PB, 2018. 1 arquivo .mp3 (54 min.).
- ANÔNIMO L. **Entrevista Grupo Focal 05**. [dez. 2018]. Entrevistador: Alisson Gomes Callado. Boqueirão-PB, 2018. 1 arquivo .mp3 (54 min.).
- ANÔNIMO M. **Entrevista Grupo Focal 05**. [dez. 2018]. Entrevistador: Alisson Gomes Callado. Boqueirão-PB, 2018. 1 arquivo .mp3 (54 min.).

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BONIN, Jiani. Questões Metodológicas na Construção de Pesquisa sobre apropriações Midiáticas. In: MOURA, Cláudia Peixoto; LOPES, Maria Immacolata Vassallo (Orgs.). **Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

CALLADO, Antônio. **Os Industriais da Sêca e os “Galileus” de Pernambuco**: aspectos da luta pela reforma agrária o Brasil. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2010.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**: (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CGI.BR. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil**: TIC Domicílios e TIC Empresas 2008. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2009. Disponível em: <<https://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-da-informacao-e-da-comunicacao-no-brasil-2008/>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

CGI.BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros [livro eletrônico]**: TIC domicílios 2017. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018. Disponível em: <<https://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2017/>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

DUQUE, Ghislaine. Conviver com a seca: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008.

EMBRAPA/ASA. **Relatório do II Oficina do Projeto Pedagógico na Paraíba “Juventude, Comunicação e Agroecologia”**. Centro Diocesano do Tambor: Campina Grande, 2018.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto e a Pesquisa em Comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, Cláudia Peixoto; LOPES, Maria Immacolata

Vassallo. **Pesquisa em Comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Desfeita**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

IBGE. **PNAD Contínua 2017 – Educação**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

IBGE. **PNAD Contínua 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

INOVA/PROCASE. **Relatório Final do Estudo de Linha de Base**. Brasília, 2016.

MEDEIROS, Salomão de Sousa. **Agricultura Temporária**. Campina Grande-PB: INSA, 2018. Disponível em: <<https://portal.insa.gov.br/acervo-livros/1230-sinopse-da-agricultura-temporaria-do-semiarido-brasileiro-2017>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

PROCASE. **Relatório Encontro de Jovens Rurais do Semiárido**. Campina Grande-PB: Governo da Paraíba, 2016. Disponível em: <http://portal-semear.org.br/wp-content/uploads/2018/04/AF_Sistematiza%C3%A7ao-Encontro-de-Jovens-Rurais-do-Semiarido.compressed.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2019.

SIGSAB. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM. Campina Grande-PB: Insa, 2010. Disponível em: <[http://sigsab.insa.gov.br/static/themes/v1/lib/elfinder/Arquivos/Publica%C3%A7%C3%B5es/IDHM_S%C3%ADntese%20\(2010\).pdf](http://sigsab.insa.gov.br/static/themes/v1/lib/elfinder/Arquivos/Publica%C3%A7%C3%B5es/IDHM_S%C3%ADntese%20(2010).pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2019.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido**: políticas públicas e transição paradigmática. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/bGzFBo>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

Observatório do jornalismo no Semiárido: O discurso da convivência com a seca/Semiárido e seu agendamento na imprensa e nas campanhas eleitorais nas Eleições 2014

Carlos Alberto Farias de Azevêdo Filho

Sandra Raquew dos Santos Azevêdo

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre uma experiência teórica e prática de crítica de mídia no curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo como ponto de partida esta investigação social voltada a traçar o perfil quantitativo e qualitativo da cobertura sobre a estiagem e temas relativos às práticas de convivência com o Semiárido paraibano nos veículos do jornalismo impresso, pensando acerca da construção social desse agendamento, seus enquadramentos e atributos constituídos pela imprensa local, num período caracterizado como uma das maiores secas da região. Desenvolvida através do *Observatório do Jornalismo no Semiárido Paraibano*, a pesquisa teve como objeto de estudo o discurso da convivência com a seca/Semiárido e seu agendamento na imprensa e nas campanhas eleitorais das Eleições de 2014.

Considerada a pior seca em 50 anos, em 2013, quando iniciamos a pesquisa, 195 municípios paraibanos foram decretados em situação de emergência, 170 deles tiveram decreto de calamidade por três meses, 48 açudes estavam com menos de 20% da capacidade. No Brasil, 1.415

municípios foram atingidos nesse período, dos quais 1.046 se encontravam em situação de emergência e estado de calamidade.

De acordo com Moreira (2010), desde 2010 se está vivendo no semiárido nordestino o que se convencionou chamar de “seca verde”, ou seja, chove, mas sem continuidade e quantidade requeridas para sustentar o desenvolvimento das lavouras. Concordamos com Andrade (2010), quando afirmava, já em 1947, que a seca não está restrita a um fenômeno natural, embora, como podemos observar nessa investigação, ainda há certa recorrência do discurso público sobre ela enquanto calamidade natural, que interpela, especialmente aos agentes públicos, um combate sistêmico.

Para compreender melhor a produção social das notícias sobre essa temática, realizamos um processo de monitoramento das práticas de agendamento midiático, com a participação dos estudantes de Jornalismo, a fim de que pudessem aperfeiçoar as suas práticas analíticas e o conhecimento no campo de estudos sobre *agenda-setting*, bem como a análise de fenômenos socioambientais numa perspectiva comunicacional, em particular, a seca nordestina.

A partir da cobertura pela imprensa dos grandes períodos de estiagem, vê-se que não faz muito tempo que a população do Semiárido brasileiro era claramente representada sob o signo do flagelo. Refletindo sobre a temática, Brochardt (2013) afirma que:

A hegemonia das políticas de combate à seca, com a contribuição decisiva dos meios de comunicação social, construiu no imaginário popular e da própria nação uma falsa ideia sobre o Semiárido: um lugar apenas de terra rachada e seca, onde se encontram carcaças de gado morto, crianças desnutridas, agricultura improdutivo. Desse modo, o que era resultado da falta de estrutura e de políticas condizentes virou falta de água; e o que era a ausência do Estado, enquanto provedor de políticas públicas adequadas, passou a ser a incapacidade do povo de inovar e criar alternativas para conviver com as condições de semiaridez da região. (BROCHARDT, 2013, 17).

Através dessa pesquisa, nos foi possível melhor problematizar o agendamento midiático produzido pelos jornais paraibanos *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba* e *A União* nos seguintes períodos: de abril a maio de 2013; de agosto a dezembro de 2013; de janeiro a dezembro de 2014 e de janeiro a março de 2015. Nosso intuito foi o de identificar e refletir sobre as representações sociais produzidas na agenda midiática sobre essa temática a partir das transformações da percepção da seca enquanto *catástrofe* natural.

Analizamos, também, a presença de notícias sobre as ações de convivência com o Semiárido e sua população a partir de parâmetros que, de certo modo, desconstroem a retórica e estigma da seca por meio da existência de matérias jornalísticas sobre ações, conhecimentos e políticas advindas da população local, organizações sociais e dos Governos, na afirmação de estratégias para convivência como fenômeno socioantropológico e ambiental enquanto parte das características do bioma da Caatinga, da presença humana nesse território e dos novos olhares sobre o desenvolvimento.

Nossa pesquisa se desenvolveu no Estado da Paraíba¹¹ (Nordeste do Brasil), integrando a região do Semiárido Brasileiro¹², que inclui uma área 970 mil quilômetros quadrados, com 1.133 municípios. Nessa região, vivem 22 milhões de pessoas, cerca de 11,8% da população brasileira de nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Dessa população, 38% vivem na zona rural, ou seja, 1,7 milhões de famílias, oito milhões e meio de pessoas. Abaixo, podemos observar o mapa político do Brasil:

11. O Estado da Paraíba fica situado à Leste da Região Nordeste. Possui uma população de aproximadamente 3.914.418 habitantes, divididos entre 223 municípios.

12. Segundo dados oficiais do Ministério da Integração, por meio do estudo *Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro*, realizado no ano de 2005. Esse documento encontra-se disponível em: < <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/semiariado/arquivos/Delimitacao%20do%20Semi-Arido.pdf/view>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

Mapa 1: Mapa Político do Brasil com Divisão Regional



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ainda segundo o Documento, para a nova delimitação do semiárido brasileiro, o Grupo de Trabalho Interministerial tomou por base os seguintes critérios técnicos: a) precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; b) índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990 e d) risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

Conforme dados do Ministério da Integração Nacional, através do Documento Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro¹³, dos 223 municípios paraibanos, 170 fazem parte da dessa delimitação, ou seja, mais de 75% do território do Estado é semiárido. Daí a importância de se estudar a temática da seca e da convivência com o bioma, bem como sua representação nos principais veículos da mídia impressa. No mapa 2, podemos ver o Estado da Paraíba:

13. Este documento está disponível em:
<http://www.asabrasil.org.br/UserFiles/File/cartilha_delimitacao_semi_arido.pdf.> Acesso em: 05 mai. 2014.

Mapa 2: Mapa do Estado da Paraíba



A Caatinga é o bioma predominante no Semiárido brasileiro. Essa Região vivencia períodos de chuva que se concentram em quatro ou cinco meses por ano, assim, caracteriza-se por um baixo índice pluviométrico, o que significa algo em torno de sete a oito meses de estiagem. Ainda segundo o documento, pode-se concluir “não ser a falta de chuvas a responsável pela oferta insuficiente de água na região, mas sua má distribuição, associada a uma alta taxa de evapotranspiração, que resultam no fenômeno da seca, a qual periodicamente assola a população da região”. No mapa 3, podemos ver a nova delimitação do Semiárido brasileiro:

Mapa 3: Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro



Fonte: Ministério da Integração Nacional

Parte considerável do agendamento midiático produzido sobre o Nordeste brasileiro tem sido histórico e socialmente desenvolvido a partir da construção social de uma imagem sobre essa região do país como um espaço-problema em virtude do fenômeno das secas. Freyre (2010) já problematizava a "população martirizada pelas secas", dizendo que:

Já houve quem atinasse com uma espécie de ritmo que viesse regulando o fenômeno desde os primeiros tempos do povoamento estável da região: 1710-1809; 1723-1824; 1736-1837; 1744-1844; 1771-1877. Uma como relação rítmica entre espaço tempo que Graham Wallas talvez estimasse ter conhecido ao levantar sua teoria da estética da ciência: a relação entre indivíduo e a espécie, entre a causa e o efeito, entre o ser

humano e o meio físico. Relação rítmica, relação poética [...] Os indivíduos nascidos na área brasileira das secas dificilmente têm conseguido deixar de ser indivíduos marcados no corpo ou na sensibilidade por essa como relação rítmica – dramaticamente rítmica – entre o tempo e o espaço regional. (FREYRE, 2010, p. 05).

A representação do fenômeno das secas, ancorada, hegemonicamente, na calamidade natural, é, certamente, um processo social, político e econômico complexo, que produziu, historicamente, uma desinformação, colaborando, sobretudo, para a manipulação de uma identidade social das populações do Nordeste brasileiro, a partir daquilo que Goffman (1988) define como *modus operandi*, no qual a má reputação gerada tem uma função de controle social. Esse combate sistêmico da calamidade se refletia não só na denominação de diferentes órgãos públicos voltados ao “combate às secas”, a exemplo do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

A partir da cobertura pela imprensa dos grandes períodos de estiagem no Nordeste, a população era tratada sob o signo do flagelo. “Os flagelados da seca” apareciam como um atributo e enquadramento hegemônico na construção dos cenários de representação (LIMA, 2004) sobre a situação socioeconômica e cultural dos diferentes estados dessa região. A representação social do “flagelado da seca” colocou as populações do Nordeste num patamar de desigualdade não apenas econômico, mas, também, intelectual.

Ao reduzir o campo de sentido para compreensão de um fenômeno ambiental, e também sociológico, que é a estiagem, a realidade social do Nordeste foi sub-representada por meio de uma má reputação baseada no flagelo, no êxodo rural/migração; na violência dos saques e na fome. Em *A Paraíba¹⁴ e Seus Problemas*, Almeida (1994) discorre,

14. O Estado da Paraíba está localizado na Região central do Nordeste e ocupa uma área de 56.584,6 km². Tem 233 municípios, dos quais 170 integram o semiárido nordestino. A sua população está estimada em 3.791.315 habitantes. As cidades mais populosas são: João Pessoa (capital), Campina Grande, Santa Rita, Patos, Bayeux e Sousa.

entre outras coisas, sobre a problemática da seca no Nordeste, em especial na Paraíba, ressaltando aspectos dramáticos da realidade vivida no início do século passado, mas também sinalizando alternativas de planejamento para superação das dificuldades decorrentes dos ciclos de estiagem.

Essa investigação nos ajudou a refletir sobre o fenômeno da estiagem enquanto experiência ontológica para o nordestino/paraibano(a), mais especificamente sob uma perspectiva comunicativa, na qual derivam suas representações coletivas. Nesse sentido, temos que ressaltar que, nas décadas finais do século XX, começa a ganhar força no País, especialmente no Semiárido brasileiro, um debate crítico voltado às causas estruturais das desigualdades regionais, a exemplo do clássico estudo de Josué de Castro, *Geografia da Fome*, relacionando as assimetrias aos interesses políticos das elites locais, no intuito de manter o que se tornou conhecido como *indústria da seca*.

Um debate foi amplamente intensificado no início do Século XXI com o aparecimento de novas organizações sociais de base voltadas à formulação e efetivação de projetos alternativos de convivência com o semiárido, colocando-se, claramente, em confronto com um paradigma de desenvolvimento para a região pautado no combate à seca e pelo agendamento mundial sobre as mudanças climáticas.

Vinculados a esse debate, vemos o surgimento de projetos a partir da ação de ONGs, sindicatos de trabalhadores rurais, associações, entre outros, no Semiárido brasileiro como um todo, contribuindo, assim, para ações de grande impacto social, a exemplo da construção de cisternas de placas voltadas à sustentabilidade hídrica da região, que, na primeira gestão do Governo Lula, ganhou status de programa governamental, denominando-se “Programa Um Milhão de Cisternas”.

Essa e outras iniciativas vinculadas às temáticas como água, sementes, cultivos orgânicos, economia solidária, criação animal, entre outras, contribuíram para, a partir de novas tecnologias sociais, o apa-

recimento de um agendamento na mídia (McCOMBS, 2004; TRAQUINA, 1999) sobre as ações de convivência com o semiárido e sua população através de parâmetros que, de certo modo, buscam desconstruir a retórica e estigma da seca.

Podemos afirmar que, aqui, na Paraíba, a presença do Fórum Articulação do Semiárido¹⁵, de certa maneira, influiu na produção de informações e notícias sobre essa realidade, tendo em vista as práticas de noticiabilidade geradas no interior desses segmentos sociais para auxiliar na divulgação destes projetos.

A Articulação do Semiárido Paraibano – ASA Paraíba é um fórum que reúne cerca de 300 organizações envolvidas com as temáticas da agricultura familiar de base agroecológica e convivência com o Semiárido, que atuam em mais de 160 municípios da Paraíba nas regiões semiáridas Alto e Médio Sertão, Cariri, Curimataú, Brejo, Agreste e Seridó.

Esse Fórum vem promovendo, no semiárido paraibano, o debate sobre desenvolvimento sustentável, convivência com o semiárido e agroecologia, conforme resgata Duque (2008, 135-136):

Em 1993, quando mais uma seca veio atingir o semiárido, centenas de trabalhadores rurais de todo o Nordeste ocuparam a sede da Sudene, exigindo providências eficazes para amenizar a situação da população. A partir daí iniciou-se um processo de discussão envolvendo mais de 300 entidades, que culminou com um seminário – Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro – realizado em maio de 1993 nas dependências da Sudene. Como desdobramento, criou-se o Fórum Nordeste, que se propôs a elaborar um programa de ações permanentes, apontando medidas a serem executadas pelo governo para garantir o “desenvolvimento sustentável” do semiárido.

15. A ASA Paraíba integra a Articulação Semiárido Brasileiro – ASA Brasil, que por sua vez, reúne mais de três mil entidades que trabalham com a convivência com o semiárido nos nove estados do Nordeste e de Minas Gerais que fazem parte da região semiárida brasileira, que neste ano completa 15 anos de existência.

Observamos que, diante de um contexto de tensões sociais provocadas pelo último período de estiagem no semiárido paraibano, ocorreu a intensificação dessa pauta na imprensa. Nosso monitoramento de mídia se voltou, portanto, à discussão de enquadramentos e atributos desse processo de agendamento que, de certo modo, deixa em evidência tensões entre dois discursos em momentos conflitantes: uma abordagem voltada ao combate à seca e outra com ênfase nas estratégias de convivência com o semiárido.

Metodologicamente, optamos por realizar um estudo da *agenda-setting* dos jornais paraibanos *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba* e *A União*, no período da última estiagem nessa região. A Teoria da Agenda-setting, nasce no interior de uma abordagem sociológica sobre os processos de produção das notícias e se define enquanto prática social em que as mídias – pelas dinâmicas de seleção, disposição e incidência de suas notícias – passam a guiar os temas sobre os quais serão discutidos publicamente (MCCOMBS, 2008; BARROS FILHO, 2003; HOHLFELDT, 2001). McCombs (2004) conceitua a teoria da *Agenda-setting* como um complexo mapa intelectual que ainda se encontra em processo de evolução.

Por isso nos voltamos para analisar quantitativamente e qualitativamente notícias veiculadas nos jornais locais, pensando o fluxo desse agendamento do fenômeno da estiagem na imprensa da Paraíba e observando a evolução e mobilidade nos tópicos desse agendamento.

A análise documental quantitativa nos possibilitou organizar uma cartografia, a partir do fluxo desse Agendamento, por isso consideramos como significativo trabalhar com metodologias quantitativas e qualitativas em estudos sobre agendamento midiático. Optamos, ainda, por uma análise do conteúdo pensando não só a visibilidade dessa temática na imprensa, mas, também, nos aspectos relevantes no tocante às representações sociais sobre a seca e convivência com o semiárido, não enquanto polarizações, mas como interfaces na re-

apresentação social de um mesmo fenômeno na imprensa. A análise de conteúdo nos permitiu identificar, entre outras coisas, enquadramentos e atributos que são socialmente estruturados na produção social dos acontecimentos por diferentes atores sociais.

Consideramos que as representações discursivas sobre o semiárido paraibano precisam ser cada vez mais percebidas, na medida em que a narrativa jornalística sobre esse território e sua população se constitui a partir de uma cultura em que as relações de poder estão cada vez mais midiaticizadas.

Desse modo, consideramos vital a reflexão das formas simbólicas produzidas socialmente pelo jornalismo, em suas formas de narrar e produzir significados a processos historicamente específicos e socialmente estruturados.

As mídias enquanto fenômenos das sociedades contemporâneas alteram, fundamentalmente, as nossas percepções e, de modo particular, nosso entendimento sobre o espaço público.

I Metodologia

Em “Pesquisa em Comunicação”, Lopes (2000, p.13) aponta que a Comunicação vem, ao longo do tempo, se construindo como um campo de estudos que, progressivamente, tem autonomia dentro da grande área de conhecimento que são as Ciências Sociais e Humanas. Assim, nas palavras da autora, a historicidade do objeto da comunicação vem, justamente, do desenvolvimento da cultura industrializada pelos meios de comunicação num então país capitalista periférico. Lopes (2000 p. 17) pontua que o estudo sistemático da comunicação começa nos anos 50 e estende-se aos nossos dias com a constituição e consolidação de um mercado cultural no país e um processo “nacional” de desenvolvimento.

No que se refere ao jornalismo em si, Melo (2006 p. 15) discorre que pesquisas sobre periódicos remontam ao final do século XIX am-

paradas pelos chamados institutos históricos, espalhados pelo Brasil. No entanto, Melo (2006 p. 17) vai concordar com Lopes (2000) no que concerne ao fato de que justamente nas décadas de 60 e 70 do século XX é que se terá um grande desenvolvimento científico no estudo dos meios, decorrente do próprio crescimento da indústria cultural e também pela consolidação e expansão das escolas de comunicação.

A pesquisa universitária sobre jornalismo vai ser dividida por Melo (2006 p. 17), no século XX, em dois grandes grupos: o primeiro com os estudos que dimensionam a mídia a partir da Sociologia, da Política, da História, da Antropologia etc. E o segundo com os estudos que tomam o jornalismo em si, com as variáveis intrínsecas ao objeto. Nesse grupo, estão as pesquisas geradas pelos cursos de Comunicação (Jornalismo).

Mais recentemente Melo (2007 p. 10) afirma que, no século XXI,

o campo acadêmico do jornalismo vivencia uma conjuntura de fortalecimento dentro do nosso espaço universitário. Evidência disso é o lançamento de livros escritos por pesquisadores situados em diferentes partes do território nacional, difundindo as pesquisas concluídas, bem como a publicação de um punhado de revistas científicas que nutrem o debate sobre questões teóricas e metodológicas. Os estudiosos da área contam ainda com um fórum específico para a difusão e a crítica do conhecimento novo produzidos nas universidades: a SBPJOR- Sociedade Brasileira de Pesquisadores do Jornalismo (...) o Núcleo de Pesquisa em Jornalismo da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação e o Grupo de Estudos em Jornalismo da Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação.

Mesmo com todo esse desenvolvimento em curso na pesquisa em Jornalismo, Lago e Benetti (2007) notam ainda a persistência de uma fragilidade metodológica nas pesquisas, lacuna esta que vinha sendo sanada com a publicação de alguns manuais, como o de Duarte e Barros (2006).

A experiência do projeto do Observatório do Jornalismo no Semi-árido Paraibano na análise crítica da mídia impressa se constituiu numa pesquisa que ressaltou o caráter pedagógico da educação para as mídias, na medida em que estimulou os estudantes de graduação e pós-graduação, participantes dessa investigação social, a refletirem sobre a produção social das notícias em contextos específicos, como a experiência concreta de escassez de recursos hídricos.

A contextualização das práticas jornalísticas, a produção de uma base de dados, a checagem de informações oriundas do discurso público dos jornais, de órgãos oficiais e de instituições da sociedade civil organizada integram o trajeto metodológico implementado na observação e crítica da mídia focada na análise da *agenda-setting* produzida pelos jornais locais.

Nesse aspecto, a metodologia adotada também corroborou com a construção da caminhada teórico-metodológica dos observatórios da imprensa no Brasil, que, conforme o estudo de Canela (2008) tem, na Análise de Conteúdo, uma melhor adequação a partir de trabalhos desenvolvidos em todo Brasil desde a década de 90.

A Análise de Conteúdo continua sendo uma estratégia metodológica relevante para compreender os fenômenos do jornalismo brasileiro. Canela (2008, p. 66) compreende que a Análise de Conteúdo é quem melhor se encaixa ao “objetivo de traçar um diagnóstico detalhado da cobertura da mídia impressa em relação a determinadas temáticas”. No contexto deste trabalho, adotamos com vistas a um real desenvolvimento de uma pesquisa e intervenção na realidade dos meios de comunicação.

Por isso, reafirmando a visão de Canela (2008) quanto à Análise de Conteúdo, tomamos como base um perfil quantitativo da produção das notícias. A definição do *corpus* da pesquisa levou em conta um acontecimento que deflagrou uma maior cobertura da imprensa em 2013: os protestos de criadores de gado, na cidade de Campina Grande, em abril do mencionado ano. Daí, vimos a necessidade de incluir

a cobertura desse fato, que também ressoou no mês de maio de 2013. O universo da amostra quantitativa inclui ainda os períodos de agosto a dezembro de 2013; janeiro a dezembro de 2014 e janeiro e março de 2015. Essa amostra se relaciona com o período em que se intensificou, na imprensa, o debate sobre o “combate à seca”, especialmente porque, nesse período estudado, se percebeu um discurso público que classificava a estiagem como a maior dos últimos 50 anos.

Outro aspecto relevante para o recorte foram as Eleições 2014, na medida em que tínhamos por objetivo melhor entender como a agenda pública e agenda política se comportavam na imprensa em relação ao tema. Por fim, o período que finaliza o universo da amostra diz respeito à cobertura sazonal do período chuvoso no Estado, e a de que maneira isso se refletia nas práticas de agendamento midiático.

A partir da estruturação do *corpus*, definimos um instrumento de análise para as matérias, classificamos os textos jornalísticos segundo esse instrumento para organização do banco de dados e análise dos resultados.

Na visão de Dencker e Viá (2001, p. 179) a “a análise de conteúdo consiste em classificar categorias preestabelecidas nos elementos de um texto ou de uma comunicação que se quer analisar”. Para tanto, segundo as pesquisadoras, é necessário a definição prévia das categorias e também de unidades (de base gramatical ou não).

Os estudos de Franco (2007) também nos advertem que o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal, gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Assim, a autora dá ênfase à importância de um planejamento efetivo na realização da pesquisa, mais precisamente na definição das categorias:

Definidos os objetos da pesquisa, delineado o referencial teórico e conhecido o tipo de material a ser analisado, o pesquisador começa a se defrontar com problemas técnicos. Surge então o primeiro desafio ao pesquisador que se utiliza da análise de conteúdo, qual seja: definir Unidades de Análise. O desafio não pode ser enfrentado sem que alguns problemas técnicos sejam esclarecidos. As unidades de Análi-

se dividem-se em: a) Unidades de Registro e b) Unidades de Contexto (FRANCO, 2007, p. 41).

O Observatório do Jornalismo no Semiárido Paraibano assim definiu seu universo de pesquisa considerando os jornais impressos de grande circulação no Estado da Paraíba, a saber: *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba* e *A União*.

Como instrumento de trabalho, temos a catalogação de todo o material via coleta mensal através de assinaturas dos principais jornais; a classificação dos textos segundo cada gênero jornalístico empregado e, por fim, a alimentação de um banco de dados que foi central para compreender as representações sociais sobre esse fenômeno por meio da cobertura da imprensa local diante das principais questões estudadas.

2 Agendamento sobre a seca/convivência com o Semiárido paraibano

Consideramos que constituição de um acontecimento ou de uma questão em notícia significa dar existência pública a esse acontecimento ou questão, tomando-o como recurso de discussão (TRAQUINA, 2001, p. 22). Percebemos, na trajetória desse estudo, o quanto a seca/estiagem, enquanto enunciado, começa a tomar contorno mais abrangente a partir de obras como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos e *O Quinze*, de Rachel de Queiroz. Além da literatura, há relatos de jornais paraibanos que, desde 1887, já colocavam em evidência o contexto da seca:

Cartas de amigos de diversas localidades da província asseveram-nos que continúa a falta de chuvas no interior, que a sêcca se vai tornando cada vez mais devoradora e que os emigrantes dos sertões afluem quasi diariamente nos brejos em numero considerável. Nesta capital honrem observamos a entrada de uma família desvalida com uma carga de crianças em cassuaes. (ALMEIDA, 1994, p.180).

Continua a sêcca, e com ela a emigração do interior da província para esta capital em busca de socorros officiaes. As famílias mais abastadas do alto sertão, e que tinham alguns recursos com os quais resistirão durante os dois passados anhos sem abandonarem seus lares, vendo esgotados todos os meios, de que podiam dispôr, já descem na ultima miseria, sofrendo a fome e caminhando a pé. (ALMEIDA, 1994, p. 195).

Esses dois relatos noticiosos são um pequeno exemplo da presença dos jornais paraibanos¹⁶ na constituição do imaginário social sobre as secas no Nordeste. Na publicação *A Revolução Nordestina*, Santos (1984) faz uma cronologia das secas, cujos registros datam a partir de 1559, mostrando ciclos de estiagem que vão até 1997.

Para nós, um aspecto da análise que não pode ser subtraído são os relatos históricos que criam o que Lippman (1922) conceitua como simbolismo da opinião pública. É por meio desses jornais locais e, também, da literatura, que uma percepção pública do fenômeno vai sendo constituída, de forma pejorativa, pelos seguintes atributos: “flagelo”, “retirante”, “faminto”, “emigrante”, “calamidade”, “lástima”, “famigerados”, “indigente”, entre outros.

A imagem mental das secas enquanto evento público expressa uma condição de flagelo que, historicamente, passa a ser atribuída à identidade dos próprios nordestinos, contribuindo, como já havíamos afirmado, para um processo de estigmatização que reforça, ainda na atualidade, uma relação assimétrica entre o Nordeste e os demais Estados brasileiros e o preconceito contra os habitantes dessa região. De uma forma literária, Almeida (1994), ao refletir a seca como “martírio”, afirmará que “a psicologia desse povo ficou sendo dominada pelo conceito de seca”.

Noutro ciclo de estiagem, agora no século XXI, podemos, de certo modo, assinalar que a veiculação de notícias sobre esse fenômeno e seus

16. Muitos outros relatos noticiosos podem ser encontrados no livro *A Paraíba e seus Problemas*, escrito por José Américo de Almeida.

impactos sócio-ambientais, tendo como ponto de partida a agenda jornalística, se apresenta por meio do binômio visibilidade/invisibilidade numa dinâmica espaço-temporal marcada pela reprodução dos ciclos naturais que deflagram, no semiárido paraibano, os períodos de estiagem e chuvas, e os jornais simbolicamente vão reproduzir essa temporalidade em suas narrativas. Ainda que os períodos de seca sejam característica do bioma da Caatinga, os desdobramentos da cobertura do fato jornalístico junto à opinião pública expressam a relação sistêmica entre jornalismo, construção da realidade mediada e a sociedade:

Os media não relatam simplesmente e de uma forma transparente os acontecimentos que são só por si <<naturalmente>> noticiáveis. <<As notícias>> são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas. (HALL et all., 1999, p. 224).

Nesse processo que envolve a construção social das notícias na imprensa paraibana, observamos que a ênfase da imprensa no período de seca e sua visibilidade ainda manifestam um olhar atravessado pela percepção da vivência de uma catástrofe, enquadramento recorrente ao longo de anos, como podemos constatar em algumas notícias:

A falta de chuva na Paraíba já comprometeu a safra de milho do Estado. A Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado da Paraíba (Fetag) e a Companhia Nacional de Abastecimento na Paraíba (Conab-PB) afirmam que a safra está comprometida e pode haver perda de 100%. Caso as chuvas não sejam constantes até o mês de junho a Paraíba terá que comprar milho de áreas intimadas no Ceará ou no Vale do São Francisco, em Pernambuco (*Estiagem compromete a safra de grãos da Paraíba*, jornal **A União**, 7 de abril de 2013).

As chuvas estão irregulares e abaixo da média histórica na região de Sousa. Faltando menos de dois meses para o fim da tradicional quadra invernal, os agricultores estão preocupados com o abastecimento de

água humano e animal para o restante do ano. (*Estiagem ainda **castiga** a cidade de Sousa*, jornal **A União** 7 de abril de 2013)

O presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba(ALPB), deputado Ricardo Marcelo(PEN) reuniu a imprensa ontem para uma entrevista coletiva para apresentar alguns resultados obtidos com a campanha SOS SECA, lançada pela Casa no início do ano e que conseguiu reunir mais de 200 mil assinaturas em todo Estado [...] Destacando que a Paraíba enfrenta a pior seca dos últimos 50 anos, Ricardo Marcelo propôs a elaboração de um plano emergencial de abastecimento para assegurar água potável nos mananciais do Estado, evitando que a situação se agrave, sobretudo nos municípios do Semiárido. (*SOS SECA. Assembleia apresta os resultados das campanhas*, jornal **A União**, 5 de abril de 2013)

Mesmo com a **súplica** do sertanejo por chuva, a estiagem na região do Semiárido não dá trégua. É a pior registrada nos últimos 50 anos. De acordo com o Governo Federal, 1.415 municípios **sofrem** com a seca, que afeta a vida de quase 22 milhões de brasileiros. A falta de chuva atinge mais de 90% dos municípios do Semiárido e ultrapassou a extensão das 1.135 cidades que o compõem. (*Seca na região é a pior dos últimos 50 anos*, jornal **A União**, 26 de abril de 2013).

“O sol é o **inimigo** que é forçoso evitar, iludir ou **combater**”. A frase escrita por Euclides da Cunha na obra Os Sertões, em 1902, revela o que até hoje o cidadão sertanejo precisa enfrentar no seu dia a dia. A falta de chuva impõem ao Semiárido brasileiro a pior seca dos últimos 50 anos. (*Calamidade em 1.046 municípios*, jornal **A União**, 26 de abril de 2013).

Mais de um século depois, o sertanejo continua um forte na luta pela sobrevivência diante da seca que assola a região nordeste desde o ano passado e deixa marcas de destruição por onde passa. (*Paraibano luta para **sobreviver** a estiagem*, **Jornal da Paraíba**, 12 de maio de 2013)

O agravamento da estiagem leva pais de família a abandonarem suas casas no interior da Paraíba, em busca de sustento em São Paulo. A distância representa sofrimento para esposas, pais, filhos, mas que se torna necessária para driblar a fome e os dias difíceis. (*Sem empregos na zona rural*, Paraíba ganha **viúvas da seca**, **Jornal da Paraíba**, 14 de maio de 2013)

Contudo, observamos, no contexto de produção e circulação das notícias sobre essa temática, um movimento de transformação em curso, tendo em vista a interação de organizações sociais (movimentos sociais, pastorais, organizações não governamentais, universidades, sindicatos de trabalhadores rurais, entre outros) atuantes no Semiárido paraibano, especialmente da década de 1990 para cá, que têm feito da temática da convivência com o semiárido paraibano a razão de ser de sua ação política, como também uma clivagem relevante desse agendamento midiático. De acordo com a assessora de comunicação da Articulação do Semiárido Brasileiro, Fernanda Albuquerque, a mídia também passou a olhar mais para o Semiárido de forma diferente. Ela enfatiza que:

Primeiro, olhar o Semiárido como Semiárido, porque antes olhava muito como sertão, se olhava muito pra seca e não num espaço denominado, um território. Acho que isso mudou. Outra avaliação que eu faço, também, é que apesar de ter muito isso da seca, da miséria, enfim, mas a gente também tem um movimento diferente de trazer o novo, quais são as novidades, as perspectivas, o que ocorre. (Entrevista cedida à pesquisadora em 17 de julho de 2014).

É necessário ressaltar ainda que a produção e circulação de notícias com ênfase na convivência com o Semiárido, constituída em grande parte por meio do trabalho e visibilidade desses movimentos sociais, se apresentam como um *continuum* no noticiário paraibano, independentemente dos ciclos de estiagem, colocando em evidência o debate sobre convivência com o Semiárido paraibano e sustentabilidade ambiental, conforme podemos observar em algumas notícias abaixo:

O Coletivo Aguaceira criado para fortalecer a discussão sobre novas políticas coerentes de combate à seca no Semiárido nordestino, percorreu a paraíba levando mesas redondas e atrações musicais a Cajazeiras, Sumé, Patos, Campina Grande e Areia chegando agora em João Pessoa (*Semiárido Nordeste*, jornal **A União**, 3 de Abril de 2013)

A partir de junho seis municípios do Semiárido paraibano vão abrigar o projeto-piloto do programa “Sertão Empreendedor: um novo tempo para o semiárido”, que contemplará inicialmente 120 produtores rurais, os quais receberão assistência técnica para desenvolver novas técnicas de cultivo do solo, estiagem, plantação de palma e irrigação, e empreendedorismo. (*Seis cidades vão abrigar projeto-piloto do ‘Sertão Empreendedor’*, jornal **A União**, 25 de maio de 2013)

A dificuldade ocasionada pela seca, em muitos casos impulsiona agricultores a usar a criatividade para garantir a sobrevivência da família. É o caso de seu Sebastião Honorato, 69 anos, que mora no município de Patos, no Sertão paraibano. Todas as manhãs ele sai de casa empurrando a velha bicicleta com destino à pequena horta que mantém às margens do açude Jatobá. (Criatividade contra a seca, **Jornal da Paraíba**, 17 de maio de 2013)

Ainda na zona rural de Solânea, no sítio Salgado de Sousa, mora seu Luiz e dona Eliete. Na propriedade deles a impressão que se tem é que a seca não passou por lá, ou se passou, não conseguiu deixar rastros. É um paraíso verde em meio a um período de estiagem que castiga a região Semiáridas do país. As técnicas de convivência adotadas na propriedade visam – e conseguem p dar tranquilidade à família de seu Luiz quando a chuva vai embora. (*Um paraíso verde na zona rural de Solânea. Cisterna e barragem subterrânea garantem a lavoura, mesmo após meses sem chuva no Sítio Salgado de Sousa.* **Jornal da Paraíba**, 19 de maio de 2013).

Do nosso ponto de vista, esse processo social se relaciona, também, com a necessidade de determinados segmentos sociais em gerar sistemas de informação, comunicação e cultura (GONZÁLEZ, 2012) capazes de criar, compartilhar e fortalecer conhecimentos e práticas de sustentabilidade que promovam uma vida melhor nesse território.

Essa dinâmica social opera também no cotidiano de produção social das notícias, especialmente em nível local, e contribui, senão para romper totalmente com uma visão fatalista em torno dos ciclos de estiagem, para questioná-la ou desconstruí-la no interior do agenda-

mento midiático, colocando em evidência a participação de diferentes atores sociais, suas realidades e capacidade coletiva em propor soluções contínuas para o Semiárido paraibano.

Ao realizarmos a coleta de dados nos jornais *Correio da Paraíba*, *Jornal da Paraíba* e *A União*, utilizamos como unidade de registro as matérias jornalísticas publicadas nos períodos já citados acima. Tomamos como categorias de análise as temáticas seca e convivência com o semiárido. Mas não desconsideramos a identificação das matérias jornalísticas com eixos específicos, para melhor compreender o fluxo e a mobilidade dos tópicos do agendamento. São subtemas em cujas áreas estão focados os textos jornalísticos catalogados, a saber: água/recursos hídricos; infraestrutura; política de crédito; produção agrícola; pesquisa e desenvolvimento técnico; criação de animais; mobilização social; sementes; desertificação e gênero.

Outros aspectos que levamos em conta na quantificação foram: o levantamento quanto aos gêneros jornalísticos, a localização das matérias jornalísticas a partir das editorias. No que se refere às editorias, há uma localização predominante na editoria de Cidades e, quanto ao gênero jornalístico, há hegemonia de notícias, embora apareçam algumas reportagens especiais, garantindo, assim, a ampliação e aprofundamento do relato.

Quanto à presença de imagens, constatamos que a maior parte das matérias jornalísticas não vem ilustrada com foto, infográfico ou ilustração. Observamos, no *corpus*, dois aspectos: o primeiro é a ênfase no enunciado do título, em detrimento de fotos, imagens e infográficos. E, quando da presença de fotos e/ou ilustrações, a recorrência de representações tradicionais das secas, como terra rachada, gado morto, famílias de agricultores sendo retratadas numa situação de pobreza, carros-pipa, fotos de açudes e barragens, e distribuição de alimentos. Do ponto de vista gráfico, o maior impacto está no título em geral no topo ou centralizado na página e em negrito, como, por exemplo:

Indústria da seca (**Jornal A União**, 05 de abril de 2013).

Seca, o pior virá agora (**Correio da Paraíba**, 09 de agosto de 2013).

Água de Coremas está imprópria para o consumo (**Correio da Paraíba** (10 de agosto de 2013).

Água em pó: pesquisadores desenvolvem chuva sólida, que pode tornar a seca do Nordeste um problema do passado (**Correio da Paraíba**, 25 de agosto de 2013).

Seca suspende até cirurgias (**Correio da Paraíba** 13 de setembro de 2013).

Crise da Água (**Correio da Paraíba** 15 de setembro de 2013).

Seca mata 387 mil animais (**Correio da Paraíba**, 16 de outubro de 2013).

Petrobrás vai investir contra a seca (**Jornal da Paraíba**, 2 de agosto de 2013).

Sertão Paraibano sofre segundo ano de seca (**Jornal da Paraíba**, 13 de agosto de 2013).

Seca provoca perdas de 97% na safra da PB (**Jornal da Paraíba** 13 de agosto de 2013).

Observamos que há uma predominância do termo *seca*. Ele é o que mais aparece, seja no título, antetítulo ou subtítulo de chamada das matérias jornalísticas.

As ocorrências de matérias jornalísticas estão quantitativamente distribuídas conforme apresentação nas tabelas abaixo:

Tabela 1: Número de notícias nos jornais locais no mês de abril de 2013

Jornal	Nº. Ocorrências
Jornal da Paraíba	68
Correio da Paraíba	117
Jornal A União	105
Total:	290

Fonte das tabelas: os próprios autores

Tabela 2: Número de notícias nos jornais locais em maio de 2013

Jornal	Nº. Ocorrências
Jornal da Paraíba	41
Correio da Paraíba	75
Jornal A União	114
Total:	230

O fluxo acima foi desencadeado a partir da incidência, na mídia, do protesto pela perda do rebanho na cidade de Campina Grande. Consideramos que ele reflete, por um lado, um aspecto ritual das práticas de agendamento, que é a natureza das lógicas de noticiabilidade (WOLF, 2001; REBELO, 2000; BARROS FILHO; MARTINO, 2003).

Isso nos faz lembrar, ainda, o debate de Traquina (2007) sobre noticiabilidade, ao observamos que a abordagem da seca enquanto catástrofe natural amplifica, nas páginas dos jornais, o volume de notícias dedicado a discutir o tema. Ao passo que o declive da temática no dia a dia da imprensa se relaciona ora ao aparecimento de temas políticos que assumem hierarquia maior no noticiário, ora à chegada do inverno na região, como constatamos ao observamos o volume de notícias veiculadas ao longo do período estudado.

A partir desse momento de denúncia, as matérias jornalísticas passam por constantes atualizações, no período de agosto-dezembro de 2013 e, ainda, no período de janeiro a maio de 2014, o que gera uma amplificação da cobertura.

Observamos alguns elementos relevantes, primeiro: o fluxo inicial, desencadeado com maior intensidade a partir da realização dos protestos de agropecuaristas, dia 22 de abril de 2013, no município de Campina Grande (Paraíba), que despejaram carcaças de animais em frente ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), uma das principais agências de crédito rural no Nordeste, conforme as notícias que seguem abaixo:

Cerca de 120 produtores se reuniram em frente à Agência do BNB, em Campina Grande, impedindo o funcionamento da unidade. Em frente ao local, as carcaças de mais de 200 bovinos, símbolo dos prejuízos deixados pela estiagem dos últimos meses, foram despejadas como alerta para o que eles estão chamando de ‘dizimação da receita rural’. (Protesto para perdão das dívidas: produtores rurais realizaram ontem, no Centro de Campina Grande, nova mobilização contra os *efeitos* da seca na agropecuária paraibana. **Jornal da Paraíba**, 23 de abril de 2013).

Pequenos agropecuaristas de todas as regiões da Paraíba e de estados vizinhos participaram na manhã de ontem de um protesto contra a cobrança e execução de empréstimos contraídos junto ao Banco do Nordeste. Alegando que a seca os fez perder os rebanhos e as lavouras, os produtores despejaram uma grande quantidade de carcaças de animais mortos em frente à agência da instituição de crédito na Rua Sete de Setembro, Centro de Campina Grande. (*Produtores protestam em Campina Grande*, **Jornal Correio da Paraíba**, 22 de abril de 2013).

Com dezenas de carcaças de bois mortos em virtude da estiagem que assola o Estado, um protesto organizado pela Associação dos Mutuários de Crédito Rural da Paraíba (Amcre/PB) interditou os trechos das avenidas 07 de setembro e João Suassuna, onde se localiza o Banco do Nordeste na manhã de ontem. As carcaças foram depositadas em frente à agência bancária, inclusive no pavimento de entrada. A Associação pede o perdão das dívidas de 110 mil produtores da região com o Banco do Nordeste (*Criadores protestam com carcaças em frente ao Banco do Nordeste*, **jornal A União**, 23 de abril de 2013).

O fluxo de 520 notícias veiculadas nos meses de abril e maio de 2013, e distribuídas nos três jornais pesquisados demonstra a reto-

mada da discussão pública sobre a estiagem a partir de seus impactos no cotidiano da população. Além dos produtores rurais, muito outros agentes vão impulsionar a cobertura da temática, a exemplo de parlamentares e prefeitos dos municípios mais atingidos pela ausência das chuvas e a presença de algumas mobilizações de cunho assistencialista enfatizando o combate à seca, a exemplo da *Campanha SOS Seca*, liderada pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, que instituiu, ainda no período, a *Caravana da Seca e 'Corrente contra a Seca'*, que também passa a repercutir na imprensa paraibana:

Amanhã, 700 famílias das cidades de Bom Sucesso e Brejo dos Santos, no Sertão paraibano, serão beneficiadas com a entrega de donativos da campanha 'Corrente contra a Seca', apoiada pela Rede Paraibana de Comunicação juntamente com entidades e organizações civis. (*Corrente contra a Seca entrega mais donativos*, **Jornal da Paraíba**, 3 de agosto de 2013).

Ressaltamos que esse acontecimento também repercute nacionalmente nos principais jornais do país:

Mesmo com a súplica do sertanejo por chuva, a estiagem na região do semiárido não dá uma trégua. É a pior dos últimos 50 anos. [...] A gravidade da situação já levou o governo federal a investir R\$ 32 bilhões nas chamadas obras estruturantes que garantem o abastecimento de água de forma definitiva como barragens, canais, adutoras e estações elevatórias. (*Estiagem na região do semiárido é a pior dos últimos 50 anos*, **Folha de São Paulo**, 25 de abril de 2013).

A rede de proteção social que inclui programas de transferência de renda dos governos federal e estaduais tornou menos dramáticos os impactos da seca no cotidiano da população Nordeste, mas ainda é incapaz de impedir que a economia local entre em colapso durante os períodos de longa estiagem. (*Seca destrói economia rural do Nordeste*, **O Estado de São Paulo**, 07 de abril de 2013)

Procurado pelo GLOBO, o Ministério da Integração Nacional afirmou que o Governo Federal trabalha com cisternas de polietileno e de placa,

e que, desde 2011, foram entregues 270.611 cisternas no Nordeste pelo programa Água para Todos, somando dois tipos. [...] - Esta é a primeira grande estiagem enfrentada pela ASA desde a implementação do P1MC. Mesmo que a água das cisternas tenha se acabado, as famílias, pelo menos, têm mais autonomia com relação à estocagem, podem esperar pela oferta do governo ou comprar a água de um carro-pipa. Pelo menos não há aquelas filas humilhantes, onde os lavradores ficavam, nos distritos, implorando água com baldes e latas na cabeça – avaliou Cristina Nascimento, uma das coordenadoras da ASA. (*Governo diz que entrega 240 mil cisternas até dezembro.* (O Globo, 02 de abril de 2013).

No tocante ao fluxo de matérias no conjunto do período pesquisado, em relação às categorias de análise *seca* e *convivência com o semiárido*, observamos a seguinte distribuição das matérias jornalísticas:

Tabela 3: Número de notícias publicadas com ênfase numa abordagem sobre combate à seca no período pesquisado em 2013

JORNAL	Abr	Mai	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Correio da Paraíba	106	61	45	51	63	39	39	404
Jornal da Paraíba	49	35	27	33	51	36	53	284
A União	53	56	42	42	45	35	36	309
TOTAL	208	152	114	126	159	110	128	997

Como afirmamos, a temática se manteve na agenda jornalística com intensificação, não havendo grande diferença quantitativa em relação aos jornais pesquisados, sendo o jornal Correio da Paraíba o que mais veiculou notícias, seguido respectivamente dos jornais *A União* e *Jornal da Paraíba*.

Vejamos, abaixo, a tabela 4:

Tabela 4: Número de notícias publicadas com ênfase numa abordagem sobre a convivência com o semiárido no período pesquisado em 2013

JORNAL	Abr	Mai	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Correio da Paraíba	11	14	38	49	48	50	42	252
Jornal da Paraíba	19	6	61	60	28	39	21	234
A União	52	58	48	73	67	39	27	364
TOTAL	82	78	147	182	143	128	90	850

Já no tocante às notícias veiculadas com ênfase na convivência com o semiárido, nos surpreendeu o volume de notícias veiculadas. Nesse aspecto, o maior volume de notícias foi veiculado pelo jornal A União, seguido dos jornais *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba*.

Vejamos, abaixo, a tabela 5:

Tabela 5: Número de notícias publicadas com ênfase numa abordagem sobre combate à seca no período pesquisado em 2014

JORNAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Correio da Paraíba	25	33	46	30	33	0	0	12	3	4	23	4	213
Jornal da Paraíba	37	31	27	33	17	0	0	4	1	1	15	10	176
A União	31	22	31	28	21	3	4	10	8	4	24	11	197
TOTAL	93	86	104	91	71	3	4	26	12	9	62	25	586

Em 2014, a temática se mantém, mas com declive. Um aspecto a ser destacado é o volume das notícias publicadas no período que antecede as Eleições 2014. Embora se tenha uma intensificação da pauta no período pré-eleitoral, época que marca a intensificação da agenda do campo político, em que diferentes partidos disputam assento em cargos eletivos, há uma diminuição da discussão pública sobre a temática por meio dos jornais. Mas, como vamos refletir mais adiante, em relação à mobilidade nos tópicos do agendamento, a questão da Transposição do Rio São Francisco foi uma questão que sem manteve na esfera pública midiática nesse período. Abaixo, vejamos a tabela 6, 7 e 8:

Tabela 6: Número de notícias publicadas com ênfase numa abordagem sobre a convivência com o semiárido no período pesquisado em 2014

JORNAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Correio da Paraíba	25	20	37	51	22	0	0	1	1	1	0	0	158
Jornal da Paraíba	19	19	34	25	09	0	0	1	0	3	1	1	112
A União	41	33	41	55	32	0	6	15	5	3	3	4	238
TOTAL	85	72	112	131	63	0	6	17	6	7	4	5	508

Tabela 7: Número de notícias publicadas com ênfase numa abordagem sobre combate à seca no período pesquisado em 2015

JORNAL	Jan	Fev	Mar	TOTAL
Correio da Paraíba	4	9	12	25
Jornal da Paraíba	11	16	6	33
A União	9	19	19	47
TOTAL	24	44	37	105

Tabela 8: Número de notícias publicadas com ênfase numa abordagem sobre a convivência com o semiárido no período pesquisado em 2015

JORNAL	Jan	Fev	Mar	TOTAL
Correio da Paraíba	0	1	2	3
Jornal da Paraíba	2	0	1	3
A União	5	5	6	16
TOTAL	7	6	9	22

A estiagem, pensada enquanto fenômeno comunicacional, é um processo complexo, pois, se por um lado ele reflete uma cobertura sazonal, limitada pelos ciclos de ausência e presença das chuvas, com a chegada do inverno na região semiárida do Nordeste – e isso se comprova quantitativamente a partir do número de notícias publicadas nesses períodos, por outro lado, a produção social das notícias sobre a

seca/convivência tece, simbolicamente, um mapa cultural amplo diante de diferentes cenários de representação na mídia.

De modo hegemônico, as notícias veiculadas tratam das lutas pelo acesso à água, mas, observadas de modo mais analítico e sistêmico, a pauta não é uniforme, é difusa, pois expressa questões que se relacionam com aspectos importantes das mudanças sociais que o Semiárido do Brasil vem atravessando ao longo das últimas décadas.

Sendo assim, o quantitativo expressa uma tensão também na esfera de representação, em que, se de um lado, constata uma visão conservadora sobre o fenômeno da seca ainda presente no noticiário, que se reflete na representação ancorada na calamidade e na presença de atores públicos que reivindicam do Estado brasileiro recursos para “acabar com a seca” ou “combater a seca” no Nordeste, por outro, essa forma de representação interage com outros tópicos, igualmente importantes no debate, como a questão da infraestrutura hídrica, as políticas de crédito, a dinâmica de mobilização social de agricultores e agricultoras da região para se manter no espaço social; a divulgação de tecnologias apropriadas ao Semiárido, seja na captação de água ou em outras áreas. É preciso considerar ainda que temáticas como gênero, desertificação, sustentabilidade, mudanças climáticas, agroecologia permeiam esse agendamento.

3 Atributos e mobilidade nos tópicos do agendamento

O fluxo de notícias sobre a estiagem se amplificou com protestos ocorridos na cidade de Campina Grande, uma espécie de polo divisor entre o interior e a Capital do Estado, tendo como palco a calçada de um órgão financiador da produção, o Banco do Nordeste do Brasil. Os protestos capitaneados por organização de produtores rurais chamam a atenção da totalidade dos meios impressos envolvidos na pesquisa, a saber, os jornais *Correio da Paraíba*, *A União* e *Jornal da Paraíba*.

ba, que juntos traçam uma curva ascendente de matérias publicadas chamando a atenção, principalmente, para “o fenômeno da seca” que dizima o rebanho. A macabra exposição das carcaças dos bovinos em praça pública reverbera, na mídia, a atualização de uma pauta presente na década de 80 sob a perspectiva da seca enquanto flagelo.

Foto 1: Protesto de produtores rurais em Campina Grande



Fonte: <http://2.bp.blogspot.com/>

Foto 2: Protesto de produtores rurais em Campina Grande



Fonte: <http://s2.glbimg.com/>

O que mobiliza, nesse momento, movimentos sociais, entidades não governamentais, produtores rurais, Governo do Estado, entre outras instituições do setor público, privado e da Sociedade Civil organizada é a constatação do agravamento de uma situação refletida, primeiramente, na economia, e visibilizada através da cobertura do protesto feito com as carcaças causticadas pela estiagem.

Ao longo da cobertura, as matérias jornalísticas, com a ênfase no atributo combate à seca, têm um período de grande intensificação, inclusive realçando a situação “catastrófica” da seca, como podemos ver na notícia abaixo:

O presidente da Federação de Agricultura e Pecuária da Paraíba (Fae-pa), Mário Borba, comentou que a mobilização é um grito de socorro, com o objetivo de mostrar a ‘situação catastrófica’ que se vive hoje no

Nordeste e se exigir soluções definitivas para o semiárido. (Faepa diz que situação é catastrófica, jornal **A União**, 20 de abril de 2013).

Nesse aspecto, a mobilidade dos tópicos será grande, todavia, os atributos e enquadramento não, pois o fluxo noticioso reproduz os sentidos de calamidade, catástrofe, “guerra à seca”, “combate à seca”. Os tópicos vão se situar em torno das seguintes questões: divulgação do monitoramento do nível dos reservatórios de água; disputas políticas por recursos para o “combate à seca”; liberação de recursos para ações “contra a seca”; operação de carros-pipa e poços; compra de água; dificuldades enfrentadas por agricultores e luta por sua sobrevivência; aumento dos preços do milho e da cesta básica; PAC da seca; “cartão calamidade”; desemprego; “bolsa estiagem”; municípios em colapso de água; entrega de alimentos à população atingida pela seca; protestos de produtores e agricultores contra as dívidas; campanhas “contra a seca”; protestos de gestores municipais contra o Governo Federal; pacote de “combate à seca”; encolhimento da produção agrícola; redução das festas como Carnaval e São João em virtude da seca; greve dos prefeitos com o intuito de cobrar verba para combate à seca; divulgação da Política Nacional de Recursos Hídricos; protestos contra a falta de água; Garantia Safra; municípios sem cisternas; ações “contra” estiagem; racionamento de água; ações de investigação do Ministério Público sobre desvio de dinheiro gasto em festas de municípios em situação de emergência; roubo de água; liberação de recursos dos governos Estadual e Federal para obras de infraestrutura; proibição de irrigação; aumento da temperatura; crise energética. Os jornais enfatizam, assim, as ações emergenciais:

Programa água para Todos: instala reservatórios de água de chuva para o consumo humano e para a produção. Captação de água de chuva por um sistema de cachas e canos; Operação carros-pipa distribui água potável para a população situada nas regiões afetadas pela seca; recuperação de poços: o repasse dos recursos visa à construção e recuperação dos poços

em áreas críticas. A execução fica a cargo dos governos estaduais; Bolsa estiagem: auxílio financeiro a agricultores familiares que vivem em situação de emergência ou calamidade política reconhecida pelo Governo Federal; Na Paraíba, entre os anos de 2011 e 2013 foram construídas 16.099 cisternas; O abastecimento de carros-pipa atende 197 municípios; Na Paraíba, 101 municípios estão no Plano de Trabalho. A obra foi iniciada e 25% já foi executada. São 82.637 beneficiários em 196 cidades paraibanas. Cada produtor recebe a quantia de R\$ 720. (*Ações emergências na Paraíba*, **Jornal da Paraíba**, 23 de abril de 2013).

O curioso é constatar que esses atributos nos remetem a um imaginário das secas, muito discutido na historiografia sobre o Nordeste, no debate sobre a institucionalização da política das secas por meio da intervenção do Estado (GUERRA, 1993). A “indústria da seca”, como é amplamente conhecida, ecoa na produção de sentidos sobre o fenômeno da estiagem ainda no século XXI, embora não mais reflita a dura realidade das frentes de emergência, dos saques, das mortes pela fome que se alastraram na região Nordeste, e a migração em massa da população, experiências amplamente relatadas na literatura, jornalismo e nas artes até o século XX. Ela se apresenta como resquício nos enunciados, na constituição de uma imagem mental que imprime grande força, realçada pelo enquadramento de uma experiência a ser combatida como uma guerra contra as forças da natureza, mas cuja relação social demonstra a permanência de um olhar e uma política social assistencialista diante da “emergência” e “calamidade”, especialmente na relação Estado/sociedade, quando expressa uma perspectiva assistencialista e de uso ainda clientelista das secas como meio de captação e desvio de recursos públicos.

Outro tópico de grande densidade na mobilidade do agendamento produzido pelos jornais impressos no período estudado demonstra o discurso público produzido pelos jornais sobre projeto de Transposi-

ção do Rio São Francisco¹⁷. Podemos afirmar que a constituição das notícias sobre esse processo se relaciona com as Eleições 2014. Mesmo constatando um declínio da temática nos meses que antecedem a consulta eleitoral desse ano, a exemplo do período de junho-outubro, a ausência também criticada pela imprensa:

Falta pouco tempo para as eleições, tão pouco tempo que esse é o assunto dominante em todas as mídias, do rádio de pilha à internet. O que me causa espécie é que com todo esse palavratório e discursos, cada qual mais inspirado que o outro, até agora não ouvi uma palavra sobre seca, inegavelmente o maior problema que atinge a Paraíba e o Nordeste. Nem mesmo Dona Dilma, que tem a chave do cofre, se digna a explicar por que as obras de Transposição do Rio São Francisco se encontram paradas ou em ritmo tão lento que nem mesmo os mais otimistas acreditam que um dia ainda poderemos ver as águas do velho Chico fazendo brotar a fartura em nossa terra. (*Ninguém fala da Seca*, **Jornal da Paraíba**, 10 de abril de 2014).

Como afirma a matéria jornalística acima, houve, de fato, um decréscimo do Agendamento, é preciso também levar em conta que a conjuntura do ano eleitoral aliado ao evento da Copa do Mundo no Brasil passa a ocupar a agenda jornalística de uma forma mais intensificada, mas sem vincular, de modo contundente, à realidade da estiagem, salvo os acontecimentos relacionados à crise de abastecimento em São Paulo, como veremos mais adiante. Muito do que se produziu no agendamento sobre da seca/estiagem centra-se no ano pré-eleitoral de 2013 e expressa o debate sobre a Transposição do Rio São Francisco, estabelecendo uma relação de interação entre a agenda midiática e a campanha dos candidatos à Presidência e ao Governo do Estado, como podemos ver nas notícias que seguem:

17. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. A obra prevê a construção de mais de 700 quilômetros de canais de concreto em dois grandes eixos (norte e leste) ao longo do território de quatro Estados (Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte) para o desvio das águas do rio.

Alvo de polêmicas desde o início, as obras de transposição do Rio São Francisco, que promete levar água para 12 milhões de pessoas, sina não rendeu uma gota sequer para quem vive no semiárido nordestino. Nos municípios paraibanos de São José de Piranhas e Monteiro, as obras seguem a passos lentos. A demora faz a população desacreditar no projeto, ao mesmo tempo em que o Governo Federal promete concluir a obra até o final de 2015. (*Transposição segue lenta na Paraíba*, **Jornal da Paraíba**, 26 de maio de 2013).

O edital para seleção das empresas que irão executar as obras de Transposição do Rio São Francisco, na conclusão do eixo Leste, em Monteiro, no Cariri paraibano, será lançado na primeira quinzena do mês (*Transposição terá novo edital*, **Jornal da Paraíba**, 02 de maio de 2013).

Em reunião marcada para esta terça-feira com a presidente Dilma Rousseff, os governadores do Nordeste vão pedir mais celeridade da União nas ações de combate aos efeitos da seca [...] Nesse trabalho, Dilma tem usado parte de suas visitas ao Nordeste para anúncios de medidas de combate aos efeitos da seca histórica que atinge a região, possível foco de desgaste eleitoral em 2014. (*Governadores do Nordeste cobrarão de Dilma agilidade em ações contra a seca*, **Folha de S. Paulo**, 02 de abril de 2013).

Em ano pré-eleitoral, a presidente Dilma Rousseff ampliou a proporção de viagens ao Nordeste e atingiu a marca que representa o dobro dos deslocamentos do ex-presidente Lula à região (*Dilma viaja mais para região Nordeste neste ano*, **Folha de S. Paulo**, 05 de abril de 2013).

Cada vez mais presente na Região Nordeste, reduto do presidente do PSB e governador de Pernambuco, Eduardo Campos, seu eventual adversário em 2014, a presidente Dilma Rousseff passou esta terça-feira no Ceará em ritmo intenso de Campanha. (*Dilma anuncia medidas contra a seca em ritmo de campanha*, jornal **O Globo**, 02 de abril de 2013).

Nada de educação, saúde e segurança pública. As discussões que predominam nas pré-campanhas a governador em alguns Estados giram em torno de crises locais envolvendo povos indígenas, obras contra a seca e gestão fiscal [...] Alguns estados do Nordeste têm a seca no centro dos debates. O impacto da estiagem na economia da Bahia é um dos fatores de desgaste do petista Jaques Wagner, que tentará eleger como sucessor seu

secretário da Casa Civil, Rui Costa (PT) [...] Na Paraíba, a oposição acusa o governador socialista Ricardo Coutinho (PSB) de não ter investido o suficiente na construção de barragens e adutoras para ofertar água. Já o socialista, candidato a reeleição deve usar *o atraso de mais quatro anos nas obras federais de transposição do rio São Francisco para criticar a gestão da presidente Dilma Rousseff*. “Enquanto a transposição não chega, a gente tinha que se valer nos nossos próprios mananciais. O que foi cumprido foi bastante aquém da expectativa”, rebate um dos pré-candidatos da oposição, Leonardo Gadelha. (*Seca centralizará campanha*, jornal *Correio da Paraíba*, 17 de fevereiro de 2014).

O projeto de integração do São Francisco deverá levar água a 12 milhões de pessoas no Nordeste Setentrional. O Ministério da Integração Nacional estima que 2,6 milhões de paraibanos em 131 municípios seja beneficiado. (*A Transposição e seus efeitos*, jornal **Correio da Paraíba**, 23 de março de 2014).

A baixa precipitação pluviométrica no Brasil e na região Nordeste já estabeleceu um estado de alerta entre especialistas no setor elétrico e de gestão das águas [...] Sabe-se que ninguém tem coragem de dizer à presidente Dilma que as medidas impopulares são necessárias. O mesmo estaria acontecendo com Ricardo? O colapso no abastecimento de Campina e região é previsível. (*No escuro e com sede*, jornal **Correio da Paraíba**, 01 de maio de 2014).

A Câmara de Campina Grande está organizando mais uma visita às obras de transposição do São Francisco [...] R\$ 8,2 bilhões. Essa é a nova previsão orçamentaria da “mega construção”. O dinheiro já gasto ajudou a reeleger Lula, eleger Dilma e agora vai contribuir com a reeleição da presidente. O projeto tem seis trechos de obras. (*Caravana da seca*, jornal **Correio da Paraíba**, 23 de abril de 2014).

A pressão do Governo é para que a obra ande (Transposição) e não está faltando dinheiro. A informação foi dada por Marcílio Dias, do Ministério da Integração e coordenador do Eixo Leste da obra em Sertânia. Qual será o tamanho do problema que ameaça a segurança hídrica da segunda maior cidade do Estado? Com apenas 17% de sua capacidade útil, o Açude de Boqueirão enfrenta a maior seca dos últimos 10 anos. (*Sede nas Eleições*, **Correio da Paraíba**, 20 de maio de 2014).

A presidente Dilma Rousseff garantiu a construção de um terceiro eixo da transposição das águas do Rio São Francisco na Paraíba, ligando ao Rio Piancó. Ontem ela inspecionou obras da transposição no Sertão e criticou “quem nunca fez nada”. Na seca, a presidente virá a João Pessoa. (*Águas do Rio São Francisco chega ao Piancó. Dilma garante terceiro eixo da transposição na Paraíba*, jornal **Correio da Paraíba**, 14 de maio de 2014).

O Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse recentemente que a presidente Dilma Rousseff (PT) está resgatando mais um compromisso com a Paraíba quando anuncia a terceira entrada da Transposição das Águas do Rio São Francisco na Paraíba, pelo Rio Piancó, sairá do papel este ano. (*Senador Vital diz que Dilma resgata compromisso com a Paraíba ao anunciar Ramal Piancó da Transposição*, jornal **Correio da Paraíba**, 07 de maio de 2014).

Em seu clássico estudo sobre *Agenda-setting*, McCombs (2014) problematiza os efeitos do agendamento na comunicação de massa, tendo em vista suas implicações para as imagens criadas na cabeça das pessoas. A autora afirma que:

No domínio original e tradicional do agendamento, a saliência dos temas públicos, há considerável evidência de que a mudança na saliência destes temas é frequentemente a base da opinião pública sobre o comportamento geral de um líder público que está num cargo. Por sua vez a saliência de uma figura pública nas notícias está também ligada ao fato de se um indivíduo tem afinal de contas qualquer opinião sobre o mesmo. Na agenda de segunda dimensão, a saliência dos atributos efetivos entrelaçadas com imagens cognitivas do público sobre estes líderes representa a convergência do agendamento de atributos com a formação e mudança de opinião. Além das atitudes e opiniões, as imagens da realidade criada pelo *mass media* têm implicações para aos comportamentos pessoais, variando desde a inscrição de um estudante na universidade até a votação no dia da eleição. (MCCOMBS, 2014, p. 205).

Na Paraíba, nas Eleições 2014, concorreram ao cargo no primeiro turno os seguintes candidatos: Tarcio Teixeira (Psol), Antonio Radical (PSTU), Major Fábio (Pros), Vital do Rego Filho (PMDB), Ricardo

Coutinho (PSB) e Cássio Cunha Lima (PSDB). No segundo turno, permaneceram na disputa os candidatos Ricardo Coutinho (PSB) e Cássio Cunha Lima (PSDB), sendo eleito o primeiro. Em relação aos candidatos à Presidência da República, concorreram Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PSB), Eduardo Jorge (PV), Aécio Neves (PSDB), Eymael (PSDC), Levy Fidélis (PRTB), Luciana Genro (Psol), Mauro Iasi (PCB), Pr. Everaldo (PSC), Rui Costa (PCO) e Zé Maria (PSTU). Foi eleita a então presidente da República, Dilma Rousseff (PT). No tocante às Eleições 2014, a mobilidade da agenda midiática evidenciou como tópico a questão da Transposição do Rio São Francisco, influenciando, como já afirmamos, na agenda pública dos candidatos, apresentando-se também no conteúdo programático das mesmas propostas de “combate à seca”, centrada nas grandes obras de infraestrutura, no caso, a transposição do Rio São Francisco, tendo em vista que as candidaturas não se colocavam contrárias ao referido projeto, e ressaltavam, em grande parte, investimentos na construção de barragens, adutoras, carros-pipa, cisternas, entre outras iniciativas, como podemos identificar abaixo:

Planejamento e implantação de redes de abastecimento por meio das águas advindas da **Integração do Rio São Francisco**. Sistemas adutores de grande porte para atender centros de consumo e desenvolvimento. Construção de novas barragens para fortalecer a disponibilidade hídrica nas regiões do Brejo e Litoral, perfuração de poços (...), barragens subterrâneas em áreas de pequena produção, cisternas como forma complementar do pequeno abastecimento e produtividade. Recuperação de barragens, poços desativados, sistemas de dessalinização, canais e adutoras. Programas de incentivo ao uso racional da água na agricultura irrigada. Criar processo de levantamento de dados em cima de estudos e pesquisas desenvolvidos pelas instituições públicas, privadas e organizações não governamentais para desenvolver ações práticas minimizando a seca dos anos posteriores, projetos de produção no semiárido. Distribuição de água por carros-pipa; Implantação de sistemas emergências de abastecimento de água. Integração das águas dos maiores mananciais do Estado pelo compartilhamento entre suas bacias hidrográficas. (Carta Programa de candidato ao Governo do Estado).

O planejamento na implementação de ações estruturantes na área de recursos hídricos e dos Polos de Irrigação no Estado. Projeto de Irrigação com 15 mil e 500 hectares Canal Acauã-Araçagi de Integração das Bacias Litorâneas. O prazo de conclusão desse projeto deverá ser compatibilidade com o prazo da contração do ramal leste da **Transposição do Rio São Francisco**, pois somente a Barragem de Acauã não tem condições sozinhas de abastecer todo canal. (...) nova adutora para Campina Grande, Cariri, Seridó e Curimataú. Em termos de abastecimento de água, este projeto será o mais importante benefício proporcionado pela **Transposição do São Francisco**. Há o entendimento de que, embora sejam necessárias, é fundamental diversificar as matrizes tecnológicas de origem externa, que pouco têm a ver com as nossas especificidades e potencialidades produtivas. Esse é o caso de nossas “restrições climáticas”, dominantes no semiárido paraibano.

A reinvenção do semiárido paraibano, associada ao enfrentamento da desertificação na Paraíba, demandam ações que visem à produção e à transmissão de conhecimentos sobre novas tecnologias adaptadas a nossa realidade humana e produtiva. (Carta Programa de candidato ao Governo do Estado).

Planejando e executando as obras de recursos hídricos, a **Transposição do Rio São Francisco**, como forma de garantir incentivar o apoio aso projetos de irrigação em todas as regiões do Estado. (Carta Programa de candidato ao Governo do Estado).

A água é atualmente, e será no futuro, questão fundamental para o desenvolvimento sustentável e foco de conflitos nacionais, internacionais, transnacionais. As mudanças climáticas afetam os recursos hídricos em todo o mundo, **com secas prolongadas**, desertificação e inundações de grandes áreas. A ONU estima que, até 2025, 30% da população mundial estará enfrentando severa escassez de água. O Brasil, em cujo território está 12% de toda a água doce superficial do planeta e grandes aquíferos subterrâneos, tem uma responsabilidade ímpar com a proteção dos mananciais, rios, águas subterrâneas. A disponibilidade e qualidade da água para consumo, direto ou indireto (agricultura, agropecuária), está diretamente relacionada aos nossos modos de vida, práticas agrícolas, práticas de construção, aglomerações urbanas, geração de energia. Nosso compromisso é cuidar, com prioridade e equani-

midade, dessa riqueza e garantir sua acessibilidade a todos. (Programa de Governo de candidato à Presidência).

A disponibilidade de água doce de qualidade, que é condição essencial para o desenvolvimento das atividades econômicas e para assegurar o bem-estar de qualquer sociedade, é abundante. A única questão é a distribuição dessa água no território nacional, que não é equitativa, sendo ainda escassa nas regiões mais populosas. O abastecimento urbano responde pela segunda maior retirada de água (a primeira é o abastecimento animal). Segundo o *Atlas de Abastecimento Urbano* (ANA), 61% dos municípios brasileiros são abastecidos por mananciais superficiais, e a capacidade instalada no país é bastante próxima da demanda. Estima-se ainda que 55% deles podem sofrer déficit de abastecimento até 2015. **Os impactos da estiagem** dos anos recentes devem agravar o cenário de desabastecimento, principalmente na região Nordeste e no estado de São Paulo. Para preservar os recursos hídricos em todo o território nacional, a coligação Unidos pelo Brasil assume o compromisso de apoiar os comitês de bacias dos rios em todo território nacional, fortalecendo os existentes. Vamos estudar planos de cobrar pelo uso da água a partir de projetos sugeridos pelos comitês de bacias. (Programa de Governo de candidato à Presidência).

Fortalecimento de Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Incentivo à implementação de captação e manejo de água de chuva, visando à incorporação e ampliação de agricultura familiar nos territórios do semiárido. Universalização do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para o consumo da população e para a produção de alimentos da agricultura familiar, e povos de comunidades tradicionais, e da pesca e da aquicultura com prioridade para as famílias em **situação de insegurança hídrica**. Adoção de políticas especiais para o semiárido com foco **na convivência com a seca**. Implantação de amplo programa de hidrovias em todo o país, com pleno uso das bacias hidrográficas brasileiras (Programa de Governo de candidato à Presidência).

Os investimentos em **segurança hídrica** ganharam escala inédita nos últimos três anos. São mais de R\$ 32 bilhões em obras para garantir oferta de água em quantidade e qualidade para populações que vivem no semiárido e outras regiões com escassez de água. A principal obra em execução é a **Integração do rio São Francisco**, maior obra hídrica

do Brasil, com 469 km, que se estende pelos estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco [...] até o final de 2014, chegaremos a 1,080 milhão cisternas instaladas por todo o Nordeste. Vale destacar que, embora o Brasil tenha vivido, nos últimos três anos, **a maior seca das últimas décadas**, graças à intensa ação do governo Dilma não houve o drama dos **retirantes famintos** e sem rumo que nos afligia no passado. Não houve **saques** motivados pelo desespero da falta de comida; a mortalidade infantil não aumentou. Foi montada a maior operação de oferta de **água por carros-pipa** da história, sob a coordenação do exército, mobilizando mais de seis mil pipeiros contratados pelo governo Federal [...] Para garantir renda às famílias de agricultores, pagamos o **Bolsa estiagem** para cerca de um milhão de famílias, e a garantia Safra para outros 870 mil. Foram vendidas 930 mil toneladas de milho a preço subsidiado para auxiliar na alimentação dos animais. Para apoiar a continuidade dos pequenos negócios, foram feitas 511 mil operações por uma **linha de crédito emergencial**, mobilizando 3,45 bilhões de reais. (Programa de Governo de Candidato à Presidência).

Os longos períodos de estiagem é uma característica natural do Semiárido, mas a “seca” é uma postura política dos que priorizam as medidas emergências de caminhão-pipa, crédito emergencial (que na maioria das vezes apenas endivida o pequeno agricultor) e distribuição de cestas básicas; medidas antieconômicas e que não possibilitam uma convivência digna da população com esse período de estiagem. O Governo PSOL inverterá essa lógica, as medidas emergências serão executadas em paralelo a implementação de tecnologias já existentes, a exemplo da Cisterna Calçadão, Barragem Subterrânea e outras medidas que podem garantir o armazenamento da água para uso humana, animal e para irrigação. (Programa de Governo de candidato ao Governo do Estado).

A questão da seca, isto é, da escassez de água (recursos hídricos) esteve pautada no programa dos candidatos, estabelecendo sua inter-relação com a agenda da mídia, sendo interpelada noutros momentos por ela, especialmente, no que diz respeito ao projeto de Integração do Rio São Francisco. Um dos jornais locais questionou, inclusive, os candidatos ao Governo do Estado sobre a questão da água, numa matéria jornalística mais ampla sobre o tema, veiculada no dia 05 de outubro de 2014, perguntando aos candidatos “o que fazer para garantir água?”:

O candidato do PSOL, Tarcio Teixeira disse que o debate sobre recursos hídricos é central como prioridade de seu programa de governo. Ao invés de grandes obras, ele defende os sistemas de reaproveitamento da água por parte das empresas e do agronegócio, a fim de priorizar o abastecimento para a maioria da população.

A prioridade do candidato a governador Antonio Radical (PSTU) será com fontes alternativas de água e levar o saneamento básico para todos os paraibanos.

O senador Vital do Rêgo Filho (PMDB), da coligação “Renovação de Verdade”, disse que vai priorizar no seu governo a conclusão das obras iniciadas ou projetadas no governo do PMDB, pelo então governador José Maranhão [...] Em relação ao compartimento da Borborema, Vital defende em Campina Grande no comando da transposição do rio São Francisco.

O candidato da coligação “A Vontade do Povo”, Cássio Cunha Lima (PSDB), disse que a primeira grande solução estruturante para a Paraíba é a transposição do Rio São Francisco. “A partir daí queremos manter os sistemas de distribuição. E no aspecto da convivência com a seca, as soluções de pequeno porte são a construção de cisternas, barragens subterrâneas, perfuração de poços, ressalta o tucano.

Caso seja eleito ao governo, o deputado major Fábio Rodrigues (Pros) garante celebrar parceria com o primeiro Grupamento de Engenharia da Paraíba, principalmente para a construção de obras que garantam a segurança hídrica das populações atingidas.

O governador Ricardo Coutinho, que concorre à reeleição, garante que investirá 400 milhões para construir 300 quilômetros de adutoras [...] “Vou fazer uma adutora de água bruta de Boqueirão ligada à estação de tratamento de Gravatá. Vamos fazer também o sistema adutor da Borborema, uma nova rede de adutoras que vai cobrir Cariri Oriental e Ocidental até o Curimataú, chegando à cidade de Picuí. A rede de adutoras vai desafogar Campina Grande, o que é fundamental”, explicou Ricardo.

Todavia, queremos ressaltar que, de acordo com McCombs (2009), os *mass media* fazem mais do que modelar a agenda dos objetos e dos

atributos em nossa cabeça, ao chamar a atenção para alguns aspectos enquanto ignoram outros. As notícias da televisão (assim como de outros veículos) influenciam os padrões pelos quais os governos, presidentes, políticas e candidatos para os cargos públicos são julgados. Outro aspecto que destacamos é o fato de que, na agenda proposta pelos candidatos, poucos atributos vão variar. De um modo geral, a perspectiva dominante do agendamento revela um retrato mais conservador no enquadramento da questão, aproximando-se muito do ciclo de propostas históricas que caracterizaram, em décadas passadas, o surgimento da “indústria da seca”, direcionada, sobretudo, ao envio de recursos financeiros para o Nordeste e com foco nas grandes obras de infraestrutura, sem maior vínculo com o debate sobre os modelos de desenvolvimento sócio-econômico e tecnológico adotados no Nordeste. Ao serem indagados¹⁸ sobre a permanência ou não de uma institucionalização da seca, alguns candidatos se posicionam durante entrevista:

Não acabou de forma alguma, o debate no processo eleitoral se dá porque nós temos novos elementos, mas há questões históricas que perduram. A **indústria da seca** está aí, a não realização da Reforma Agrária, que regride em nosso País, não há enfrentamento, há crescimento da bancada ruralista, alianças do Partido dos Trabalhadores. Diferente do primeiro Governo Lula, com o segundo e o governo Dilma ficou ainda mais distante. A gente vê uma movimentação da sociedade para outro espaço. (Candidato ao Governo do Estado. Entrevista cedida à pesquisadora, fevereiro, 2015).

Um dos grandes problemas é a corrupção. A chaga. A indústria **da seca**, que age de má fé. Mas falta competência, eficiência. Se não tem poço perfurado vai ter que se comprar caixas de água, tonéis, e isso tudo é dinheiro que vai mover, tem dono de carro-pipa, tem fabricante de cisternas. A culpa é do Governo, não é de quem vai com carro pipa,

18. Foram entrevistados candidatos ao Governo do Estado, nas Eleições 2014, no período de janeiro a junho de 2015. Os nomes não foram identificados para resguardar o sigilo em torno dos mesmos, são aqui apenas citados como candidatos. Os candidatos de maior votação não quiseram ceder entrevista sobre a temática.

e estou falando do comércio legal, e não do desvio do dinheiro que vem para cavar poço, cavar barragem. (Candidato ao Governo do Estado. Entrevista cedida à pesquisadora, fevereiro, 2015).

Ressaltamos que um enquadramento possui, conforme explicita McCombs (2009), qualidades gestálticas significativas que o distingue de outros atributos de um objeto. No caso do Agendamento sobre a questão da seca/estiagem, pontuamos que os atributos caem ao longo de um *continuum* micro-macro. Do ponto de vista macro, ele encerra uma visão de desenvolvimento do Semiárido nordestino centrada nas obras de infraestrutura, especialmente hídricas, representação social tão bem desenhada pelas notícias e sua interação com a agenda pública dos candidatos e seus argumentos quanto às propostas para essa região. Assim, forja-se uma representação massiva sobre o Nordeste na opinião pública, que salienta, como efeito de sentido ou sugestionamento (MCCOMBS, 2009, p.187) que a seca será algo sempre a ser combatido, uma vez que a produção social das notícias atuará de forma seletiva enfatizando, junto à opinião pública, esse aspecto do noticiário quando a escassez de água se relaciona, na imprensa, com o Nordeste. Um exemplo disso foi o fato de que no mesmo período de estiagem no Semiárido nordestino, especialmente em 2014, o Estado de São Paulo também enfrentou (e enfrenta) problemas no abastecimento, correndo risco de colapso no Sistema Cantareira, principal responsável pelo abastecimento de 8,8 milhões de pessoas no Estado. Na imprensa local e nacional, o enquadramento hegemônico para a questão não se constituiu num problema de “combate à seca”, e sim numa crise hídrica, cuja seletividade das informações jornalísticas traçou outra perspectiva de representação para o agendamento da temática na imprensa e seus efeitos na opinião pública, através da produção social das notícias, não se constituindo, portanto, como uma prática de estigmatização. Vejamos alguns trechos noticiados:

O nível do sistema Cantareira atingiu índice de 9,8% ontem, segundo medição da Sabesp. Esta é a primeira vez que o nível dos reservatórios fica abaixo dos 10% desde o início da exploração do chamado volume morto, em maio. (*Nível do sistema Cantareira chega a menos de 10%*, jornal **Correio da Paraíba**, 11 de setembro de 2014).

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), aposentou à presidente Dilma Rousseff, ontem, um plano para realização de oito obras de infra-estrutura ao custo de R\$ 3,5 bilhões, para minimizar o problema de abastecimento hídrico do estado. No entanto, na avaliação do governo, as obras não resolverão o problema à curto prazo. (*Alckmin pede R\$ 3,5 bi para minimizar a seca*, jornal **Correio da Paraíba**, 11 de novembro de 2014).

A chuva que atingiu São Paulo na sexta-feira fez subir o nível dos seis principais reservatórios que abastecem a região metropolitana (*Chuva faz subir nível dos reservatórios em SP*, jornal **Correio da Paraíba**, 8 de fevereiro de 2015).

De certo modo, após a divulgação da estiagem no Estado de São Paulo, os jornais locais passam a ressaltar a “crise hídrica” como atributo para enquadramento da questão:

A escassez de água, a ineficiência dos poderes público(federal, estadual e municipal) com a manutenção e conservação dos mananciais e a provável recarga destes corpos d’água, através da transposição das águas do Rio São Francisco, trazem grandes preocupações com o **futuro hídrico** do Estado da Paraíba, diz trecho do relatório “Pacto pela nova governança – um retrato do Brasil, uma contribuição dos tribunais de contas do País aos governantes eleitos, divulgado na semana passada. (*TCE culpa governo por crise hídrica*, jornal **Correio da Paraíba**, jornal Correio da Paraíba, 22 de novembro de 2014).

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB) anunciou ontem sua disposição de atuar em defesa do uso racional da água, tema que, diante da crise hídrica vivida em vários estados, tornou-se urgente. (*Crise hídrica. Cássio quer incentivo ao reúno d’água*, jornal **Correio da Paraíba**, 14 de fevereiro de 2015).

Como responsável pelo atendimento ao segmento varejista na Fesa, me deparo com uma preocupação inusitada para o setor. Com a iminência de um relacionamento de água em São Paulo em função da grave crise hídrica, algumas empresas varejistas montaram um comitê para contornar a escassez de água. (*Varejistas criam comitê de crise hídrica*, jornal **Correio da Paraíba**, 3 de março de 2015).

Em 2014, apesar da diminuição no número de notícias na imprensa sobre a estiagem, se comparado ao ano de 2013, o “combate à seca no Nordeste” e a “crise hídrica em São Paulo”, externaram, a partir de diferentes perspectivas, uma interface no Agendamento sobre a questão do acesso à água no Brasil e suas repercussões econômicas, sociais, ambientais e políticas. Nesse ano, muitas publicações pautaram a temática da água, inclusive motivadas por instituições, a exemplo da ONU (Organização das Nações Unidas) que lançou, nesse ano, o Relatório sobre água no planeta. Assim, a pauta se manteve por meio de grandes reportagens, se utilizando, inclusive, de um jornalismo de base de dados para problematizar a questão, além de produzirem vários suplementos e cadernos especiais, como podemos destacar:

Desvio do rio São Francisco transporta o semiárido dos tempos da **indústria da seca** para a era do hidronegócio, mas piores efeitos da estiagem ainda são combatidos da maneira mais tradicional e eficaz, com milhares de cisternas e carros-pipa. (*Tudo sobre a Crise da Água, Folha de S. Paulo*, 15 de setembro de 2014).

Chuvas anormais nas cabeceiras do grande afluente do rio Amazonas causam problemas para a população ribeirinha, agravam conflito entre usos de recursos hídricos em Rondônia e põem na berlinda as usinas a fio d’água Santo Antônio e Jirau (*Tudo sobre a Crise da Água, Folha de S. Paulo*, 15 de setembro de 2014).

A situação de **estresse hídrico** que a Grande São Paulo vive é dramática. Os sistemas de armazenamento da Sabesp produzem cerca de 6 milhões de metros cúbicos de água por dia, mas quase metade disso vem de bacias hidrográficas que ficam fora da zona metropolitana. E o cenário continuará a

se agravar com o constante crescimento da metrópole. (*Tudo sobre a Crise da Água*, **Folha de S. Paulo**, 15 de setembro de 2014).

Especial Água. Por que a escassez vai ser um fantasma permanente no Brasil e no mundo (Revista **Veja**, edição, 2.397, 29 de outubro de 2014).

Percebemos que a mobilidade da temática seca/convivência com o semiárido no noticiário é marcada por jogos de visibilidade/invisibilidade que caracterizam a dinâmica do agendamento tanto na representação sobre os ciclos naturais do semiárido paraibano, períodos de estiagem e chuva, quanto na dinâmica social em que se pautam processos, ou seja, na presença de dinâmicas e tecnologias sociais que demarcam, também, no mundo das notícias, um processo mais recente de afirmação do território do Semiárido brasileiro a partir da ideia de convivência e projetos específicos nesse campo.

Nesse aspecto, a clivagem do agendamento e o *continuum* de seus atributos na imprensa local representam, em grande parte, um espaço micro-social, ao narrar experiências em pequenas propriedades rurais, cooperativas, associações, grupos de mulheres, sindicatos de agricultores familiares, iniciativas em escola na zona urbana ou rural etc.

Entretanto, esse conjunto de ações passa a ter visibilidade na imprensa de maneira mais sequenciada, e sugere atributos que contradizem ou geram tensão no enquadramento do “combate à seca” no Nordeste. Isso porque o simbolismo dessa prática de Agendamento salienta e sugere (*priming*) na opinião pública um discurso afirmativo de um território mais recentemente delimitado como sendo Semiárido brasileiro, onde se localizam nove Estados nordestinos, mais uma parte do Espírito Santo e Minas Gerais. Esse aspecto é enfatizado, sobretudo, nos documentos veiculados publicamente pelo Fórum Articulação do Semiárido Brasileiro:

Nós povos do Semiárido, movimentos sociais e articulações, do campo e da cidade, nas quais nos vemos representados, tais como a Articula-

ção Semiárido Brasileiro (ASA); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); Movimento dos Sem-Terra (MST); Marcha Mundial das Mulheres; Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); Levante Popular da Juventude, reunimo-nos em mais de 18 mil pessoas, em Petrolina/PE e Juazeiro/BA, passamos pelos centros das duas cidades e neles fomos acolhidos e queremos através deste, como através do ato que realizamos, fazer ecoar nossas vozes sobre o atual momento nacional, exigindo políticas condizentes e adequadas ao Semiárido [...] O Semiárido atravessa uma das mais severas e duradouras secas dos últimos tempos. Mortes, êxodo, saques, filas intermináveis de pessoas para receber uma lata d'água, frentes de serviços, compra de votos às custas da miséria, tudo isso ficou na história como uma marca desumana das políticas que desrespeitam o Semiárido e seu povo. A virada desta página da história brasileira se deu graças à luta, coragem e protagonismo do povo do Semiárido, aliado a políticas públicas adequadas e voltadas para o bioma e sua gente, que deram ao Semiárido uma cara mais humana. (**Documento Semiárido Vivo: Nenhum Direito a Menos**, divulgado pela ASA Brasil, em novembro de 2015).

Constatamos, também, nesse Agendamento voltado à posituação das experiências de convivência, uma atenção seletiva pelos agentes noticiosos e agentes do campo político que pautam a imprensa com vistas à afirmação desse enquadramento, cujos atributos salientam a compreensão de que o fenômeno deve ser repensado através de uma abordagem voltada à perspectiva da aceitação maior do Bioma da Caatinga, e de práticas de preservação, conservação e sustentabilidade, conforme nos exemplifica a jornalista Fernanda Cruz, da Assessoria de Comunicação do Fórum Articulação do Semiárido Brasileiro:

A ASACOM passa pra mais cumprir um papel muito de formação, sistematização, comunicação popular, direito à comunicação. E aí nesse momento, a assessoria de imprensa, inicialmente, ela vem com força, porque nesse projeto tem meta de assessoria de imprensa, e as pessoas

fizeram, pautaram os veículos. Só que depois começou a tomar outro rumo, mais nessa história de trabalhar a comunicação micro, assim, local com as famílias, muito voltada para sistematização. Começou com 13 comunicadores nessa perspectiva que é hoje. E hoje a gente tem mais de 100 comunicadores, eles estão nas organizações que executam o programa Uma Terra, Duas Águas [...] A gente começou a perceber que pautar a imprensa da forma convencional que a gente aprende na faculdade, de fazer os releases e tal, para gente era um gasto de tempo muito grande e que não tinha retorno. Então, a gente começou a fazer um movimento, a partir de 2010, de identificar quem são os jornalistas que estão escrevendo sobre o Semiárido, que já estão escrevendo sobre a ASA, que fala de cisternas, que fala de acesso à água; e fazer uma ponte com essas figuras. (Entrevista concedida à pesquisadora. Recife, 17 de julho de 2014).

Identificamos, por fim, que esse Agendamento não emerge apenas de mídia espontânea, ele nasce de estratégias de comunicação de diferentes atores sociais que atuam no semiárido nordestino (paraibano) e, por sua vez, buscam afirmar uma ênfase diferenciada quanto aos atributos das experiências, práticas e processos sociais veiculados pela imprensa. Entra em cena um amplo processo de produção social das notícias, em que as experiências afirmativas do Semiárido vão se evidenciar, especialmente, no contexto das lutas pelo acesso à água, tornando-se visíveis junto a opinião pública por meio de notícias sobre cisternas de placas, barragens subterrâneas, bancos de sementes comunitários, produção agroecológica no semiárido, inclusão produtiva das mulheres do campo, enfim, matérias jornalísticas que colocam em cheque a retórica da seca:

Representantes de oito unidades da Embrapa na região Nordeste estão reunidos na sede da Embrapa Agroindústria Tropical/Fortaleza (CE) para debater a criação do portfólio “Convivência com a Seca” (*Seca: Embrapa disponibilizará tecnologias*, jornal **A União**, 2 de abril de 2014).

Na comunidade Cafundó, em Maturéia (distante 320 km de João Pessoa), foi iniciada na última segunda feira uma capacitação de pedrei-

ros e pedreiras para construção de cisternas calçadão. Eles e elas poderão atuar na implementação do Programa Uma Terra, Duas Águas, executado pelo CEPFS na região. A participação feminina provou que está cadáver mais forte na construção das tecnologias sociais da ASA no Semiárido. As mulheres passaram a atuar de forma direta nas implementações em suas comunidades. (*Mulheres são capacitadas para construir cisternas*, **Jornal A União**, 22 de maio de 2014).

A Paraíba ganhou mais uma feira agroecológica realizada por 40 famílias de assentamentos de reforma agrária do Brejo Paraibano. A feira foi inaugurada ontem, na cidade de Bananeiras, a 141 km de João Pessoa, em frente ao colégio Emília Oliveira Neves. (*Assentados da PB promovem feira agroecológica no Brejo*, jornal **A União**, 15 de maio de 2014).

O programa Água para Todos, que integra o Plano Brasil sem Miséria, entregou 1.608 cisternas na Paraíba em abril – uma média de 54 por dia. (*Governo Federal entrega 1,6 mil cisternas*, jornal **A União**, 21 de maio de 2014).

Os agricultores familiares que participam da Jornada de Inclusão Produtiva em Aguiar, no vale do Piancó, na sexta-feira, tiraram suas dúvidas quanto ao acesso às políticas públicas, conheceram tecnologias de convivência com a estiagem e comercializaram produtos agrícolas (*Agricultores de Aguiar discutem convivência com as estiagens*, jornal **A União**, 13 de maio de 2014).

A proposta é envolver crianças e jovens, especialmente oriundas de escolas públicas, na construção de uma agenda científica que incorpore dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais sobre a região semiárida brasileira. O objetivo é fortalecer neste público o senso crítico acerca de questões relevantes que possibilitem uma formação cisada e atitude construtiva em convivência sustentável com a região. (*Convivência com o Semiárido. Insa vai capacitar criança e jovem*, jornal **A União**, 4 de abril de 2014).

Os agricultores familiares de Santa Cecília aprendem, no Sertão Paraibano, participam de capacitação para construção da primeira farragem subterrânea do município. (*Agricultores de Santa Cecília aprendem como construir barragem subterrânea*, jornal **A União**, 07 de maio de 2014).

Os agricultores de Pedra Lavrada, no Curimataú, por exemplo conseguiram mais de R\$10 mil em produtos e os de Juazeirinho quase R\$ 8,5 mil. (...) A agricultura camponesa tem sido incentivada também através da criação da bodega agroecológica, localizada no município de Soledade., responsável pelo escoamento de alguns produtos como polo, queijo, biscoitos e doce. (*Famílias ganham mais qualidade de vida*, **Jornal da Paraíba**, 6 de março de 2014).

Comunidades dos municípios paraibanos de Mato Grosso, São Domingos e Conceição, que nunca foram contemplados com nenhuma tecnologia de água paz produção de alimentos no Semiárido, já comemoram os resultados colhidos com a chegada do Programa Uma Terra e duas Águas (P1+2), da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que trouxe esperança de mudança de vida para as famílias da região. (*Tecnologia da água. Cisterna dá esperança à comunidade no Semiárido*, jornal **A União**, 12 de julho de 2014).

Em busca da valorização da convivência com o Semiárido, a Ação Social Diocesana de Patos (ASDP/PROPAC), Unidade Gestora do Programa Uma Terra e Duas Águas, da Articulação do Semiárido Brasileiro, realizou no último dia 15 de julho o primeiro intercâmbio intermunicipal entre os agricultores e agricultoras dos municípios de Condado e Vista Serrana, para mostrar experiências de agricultores e agricultoras com uso de tecnologias sociais voltadas à produção (*Agricultores participam de intercâmbio municipal*, jornal **A União**, 19 de julho de 2014).

A assinatura do convênio do primeiro projeto do edital Ecoforte, na região Nordeste acontece hoje às 11 h, no município de Lagoa Seca, na Paraíba. O objetivo é atender 800 famílias da região com um montante de recursos de R\$ 1,274 milhão. O Ecoforte integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Brasil Ecológico, e apoia projetos voltados à intensificação das práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica. (*Convênio vai beneficiar 800 famílias*, **Jornal da Paraíba**, 8 de outubro de 2014).

Comunidades da zona rural, principalmente do Semiárido paraibano, são as que mais sofrem com a escassez de recursos hídricos. Para combater os efeitos de longa estiagem, projetos de captação, armazenamento, distribuição e reaproveitamento da água são desenvolvidos por uni-

versidades, institutos e cooperativas, para melhorar a qualidade de vida da população (*Ações ajudam a driblar a estível na Paraíba, **Jornal da Paraíba**, 13 de outubro de 2014*).

Com o objetivo de refletir sobre a atual conjuntura de sementes no Brasil e aprofundar o debate em relação aos transgênicos e suas ameaças às sementes crioulas, será realizado no Centro de Eventos Marista em Lagoa Seca, no Agreste da Paraíba, o seminário “Os transgênicos e as ameaças às sementes da paixão”, (*Sementes da Paixão, **Jornal da Paraíba**, 10 outubro de 2014*).

Para chamar a atenção das pessoas sobre a agricultura familiar nas regiões do Semiárido paraibano, a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) realizou na manhã de ontem uma mobilização relâmpago na Praça da Bandeira, em Campina Grande, que marcou os 15 anos da Rede. (...) Para a coordenadora executiva da Asa Brasil e Paraíba, Glória Araújo, a ação foi importante para celebrar a data comemorativa e levar as pessoas à reflexão sobre a produtividade no Semiárido. “Estamos aqui celebrando nossas conquistas e mostrando às pessoas à valorizarem à luta pela convivência com o Semiárido, para que as pessoas possam ver que aqui é um lugar cheio de vida e pleno de oportunidades”, enfatizou. (*Agricultura Familiar é tema de mobilização em CG, **Jornal da Paraíba**, 27 de novembro de 2014*).

Com o objetivo de promover o intercâmbio de aprendizagens sobre experiências de combate à desertificação em diferentes regiões semiáridas, Campina Grande seriaria de amanhã até sexta o Seminário Internacional “Construção da Resiliência Agroecológica em Regiões Semiáridas. O evento será no Instituto Nacional do Semiárido (Insa) (*Combate à desertificação, **Jornal da Paraíba**, 19 de dezembro de 2014*).

A divulgação contínua de matérias jornalísticas com ênfase na convivência com o semiárido é protagonizada por entidades da sociedade civil organizada, em especial, as que integram o Fórum Articulação do Semiárido, que é a presença mais efetiva quando se trata de matérias jornalísticas cujo enquadramento hegemônico apresenta ações, tecnologias sociais e resultados de experiências de convivência com o semiárido em áreas como recursos hídricos, organização e mobiliza-

ção social, agroecologia, política de preservação de sementes nativas, economia solidária, desertificação etc.

No enquadramento das notícias centrado na convivência com o semiárido paraibano, a agricultura familiar assume um lugar diferenciado, demonstrando que a perspectiva dos projetos de convivência com o semiárido é, de acordo com Duque (2008), o reconhecimento de um novo modelo baseado no respeito à dignidade das populações antes consideradas como dependentes. Percebemos isso nos atributos das notícias, uma vez que evidenciam processos de mobilização enfatizando as soluções das comunidades, especialmente, rurais, e suas alternativas para os momentos de estresse hídrico na região. Identificamos, também, no Agendamento, que outras instituições governamentais e não governamentais se destacam divulgando experiências nesse campo, a exemplo das Universidades Federal e Estadual da Paraíba, Emapa, Embrapa, sindicatos rurais, e do Instituto Nacional do Semiárido, ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia do Governo Federal, com sede no município de Campina Grande, na Paraíba:

O Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido Brasileiro (Sigsab) é a prioridade do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), unidade de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) neste ano, segundo informou o diretor do Instituto, Ignacio Hernán Slacedo. “Em 2014 o instituto terá como prioridade consolidar o Sigsab e disponibilizar o acesso à sociedade, de modo que propicie a geração de novas pesquisas que valorizem o potencial do semiárido e subsidie políticas públicas adequadas à região. (*Insa prioriza sistema de informação*, jornal **A União**, 24 de janeiro de 2014).

O programa de difusão de saberes do Semiárido tem por finalidade difundir e refletir sobre pesquisas, experiências e conceitos associados ao campo da Ciência, Tecnologia e Inovação no Semiárido brasileiro (*Insa divulga hoje pesquisa sobre a Caatinga em Campina Grande*, jornal **A União**, 11 de julho de 2014).

É perceptível, ainda, a incorporação dessa clivagem por parte de alguns jornalistas ao problematizar essa questão, mesmo que, em alguns casos, soe como contraditório a narrativa jornalística. O discurso jornalístico é, por vezes, ambivalente no sentido de se travar uma “guerra” contra a seca, fenômeno natural da região, e, ao mesmo tempo, apontar para a incorporação de discursos de convivência com o semiárido paraibano no conteúdo das notícias.

Considerações finais

A nosso ver, a análise crítica do agendamento midiático através da experiência do Observatório do Jornalismo foi desafiadora pelos seguintes aspectos: volume de notícias veiculadas no período analisado; dinamicidade do fluxo da *agenda-setting*; mobilidade de seus tópicos; interação entre a agenda midiática e, respectivamente, as agendas do campo político e público e o contexto eleitoral de 2014. Ao passo que nos permitiu constatar, refletir e melhor entender que a temática pelo acesso ao direito à água, enquanto experiência sócio-histórica, de modo particular no semiárido do Nordeste, muito se relaciona com o processo social de produção de notícias.

O discurso público presente nos jornais sobre o combate à seca e, mais recentemente, sobre as estratégias de convivência com o semiárido nos interpela a refletir, cada vez mais, acerca dos mapas de significação que são produzidos, uma vez que seu simbolismo vem, ao longo da história das secas no Nordeste, impactando e moldando não só a opinião pública, no tocante à identidade desse território do país, mas as políticas públicas implementadas na Região.

Destacamos que o Agendamento é um processo complexo de entendimento da representação dessa realidade específica do Brasil, em que estão presentes, no conteúdo das notícias, diferentes visões para um acontecimento – a ausência das chuvas, a escassez de água –, dando

conta de que a seca/estiagem/convivência, enquanto fenômeno social, é, também, um fenômeno midiático (comunicativo) e que passa por múltiplas mediações.

Esse campo de sentido engloba diversos agentes noticiosos na produção de conteúdo jornalístico, que diz respeito, sobretudo, a um processo cognitivo relevante junto à opinião pública, no qual se disputa, no cotidiano dos jornais, diferentes perspectivas de desenvolvimento para o Nordeste. É nessa luta simbólica que os enquadramentos constituídos pelas práticas de agendamento contribuem para a construção de um imaginário sobre o Semiárido que, certamente, produz efeitos tão poderosos quanto à ausência das chuvas.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4^a. Edição. Brasília: Senado Federal, 1994.

ALMEIDA, José Américo de. **As sêcas do Nordeste**. Brasília: Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas, 1953.

ANDRADE, Lopes de. **Introdução à Sociologia das Secas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos Azevedo. **Mulheres em Pauta: gênero e violência na agenda midiática**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

BROCHARDT, Viviane dos Santos. **Comunicação Popular na Construção de Políticas de Acesso à Água no Semiárido**: a experiência da ASA. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação da Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CANELA, Guilherme. **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Andi/Cortez Editora, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Monitores da mídia**: como o jornalismo catarinense percebe seus deslizos éticos. Florianópolis: Univali, 2003.

CHRISTOFOLETTI, R.; MOTA, L. G. (Orgs.) **Observatórios da mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.

DENCKER, A. F. M.; VIÁ, S. C. **Pesquisa Empírica em Ciências Humanas** (com ênfase em comunicação). São Paulo: Futura, 2001.

DINES, Alberto. Observação e participação: da física quântica à dinâmica da sociedade civil. In:

CHRISTOFOLETTI, R.; L.G. MOTA (Orgs.). **Observatórios da mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2006.

DUQUE, Ghislaine. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008.

FREYRE, Gilberto. Prefácio à Primeira Edição. In: ANDRADE; José Lopes de. **Introdução à Sociologia das Secas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria da Seca**: o caso Paraíba. João Pessoa: Editora da UFPB, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**- notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONZÁLEZ, Jorge A. **Entre cultura(s) e cibercult@(s)**: incursões e outras rotas não lineares. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012. 266p.

HALL, S. *et all*. A produção social das notícias: o *mugging* nos média. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia da pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**. 2ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

LIMA, Venício; RUBIM, Antonio Canelas. **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e Barragens**: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação de hidrelétricas. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

LOURES, Ângela da Costa Cruz. Pequena história da crítica de mídia no Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTA, L. G. (Orgs.). **Observatórios da mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008).

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 5ª. ed.. São Paulo: Loyola, 2001.

McCOMBS, Maxuel. Um panorama da Teoria do Agendamento 35 anos depois de sua formação. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.31. n.2. jul/dez., 2008.

MCCOMBS, Maxuel. Setting the agenda. **The mass media and public opinion**. Polity Press: Cambridge, 2004.

MELO, José Marques de. **Teoria do Jornalismo** -: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MELO, José Marques de. Prefácio. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia da pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. Noiva da Revolução. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe. São Paulo: Boitempo, 2008.

PRADO, Luiz Aidar (Org). **Crítica das práticas midiáticas**- da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker, 2002.

PROGRAMA DE GOVERNO. Plano de Ação para Mudar o Brasil: Presidente Mariana Silva e vice Beto Albuquerque. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://marinasilva.org.br>>. Acesso em: 03 set. 2014.

PROGRAMA DE GOVERNO PMDB: um novo caminho para a Paraíba. Site do TRE, João Pessoa, 2014. Disponível em: < <http://www.eleicoes2014.com.br/vital/>>. Acesso em: 03 set. 2014.

PROGRAMA DE GOVERNO RICARDO COUTINHO. Paraíba 2015-2018. Site do TRE, João Pessoa, 2014. Disponível em: < <http://ricardo40.com.br>>. Acesso em: 03 set. 2014

PROGRAMA DE GOVERNO CÁSSIO. Disponível em: < <http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/PB/candidato/150000000407/idarquivo/2062?x=1410299917000150000000407>>. Acesso em 03 de set. 2014.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PV. Viver bem. Viver Verde. Site do TSE, Brasília, 2014. Disponível em: < <http://www.eduardojorgepv.com.br/programa-brasil/>> Acesso em: 3 set. 2014.

PROGRAMA DE GOVERNO DILMA ROUSSEFF. Mais Mudanças, mais futuro. Brasília, 2014. Disponível em: < <http://dilma.com.br>>. Acesso em: 03 set. 2014.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSDB. Diretrizes Gerais. Plano de Governo Aécio Neves e Aloísio Nunes. Coligação Muda Brasil, TSE, Brasília, 2014. Disponível em:< <http://inter01.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/280000000085/idarquivo/229?x=1404671991000280000000085>>. Acesso em: 03 set. 2014

RAMOS, S. & PAIVA, A. **Mídia e violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SANTOS, Rinaldo dos. **A revolução nordestina**: a epopéia das secas (1500-1983). Recife: Editora Tropical, 1984.

TARGINO, Ivan Moreira. Prefácio à Segunda Edição. In: ANDRADE, Lopes de. (Org.). **Introdução à Sociologia das Secas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2^aed. Lisboa: Veja Editora, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004 (2 volumes).

Representações sociais sobre mulheres rurais no boletim da Articulação Semiárido Brasileiro - ASA

Catarina de Angola Oliveira Silva
Maria Salett Tauk Santos

Introdução

O objetivo principal deste trabalho consiste em investigar as representações sociais sobre mulheres rurais no boletim O Candeeiro, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Especificamente, o que se quer compreender é de que maneira as mulheres são representadas nesse meio de comunicação, se o boletim as estimula à participação política, e se o conteúdo do boletim contribui à construção do desenvolvimento local.

O Candeeiro é produzido pela Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares da ASA, no âmbito do Projeto Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e do Programa Sementes do Semiárido. Tem como proposta sistematizar experiências da agricultura familiar no Semiárido brasileiro, como forma de registrar histórias de vida, saberes populares, técnicas e práticas de convivência com a região a partir do olhar e das vivências da população. Com O Candeeiro, a ASA se propõe a fomentar o protagonismo dos agricultores e agricultoras no processo de registro da história do Semiárido.

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede que reúne mais de três mil organizações da sociedade civil, como sindicatos, grupos, associações, Igrejas, entre outras, em dez estados das regiões Nordeste e Sudeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais,

Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), que propõe e executa políticas de convivência com o Semiárido, objetivando o desenvolvimento local da região. A ASA desenvolve o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, que abriga os programas Um Milhão de Cisternas (P1MC), Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Cisternas nas Escolas e Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido. A articulação também promove a comunicação como importante estratégia para sua política e como direito humano.

A ASA surgiu em 1999. Sua primeira proposta ao governo federal foi o Programa de Mobilização e Formação Social para a Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), como forma de garantir acesso à água de maneira descentralizada para um milhão de famílias do Semiárido brasileiro, através de cisternas de placas que coletam água das chuvas. A ASA é uma rede de referência no Semiárido brasileiro, que tem como principal ação o projeto político de convivência com a região. E, desde sua formação, explicita a necessidade de políticas que priorizem mulheres e jovens. A ASA, ainda na Declaração do Semiárido, em 1999, afirmava que:

homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária. [...] O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados (ASA, 1999, p. 2).

Ao longo dos anos, sua ação cresceu e possibilitou a implementação de outros programas que chegam às famílias do Semiárido, realizando, também, a estocagem de água para produção de alimentos e criação de animais e água para escolas da região, levantando a discussão da educação contextualizada, além da estocagem de sementes crioulas, para preservação da agrobiodiversidade. A ASA considera a comunica-

ção como ação estratégica na política de convivência com o Semiárido. Com isso, implementou uma dinâmica descentralizada de comunicação popular utilizando diversos meios de comunicação, entre eles, o boletim impresso *O Candeeiro*, construído pela Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares da ASA. Os integrantes da rede, que é formada por comunicadores populares, alguns com formação profissional em jornalismo, realizam as entrevistas com os agricultores e as agricultoras, e redigem os textos dos boletins. Eles integram as equipes de organizações que fazem parte da ASA. Cabe a esses profissionais integrantes da Rede de Comunicadores, como explica Brochardt, (2015, p. 09) “serem mediadores da comunicação entre as organizações locais da ASA, os agricultores e os meios de comunicação existentes em seus territórios”.

Este trabalho visa a trazer um olhar específico para a representação sobre mulheres no boletim *O Candeeiro*. As mulheres em estudo são de um espaço rural do Semiárido brasileiro, lugar historicamente estigmatizado como inviável para se viver e produzir. E, nesse contexto, as mulheres sentem ainda mais os impactos das adversidades climáticas nos períodos de secas. Na lógica da sociedade patriarcal¹⁹, em que o homem trabalha fora e a mulher é responsável por todo trabalho reprodutivo sozinha, muitas, nos períodos de grandes secas, ficavam com seus filhos e viam os homens (pais e maridos) migrarem para outras regiões em busca de trabalho e renda. Sozinhas enfrentavam os longos períodos de estiagem, lutavam por melhores condições de vida, buscavam a água e procuravam formas possíveis de produção.

Nas duas últimas décadas, políticas de convivência com o Semiárido, propostas por organizações da sociedade civil, como a ASA, e implementadas pelo governo federal a partir dessa proposição, possibilitaram o acesso à água e o reforço à produção de alimentos. Realidade

19. Aqui, o patriarcado é entendido no sentido de sistema que designa dominação dos homens sobre as mulheres, conforme aponta HIRATA (2009).

que há cerca de 20 anos era impossível para a agricultura familiar no Semiárido. Essas ações têm contribuído para o desenvolvimento da região, e para a democratização do acesso à água e alimentação para a população. No entanto, apesar dessas conquistas, as mulheres, em geral, não deixaram de serem as únicas responsáveis pelo trabalho reprodutivo em suas casas, e ainda realizam outras atividades produtivas que, ao longo do tempo permanecem invisibilizadas, como assinalam Medeiros e Oliveira (2008, p. 43):

É considerado produtivo tudo que gera riqueza e que geralmente aparece como sendo exercido pelos homens. Já o reprodutivo é realizado pelas mulheres no cuidado da casa, marido e filhos. Um trabalho que nunca acaba, pois, são as mulheres as primeiras a acordarem e as últimas a descansarem.

Nesse sentido, observa-se que somente o acesso às tecnologias sociais não tem sido capaz de promover mudanças determinantes nas relações entre homens e mulheres no Semiárido brasileiro. Tais tecnologias contribuem nesse processo, mas é necessário que as lutas e proposições que vêm sendo construídas pelas mulheres rurais, há anos, possam ser incorporadas ao debate político de convivência com o Semiárido. Há que se considerar que o Semiárido está inserido numa estrutura patriarcal e machista e a experiência da ASA também sofre a influência desse contexto, apesar de essa organização social reconhecer, na sua proposta de trabalho, a valorização da mulher, da importância de sua força de trabalho e da necessidade de registrar suas experiências e práticas da na agricultura familiar.

I O processo de investigação

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e analítico, trata-se de um estudo de caso, que utilizou técnicas combinadas de coleta de dados, como a pesquisa bibliográfica, para construir o arcabouço teórico do estudo; a análise documental, para exame dos documentos da ASA, na perspectiva de um resgate histórico da rede e da sua proposta de ação; além da análise do discurso da articulação, no boletim O Candeeiro. Foi ainda procedida à observação direta durante os Encontros da ASA com mulheres do Semiárido; além da realização de entrevistas semiestruturadas com a coordenação do P1+2 e da Assessoria de Comunicação da ASA (ASACom); com duas coordenadoras executivas da rede, e com três comunicadoras da ASA em Pernambuco.

No estudo, foram analisados boletins produzidos pela ASA no estado de Pernambuco entre 2013 e 2014, por ser um período de expressivo número de edições do boletim publicado, devido à quantidade de projetos que a articulação executava naquele momento. Nesses dois anos, a ASA publicou 880 edições do O Candeeiro, em nove estados do Semiárido. Foi realizado um estudo exploratório dos 117 boletins publicados em Pernambuco nesse período. Desses 117, a análise se ateuve aos 36 boletins que tratavam sobre mulheres. A ASA parte do conceito de família para a produção das sistematizações. Logo, por vezes, mesmo a experiência sendo protagonizada por uma mulher, ela terá, em sua maioria, uma referência direta aos outros membros familiares, em especial, maridos, filhos e filhas. Para orientar nossa análise, classificamos como experiências sobre mulheres aquelas em que elas são protagonistas e cuja história é contada a partir da fala delas.

As edições do O Candeeiro analisadas são resultados de sistematizações realizadas por 16 organizações da ASA em Pernambuco, nas regiões do Agreste e Sertão. A opção pela análise do material produ-

zido em Pernambuco se deu por ser o estado mais próximo do nosso campo de pesquisa e também pelo conhecimento maior da pesquisadora sobre as ações da ASA nesse território. Os boletins sobre mulheres produzidos em Pernambuco, nesse período, foram analisados, um a um, a partir das seguintes categorias: *Representações sociais sobre mulheres*; *Mulheres e participação e Desenvolvimento local na comunidade*. A categoria *Representações sociais sobre mulheres* abriga as subcategorias: mulher na família e mulher profissional. Para análise da categoria *Mulheres e participação*, foram utilizadas as subcategorias: formação; geração de renda e participação política. Na categoria *Desenvolvimento local na comunidade*, utilizamos as subcategorias: estímulo ao aproveitamento dos recursos locais e preocupação com a questão ambiental.

2 Representações sociais e a análise de discurso

Em seu estudo, *Representações Sociais: investigação em psicologia social*, Moscovici (2015, p. 33) reforça o espaço social como lugar de construção das representações: “tendemos a considerar e analisar o mundo de uma maneira semelhante; especialmente quando o mundo em que vivemos é totalmente social”. O contexto das representações que investigamos é necessário para que tenhamos elementos que nos ajudem a entender os fenômenos analisados, pois, para o autor “todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações” (MOSCOVICI, 2015, p. 40).

De acordo com o autor, as representações sociais têm por finalidade transformar algo não familiar em familiar, ou seja, criar consensos, o que ajuda na compreensão dos fenômenos. E, ao estudar as representações, devemos sempre descobrir as características não familiares que as motivou, que estas absorveram (MOSCOVICI, 2015). Para transformar algo não familiar em familiar, se faz necessário dois me-

canismos de um processo de pensamento, ou seja, formas de lidar com a memória, segundo Moscovici (2015). Esses mecanismos são a ancoragem e a objetivação.

Ancoragem é apresentada por Moscovici (2015) como classificar e dar nome a alguma coisa, pois o que não tem nome passa a ser estranho e, assim, ameaçador, o que faz com que as pessoas se distanciem. E não causar resistência significa torná-lo comum, conhecido, dar nome. Para o autor, “classificar algo significa que nós o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe” (MOSCOVICI, 2015, p. 63). Já a objetivação é transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico (MOSCOVICI, 2015). Ou seja, “produzir um conceito em uma imagem” (MOSCOVICI, 2015, p. 72):

Esses mecanismos transformam o não familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente, controlar. (MOSCOVICI, 2015, p. 23).

As representações sociais estão em diversos espaços. Jodelet (2001) afirma que elas também “circulam nos discursos”. É precisamente no discurso do boletim O Candeeiro que fomos investigar representações sociais sobre mulheres rurais. Entendendo, como coloca Orlandi (2000, p. 9), que “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparente cotidiano dos signos”, utilizamos da análise de discurso, na perspectiva da escola francesa, para buscar entender como os textos significam, seguindo as pegadas da autora no sentido de que “a entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar” (ORLANDI, 2000, p. 09).

Neste sentido, não estamos analisando o texto em si, não analisaremos a gramática, mas os sentidos que os textos constroem. De antemão,

enfatizamos que este é um estudo que leva em conta o contexto em que está inserido e em que o discurso foi construído, e que os resultados aqui apresentados partem de um método, mas também através da perspectiva da qual nos propomos. Isso porque os sentidos se constroem a partir desse contexto, a partir dessa “exterioridade”, como afirma Orlandi (2000), é isso que a análise de discurso busca fazer:

Compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real sentido. [...] Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico (ORLANDI, 2000, p. 27).

As condições de produção do discurso são compostas pelos “sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso” (ORLANDI, 2000, p. 30). Essas condições de produção seriam formadas então pelo interdiscurso e pelo intradiscurso. O primeiro seria nossa memória, ou seja, “todos os dizeres já ditos e esquecidos”, pois, para Orlandi (2000, p. 27), “todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito [...] sobre algo que é dito”. Já o intradiscurso seria o que está se dizendo agora nas atuais condições. Por isso, é necessário que não deixemos de considerar as condições de produção de um discurso, o que ele carrega consigo de historicidade, mas também em que contexto ele está sendo colocado no exato momento de sua construção.

A partir desse caminho, avaliamos que é possível chegar às representações sobre mulheres presentes no boletim O Candeeiro. Para isso, trataremos, a seguir, do contexto no qual esta pesquisa está inserida, o Semiárido brasileiro, suas características e imaginários fortalecidos ao longo dos anos, mas, também, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), sua atuação e sua ação de comunicação em que está imersa o boletim O Candeeiro, nosso objeto de estudo.

3 Comunicação na Articulação Semiárido Brasileiro

Ao longo do tempo, a história da região semiárida brasileira foi contada de forma a favorecer a perspectiva da “Indústria da Seca”, ou seja, fortalecer a estratégia política utilizada para criar dependência da população na ação de alguns políticos e *coronéis*. A história que foi disseminada é que os locais onde o clima Semiárido predomina tratavam-se de região seca, por isso, inviável, e sua população vista como incapaz, reduzindo sua imagem à pobreza e à fome.

O Candeeiro, da ASA, é um material de comunicação de caráter informativo, no qual a articulação se propõe a sistematizar experiências da agricultura familiar do Semiárido brasileiro. Realizada, em especial pelos comunicadores e comunicadoras que estão vinculados às organizações que compõem a ASA e executam os programas P1+2 e Sementes do Semiárido, a ASA já produziu e publicou 2.324²⁰ edições do boletim impresso O Candeeiro. A sistematização de experiências se apresenta como um processo de reflexão da prática e registro de construção do autoconhecimento, do intercâmbio de experiências. Para Holliday (2006, p 24):

Sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo.

O Candeeiro tem versão impressa, publicada desde o início do P1+2, em 2007, e uma versão em *banner*, publicada desde 2012. **O banner é uma produção que não está vinculada à versão impressa e tem o foco em imagens. Neste estudo, nossa análise se dá sobre O Candeeiro na versão impressa, que geram boletins de duas ou quatro páginas, no tamanho A4. O informativo tem**

20. Dados da ASA de Janeiro de 2018.

um mesmo modelo para cada rede estadual que o publica (Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), no entanto, conta com uma identificação em cores diferentes para cada um desses estados. A cor que sinaliza que o boletim é de uma experiência em Pernambuco é a cor verde.

Cada tiragem conta com 1.000 exemplares, entregues à família sistematizada, para uso da forma que desejarem. A partir de 2013, a ASA passou a disponibilizar os exemplares dos boletins O Candeeiro em sua página na internet. Lá é possível não só acessá-los, mas, também, fazer o *download* de cada um deles.

4 O Candeeiro: representações sociais sobre mulheres

Encontramos 36 boletins com sistematizações sobre mulheres, realizadas pela ASA, em Pernambuco, no período estudado, o que significam 30% dos 117 boletins analisados a partir das categorias estabelecidas neste estudo: *Representações Sociais sobre Mulheres; Mulheres e Participação e Desenvolvimento Local na Comunidade*.

4.1 Representações sociais sobre mulheres

Na categoria *Representações Sociais sobre Mulheres*, realizamos as análises a partir das subcategorias: *Mulher na família* e *Mulher profissional*. Assim, ao analisar a subcategoria *Mulher na família*, observamos que a mulher é representada como mãe e esposa, responsável pela educação dos filhos e que “ajuda” nas tarefas produtivas. Poucas vezes está dito, literalmente, mas, por vezes, está implícito que é ela a responsável pelas tarefas da casa, do trabalho doméstico. Como podemos observar no seguinte trecho:

Mãe de 10 filhos, ela precisava trabalhar desde cedo para sustentar a família, enquanto o marido tentava a sorte nos grandes centros (O CANDEEIRO, nº 1711, 2014).

A expressão “precisava trabalhar” deixa subtendida que as mulheres, em geral, não precisam trabalhar fora de suas casas e que, quando isso acontece, é uma exceção no papel da mulher. Além disso, não leva em conta que as tarefas domésticas também são trabalho e que elas também têm valor econômico agregado. É uma constante dos boletins trazerem a responsabilidade com os filhos, muitas vezes, não colocada nas falas das mulheres, mas reforçando a ideia naturalizada da responsabilidade unicamente das mulheres:

Ter a liberdade e o prazer de estar onde se quer; no lugar que se escolheu para viver, criar os filhos, produzir e comercializar [...] Essa foi a alternativa escolhida pela agricultora familiar Luzia Maria da Silva, 40 anos, mãe de cinco filhos, e moradora do Sítio Serra Grande, também conhecido como Sítio Serrinha, de dois hectares, no município de Jupi, localizado no Agreste Meridional (O CANDEEIRO, nº 2050, 2014).

Analisando falas das mulheres trazidas nos textos, encontramos, por vezes, outros vieses, como a da mulher longe da ideia de fragilidade, na perspectiva da luta diária:

Minha vida diária é um desafio, uma luta. Mulher não é sexo frágil. Eu acho que a prova tá aí, todos os dias (O CANDEEIRO, nº 1829, 2014).

Na subcategoria *Mulher profissional*, as mulheres são representadas como agricultoras, que têm um trabalho realizado, em sua maioria, no arredor de casa e que “ajudam” o marido no restante da lavoura. Os relatos de suas práticas são, em geral, na agricultura. Apenas em dois textos aparecem como artesãs. Nenhuma outra profissão é trazida nas atividades exercidas atualmente pelas mulheres sistematizadas no *corpus* analisado:

Agricultora desde criança, produz grãos como feijão e milho, e hortaliças como pimentão, cebolinha, coentro, jerimum, pepino e alface. Produzidos de forma orgânica (sem a utilização de agrotóxicos), os alimentos, por enquanto, servem apenas para consumo próprio (O CANDEEIRO, nº 1135, 2013).

Em geral, os boletins não falam do trabalho doméstico, o trabalho da família é sempre trazido na produção fora de casa. E, quando o assunto é abordado nos boletins, ele aparece como responsabilidade da mulher, o que traz a questão de que as mulheres, mais uma vez, são retratadas como as únicas responsáveis por esses afazeres, assim como o trabalho dos cuidados, que aparece apenas em dois boletins, mas também aliado às mulheres:

Para que pudesse cuidar melhor de seus pais, dona Maria os trouxe para morar com ela. Seu pai faleceu há sete anos e sua mãe, há um ano. Logo depois, dona Maria teve uma trombose na perna e, apesar de tantas dificuldades, ela até hoje não desiste de seus sonhos (O CANDEEIRO, nº 1451, 2013).

Algumas atividades realizadas por mulheres são trazidas como atividades secundárias e aparecem como algo que se atribui pouca importância. A importância fica pelo fato dela ser mulher cuidadora:

Enquanto o pai saía para trabalhar e garantir o sustento da família, a mãe repassava para as filhas técnicas de bordado de crochê, de artesanato e também de pintura de panos de prato (O CANDEEIRO, nº 1824, 2014).

Apesar de essa tônica predominante ser representada, observa-se um esforço, em alguns boletins analisados, de trazer outras perspectivas. Alguns contrapontos são abordados no texto, valorizando os diversos trabalhos realizados pelas mulheres e os colocando em pé de igualdade e importância com outras atividades produtivas, além de

realçar a sua contribuição à luta política. Esse olhar existe em algumas sistematizações, a exemplo do texto a seguir:

Aos 74 anos, já com as mãos calejadas, contribui para a economia da família com o cuidado das tarefas domésticas. ‘Eles vão para o trabalho e eu vou para a luta’. É assim que Dona Margarida se refere ao seu trabalho diário. As refeições da família, varrer o terreiro, a limpeza da casa, a alimentação dos pequenos animais, o cuidado com a higiene das roupas e ainda a produção do queijo coalho, são algumas das atividades que realiza diariamente (O CANDEEIRO, nº 1366, 2013).

4.2 Mulheres e participação

Na categoria *Mulheres e participação*, realizamos as análises a partir das subcategorias: *Formação*, *Geração de renda* e *Participação política*. Logo percebemos que *Formação* é um dos temas trazidos no boletim e que esse processo estimula as mulheres a participarem de organização política. Os programas da ASA trazem formação no seu cerne, como parte da implementação de suas ações e as mulheres participam desses processos e relatam as consequências:

Tudo mudou. Através da capacitação de três dias, e algumas outras reuniões, tudo melhorou. Eu e minha família obtemos conhecimento necessário para a nossa melhoria de vida”, explicou a agricultora (O CANDEEIRO, nº 1647, 2014).

A partir das capacitações e implementações das tecnologias, os boletins relatam que esse processo contribui para o desenvolvimento produtivo e que gera, para as mulheres que estão à frente desse processo, uma renda direta. Assim, na subcategoria *Geração de Renda*, percebemos que isso estimula um processo de autonomia econômica das mulheres. Nos boletins, estão sistematizados diversos formatos de comercialização, como venda direta, nas feiras, porta a porta, na comunidade, aos vizinhos, entre outros, ocasião em que as mulheres

aparecem como protagonistas de processos produtivos, conforme relato abaixo:

Através da tecnologia que acumula a segunda água, Dona Anisia aumentou o quintal produtivo e passou a plantar hortaliças. A produção serve tanto à família quanto aos vizinhos que também consomem o alimento do quintal de Dona Anisia, quando a terra produz além do que a família precisa (O CANDEEIRO, nº 1197, 2013).

A comercialização passa a ser fonte de renda, mas também gera um processo de autonomia e gestão financeira de sua própria produção. Permite a elas saírem da condição tradicional de produtoras, que vende apenas em casa, para comercializar os produtos na feira, na relação com outras mulheres e homens, fora de suas casas, ganhando o espaço público:

A feira agroecológica mudou minha vida. Me sinto muito feliz, porque estou vendendo produtos saudáveis, que eles possam comer sem medo, fico feliz quando eles chegam e dizem: vim comprar de novo”, comenta Dona Fernandina” (O CANDEEIRO, nº 1230, 2013).

As sistematizações trazem a geração de renda aliada, fortemente, ao processo da produção na agricultura. No entanto, é possível perceber outros processos, como a produção de artesanato, o que demonstra uma diversificação dos processos produtivos e de fonte de renda:

Se não tivesse o artesanato seria muito difícil, porque a gente tem esse meio como alternativa de renda’, destaca a agricultora que se sente satisfeita ao confeccionar o artesanato (O CANDEEIRO, nº 1053, 2013).

Mas, em geral, os boletins trazem o acesso às tecnologias sociais de acesso à água como marco para a produção ou para o aumento da produção de alimentos, em especial a produção agroecológica.

Na subcategoria *Participação política*, nossa análise identificou que as mulheres são representadas como sujeitos de direitos, que tem

vida política ativa, e que essa vida política está diretamente relacionada à sua autonomia no sistema produtivo. No entanto, essa não é uma colocação generalizada, pois a maioria dos boletins não destaca, nem cita o processo de participação política. Percebemos que, muitas vezes, as sistematizações reforçam as ações institucionais como um “bem” que chega às famílias ou algo que conseguem como “num passe de mágica”, conforme citado no boletim:

Como um passo de mágica, a família e mais 05 mulheres da comunidade conseguiram por meio de doação do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), um sistema de irrigação e com recursos próprios construíram uma caixa d’água para a construção de uma horta coletiva (O CANDEEIRO, nº 1099, 2013).

Como contraponto, aparecem os relatos e informações de agricultoras que estão articuladas politicamente em suas organizações, grupos, entre outros:

Símbolo de mulher sertaneja corajosa e destemida. D. Severina não se isola no tempo. Participa da Associação Municipal Mulher Flor do Campo, da Associação de Moradores do Sítio Carrapato (AMOSCAR), do Grupo de Mulheres de Carrapato Flor do Mandacaru, é sócia do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e membro da Associação Agroecológica do Pajeú (ASAP), que reúne agricultoras e agricultores que trabalham com culturas orgânicas, a exemplo do algodão. “Se a pessoa ficar sentada não aprende nada. É preciso se unir e aprender com os outros”, diz (O CANDEEIRO, nº 1711, 2014).

O processo de participação política aparece também como reflexo de outras ações, como a de formação:

Foi participando de reuniões do Conselho Municipal. Fui informada das reuniões da Cáritas Diocesana de Pesqueira, e sempre tive a vontade de participar dessas reuniões. Eu era muito tímida, mas, mesmo assim decidi ir’, disse Roseane (O CANDEEIRO, nº 1929, 2014).

A partir desses relatos, podemos perceber que o que está em destaque, em alguns boletins, é a ação das organizações, quando deveria ser a experiência da agricultora. Seria necessário perceber as experimentações que elas já vinham realizando em seus processos de produção, inclusive, considerando o período de vida antes de ter uma tecnologia social ao lado da casa. Já que, diferente dos homens, as mulheres, em geral, ficaram em seus municípios e comunidades, mesmo nos longos períodos de seca, não migraram, ficaram e trabalharam na terra, além de dar conta de todo o trabalho reprodutivo. Elas são guardiãs de muitos conhecimentos da convivência com o Semiárido.

4.3 Mulheres e desenvolvimento local da comunidade

Na categoria *Desenvolvimento local da comunidade*, realizamos as análises a partir das subcategorias: *Estímulo ao aproveitamento dos recursos locais* e *Preocupação com a questão ambiental*. É possível inferir que muitas das práticas realizadas pelas mulheres contribuem ao *Estímulo ao aproveitamento dos recursos locais* e, assim, estão valorizadas nos boletins:

No período da seca, a aposentada conseguiu manter alguns animais e garantir a venda de frutas e hortaliças. Ela utilizou o mandacaru triturado e resíduo para alimentar seus animais. Em casa, são estocadas sementes de amendoim, quiabo, berinjela, milho, feijão e alface. Atualmente, a agricultora está juntando a semente de sorgo para guardar e também já fez silagem para garantir comida para os bichos (O CANDEIRO, nº 1964, 2014).

É possível perceber a sistematização dessas práticas nos boletins investigados, em que as mulheres apresentam suas estratégias de convivência com a região, mostram a sabedoria sobre a sua terra, a importância de utilizar, de forma simples, estratégias eficientes de vida e convivência com o seu lugar. Como nos trechos a seguir:

Dona Gertrudes guarda consigo uma semente de feijão-fava que chama “cabrocurso”, herança centenária de sua avó, Dona Maria Vaqueiro, que aconselhou: “guarde essa semente. Quem a tem, não passa fome”. O conselho foi seguido. Dona Gertrudes preserva as sementes em garrafas de plástico. No entanto, sua principal forma de conservação é mantê-la germinada. Isto porque a planta consegue se adaptar bem ao clima do semiárido, e pode manter-se viva por mais de ano, brotando o ano inteiro (O CANDEEIRO, nº 1701, 2014).

Na subcategoria *Preocupação com a questão ambiental*, fica evidente a relação das mulheres com esse tema. Em quase todos os boletins analisados, essa questão é pontuada. O que dialoga com a proposta de Santos e Callou (2014) acerca da importância da comunicação na mobilização das populações para o aproveitamento prioritário dos recursos e das energias endógenas. A preocupação com o meio ambiente, para a construção de um lugar bom de se viver, com garantia de seus direitos básicos e com dignidade, é uma preocupação trazida pelas mulheres e evidenciada nos boletins, como no caso do relato sobre a experiência da agricultora Aparecida:

Na comunidade de Cachoeira do João, São José do Egito, Sertão de Pernambuco, encontramos Dona Aparecida, que aos seus 45 anos olhou em volta e percebeu que tudo no planeta está conectado. Fez do seu quintal produtivo um exemplo de respeito à natureza, que lhe respondeu positivamente. E embora seja difícil mudar, mesmo os pequenos hábitos, é preciso adotar novas práticas de produção, comercialização e de consumo (O CANDEEIRO, nº 1368, 2014).

Também fica evidente a preocupação das mulheres com a preservação do material genético, assim como a produção livre de agrotóxicos, que garante uma alimentação sem veneno para toda a família:

Reconhecendo ainda a importância do banco de sementes, dona Sônia guarda as sementes da palma para replantar, conseguindo assim

um produto livre de agrotóxicos, o que protege o solo e consequente os aquíferos (O CANDEEIRO, nº 1139, 2013).

A partir dessas análises, concordamos com Silva (2003), que relaciona a sustentabilidade com a perspectiva de convivência com o Semiárido, também abordada nos boletins:

Articulada às discussões sobre a emergência de um novo paradigma de sustentabilidade, nos últimos anos, vem sendo construída a perspectiva da *convivência com qualidade de vida o semiárido brasileiro* (grifo do autor). O semi-árido é concebido enquanto um complexo de ecossistemas com os seus limites e as suas potencialidades, trata-se de um espaço onde é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base no tripé da sustentabilidade ambiental, da qualidade de vida das famílias sertanejas e do incentivo às atividades econômicas apropriadas (SILVA, 2003, p. 376).

Logo, quando as mulheres são trazidas para a centralidade das experiências, as sistematizações expressam suas contribuições para a preservação ambiental e o manejo sustentável de suas produções, sejam agrícolas ou não-agrícolas. Como expressão, podemos ver os trechos a seguir:

Com sacolas plásticas, Josenir faz o enchimento das galinhas que produz de crochê para enfeite. Os cd's se transformam em porta-toalhas. Já com as tampinhas de garrafa de cerveja e refrigerante ela faz bolsas e cintos. Além do reaproveitamento de materiais recicláveis, ela utiliza matéria-prima da propriedade como caroá, folhas de bananeira, de coco e de milho para a produção de bolsas (O CANDEEIRO, nº 1053, 2013).

O estudo indica que, quando suas falas são valorizadas no boletim O Candeeiro, como apresentado nos trechos acima, as mulheres demonstram grande interação com diversas áreas do campo produtivo. Nesse domínio, o Candeeiro se mostra como um importante espaço de registro e multiplicação das experiências produtivas das mulheres, contribuindo

do, assim, para ao fortalecimento de estratégias de convivência com o Semiárido, e para a construção de uma história da região semiárida.

Considerações finais

É por meio do boletim O Candeeiro que o protagonismo das mulheres na convivência com o Semiárido, tais como, a gestão das águas, a conservação e multiplicação da biodiversidade, através do cuidado com as plantas, da estocagem de sementes crioulas, está registrado e sistematizado. É também no O Candeeiro que está registrado a importância do acesso à água, a partir de sua democratização com as tecnologias sociais de captação de águas das chuvas, como fruto da ação da sociedade civil na incidência de políticas públicas, e o impacto dessas políticas na vida das mulheres. E de como elas transformam essa ação em outras atividades que impactam na vida de seus familiares, como na alimentação, na diversidade da produção, no cuidado com a água, na gestão dos pequenos animais, assim como a participação delas em espaços de formação, o que possibilita a troca de conhecimento com outras mulheres e homens.

No âmbito da contribuição à construção do desenvolvimento local, percebemos que o processo de construção do O Candeeiro promove reflexão sobre ações e multiplica essas iniciativas com outros agricultores e agricultoras, tais como o estímulo ao aproveitamento dos recursos locais e a preocupação com o meio ambiente. Dessa forma, avaliamos que esse processo de comunicação da ASA agrega o encorajamento à solução de problemas de autodesenvolvimento econômico e social das comunidades locais; mobiliza e garante a participação de mulheres em atividades econômicas e produtivas e sociais das comunidades e articula redes sociais que possibilitam fluxos permanentes de informação e comunicação.

No entanto, a partir das análises do O Candeeiro, percebemos que as representações sociais sobre mulheres presentes no boletim são fortemente marcadas pela dimensão reprodutiva e produtiva. São mulheres trabalhadoras e mães, que têm seu trabalho valorizado na condição de agricultoras, que também trabalham em casa, mas que, de forma geral, o trabalho doméstico, de cuidados, e suas aspirações, ficam invisibilizados. Encontramos mulheres que têm uma dinâmica diversificada em suas propriedades, gerenciam a água, a produção de alimentos para a casa, para a comercialização, está organizada ou participando de espaços políticos. Porém, é importante ressaltar que as representações das experiências das mulheres agricultoras familiares do Semiárido, no boletim, omitem as subjetividades dessas mulheres, o que pensam da sua condição; o que aspiram para a vida pessoal.

Referências

ASA. **Declaração do Semiárido**, Recife, 1999.

ASA. **História**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>> Acesso em: 10 nov. 2017.

ASA. **O Candeeiro**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro>> Acesso em: 24 nov. 2017.

BROCHARDT, V. S. **Comunicação popular no Semiárido: a experiência da ASA**. Brasília: Intercom, 2015.

HIRATA, H. *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

HOLLIDAY, O. J. **Para Sistematizar Experiências**. Brasília: MMA, 2006.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As Representações sociais**. Rio de Janeiro, UERJE, 2001.

MEDEIROS, R.; OLIVEIRA, M. A perspectiva feminista e a agroecologia na assessoria técnica realizada pelo Centro Feminista 8 de Março. In: **CADERNOS Feministas de Agroecologia e Política**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, Nº 4, 2008.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

SILVA, R.M.A Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. In **Revista Sociedade e Estado**, Brasília: v.18, n. 1/2, 2003.

TAUK SANTOS, M.S. CALLOU, A.B.F. **Itinerários da pesquisa em comunicação para o desenvolvimento local no Brasil**. Brasília: Intercom, 2014.

Imaginário e construção histórica nas HQs sobre o semiárido brasileiro

Paulo Ricardo Ferreira Floro Costa

Introdução

Olhar para o imaginário das artes brasileiras é refazer um percurso histórico necessário, uma contextualização que visa traduzir aflições, desejos, medos, sentidos comuns e referências com o objetivo de nos apropriarmos de nossa própria história. Esse olhar – que é ao mesmo tempo distanciado e envolvente – serve para criar um panorama que nos ajuda a compreender o papel da arte no cotidiano.

Nas análises acerca do imaginário do semiárido nas artes, é necessário compreender a construção histórica das representações sobre o território e o diálogo que essas produções estabeleceram com a conjuntura política e social de suas épocas. Essas representações são parte da construção da identidade nacional e sabemos que não estão livres do escrutínio de uma análise social mais rigorosa. Longe de aceitar a multiplicidade de vozes e as complexidades inerentes ao contexto histórico e político do interior do Brasil, essas narrativas sobre o sertão e o indivíduo sertanejo, muitas vezes, serviram ao interesse de corroborar uma ideia de Brasil que cultivava a dualidade “atrasado x moderno”, “pródigo x miserável”. Uma problemática que Albuquerque (2009) chamou de “invenção do Nordeste”.

No caso do sertão, questões como raça e clima sempre se mostraram determinantes, ainda muito arraigadas a uma noção evolucionista, cujas teorias caducaram na Europa no final do século XIX. Rena-

to Ortiz, em seu livro *Cultura brasileira e identidade nacional*, inicia a problemática alertando para a implausibilidade de tais teorias. Ele faz uma releitura de precursores das Ciências Sociais do Brasil, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, que abordaram questões raciais e geográficas, para tentar explicar o descompasso econômico e social do Brasil em relação a outros países ocidentais, mais especificamente em relação à Europa. Nesse sentido,

a questão racial tal como foi colocada pelos precursores das Ciências Sociais no Brasil adquire, na verdade, um contorno claramente racista, mas aponta para além dessa constatação, um elemento que me parece significativo e constante na história da cultura brasileira: a problemática da identidade nacional (ORTIZ, 2012, p. 13).

Esse paradigma evolucionista de contornos racistas perfaz grande parte dos produtos culturais, da literatura ao cinema, mas ainda é pouco analisado em relação às histórias em quadrinhos. A desconstrução aconteceria apenas mais tarde, a partir dos anos 1950, em uma tentativa de lançar novos olhares com mais perspectiva para a complexidade da sociedade brasileira.

O filósofo Maffesoli (1985) definiu o cotidiano como um conceito abrangente que é causa e efeito das relações sociais em seu conjunto. O autor se insurge contra o positivismo dos estudos da sociologia que se baseavam amplamente nas descobertas científicas e que influenciaram o pensamento desde meados do século XIX.

Na sua sociologia compreensiva, ele não mais admite a razão como antagonico à imaginação, sendo esta última um campo de investigação tão importante quanto a primeira. Somente uma sociologia interessada em um mundo menos absoluto e positivista poderia dar conta de um arcabouço cultural tão complexo como são os estudos sobre o imaginário do sertão.

Os estudos do cotidiano e imaginário entrelaçados a uma análise histórica aprofundada nos ajudam a compreender como esses pro-

duto culturais contribuem para amplificar certos entendimentos (ou mesmo intensificar estereótipos negativos). Maffesoli (1985) deixa evidente a importância de um caráter global no entendimento da cultura. “Todos os eventos banais, exteriores, são finalmente ligados por fios condutores às opções finais, referentes ao sentido e ao estilo da vida” (SIMMEL, 1985 *apud* MAFFESOLI, 1985, p. 65). Despreendendo-se, pois, dessa racionalidade que busca enxergar apenas os elementos puramente intencionais, lógicos, o autor propôs outra arqueologia da história das culturas privilegiando a contextualização para dar conta do caráter simultâneo, por vezes, caótico, do cotidiano. Dessa forma,

O próprio do contexto é, justamente, que não há uma causa única, tudo e cada coisa depende do ângulo do ataque pelo qual é abordado. O contexto é essencialmente pluricausalista, polissêmico, plural, ele favorece a percepção das coisas em massa, e permite, portanto, compreender as massas e também os diversos movimentos que as animam (MAFFESOLI, 1985, p. 83).

Essas obras culturais que trabalham com o imaginário do sertão em seu campo artístico fazem uso do que Schutz (1979, p. 72), pai da fenomenologia, chamou de “estocagem” em seus pressupostos do “mundo da vida cotidiana”. Esse espaço intersubjetivo existe muito antes de nosso nascimento e é transmitido como códigos de referências.

Para uma análise da bibliografia das histórias em quadrinhos sobre o semiárido, se faz necessário compreender como esses conhecimentos disponíveis, estocados, se relacionam com as relações sociais desenvolvidas nesse espaço geográfico e como isso reforça questões historicamente ligadas ao território. Dentro do olhar hermenêutico de Thompson (2011), o campo da ideologia se faz presente como implicação direta da relação entre texto e contexto dentro dessas obras artísticas.

Os autores de obras artísticas que versam sobre o semiárido (e, sobretudo, sobre o sertão), expressam, mais do que apenas a sua visão pessoal, um conjunto de referências que ecoam um contexto histórico

bem mais amplo. A produção artística dialogou com a construção discursiva em relação ao território, o contexto histórico-geográfico e com o que Ortiz (2012, p. 13) chama de “problemática da identidade nacional”. Desde as teorias raciais do século XIX até a ideia de “modernidade” alavancada pelas elites, passando pelas teorias raciais e civilizatórias, tudo foi, mais ou menos, abordado pela literatura, artes visuais, cinema e, também, pelos quadrinhos, que aqui se mostram como um campo narrativo que carrega características interessantes por conta de sua estética e narrativas peculiares.

I A Contribuição dos quadrinhos para o imaginário do semiárido

A presença do sertão nos quadrinhos brasileiros é quase tão antiga quanto na literatura, mas trata-se de uma mídia escassa, em termos de análises bibliográficas, ao contrário da tradição da crítica literária brasileira. Mesmo o capital intelectual da crítica de arte, que formou painéis diversos sobre artes visuais, cinema, teatro, fotografia etc. ignorou – deliberadamente ou não – o meio das histórias em quadrinhos.

Parte disso deve-se à disputa ideológica na academia que considerou, por muito tempo, as HQs como um produto de massa “inferior”, conferindo uma posição subalterna dentro de uma perspectiva intelectual e acadêmica.

O quadrinista e pesquisador Scott McCloud, em *Desvendando os Quadrinhos* (1996), traça a construção da difamação sofrida pelos quadrinhos ao longo do século XX. Além da influência de trabalhos como *The Seduction of the Innocent* (1954), do psiquiatra Fredric Wertham, que postulava a leitura das HQs como incentivadora da delinquência juvenil, uma campanha institucional foi criada nos EUA para deslegitimar as HQs.

Aqui, no Brasil, os efeitos também foram sentidos, o que afetou não só a indústria, como, também, os estudos das histórias em quadrinhos

enquanto parte do panorama das artes do país. Conforme explica Gonçalves Júnior, em *A Guerra dos Gibis* (2002), na América Latina como um todo (e, sobretudo, aqui no Brasil), vigorava a ideia de que as HQs eram também um produto de dominação cultural capitalista, nefasto às crianças. Tal leitura, obviamente, apoia-se na visão míope de que os quadrinhos são um tipo de leitura de entretenimento menor, voltados exclusivamente para crianças.

Hoje os estudos das histórias em quadrinhos ganharam atenção e relevância, ainda que esse processo não esteja completamente finalizado. Pioneiros como Moacyr Cirne e Waldomiro Vergueiro tratam do tema com interesse acadêmico pelo menos desde os anos 1970, mas é possível verificar um crescimento expressivo nos últimos dez anos (VERGUEIRO, 2010). Dessa legitimação tardia, verificamos a necessidade de um novo olhar para a relação dos quadrinhos com a cultura brasileira.

As primeiras experiências nos quadrinhos brasileiros remontam ao surgimento das charges sobre o cangaço e a seca na imprensa do início do século XX. As charges encontram-se na interseção entre o fazer jornalístico e os quadrinhos enquanto arte, pois buscam o humor nos fatos sociais do presente. Para Chinen (2011, p. 8), a charge “teve uma função política muito importante, normalmente em oposição às autoridades vigentes”. As charges do cangaço, no início do século passado, são documentos importantes para compreender os conflitos sociais ligados ao tema e também para dar conta das reações públicas ecoadas na imprensa.

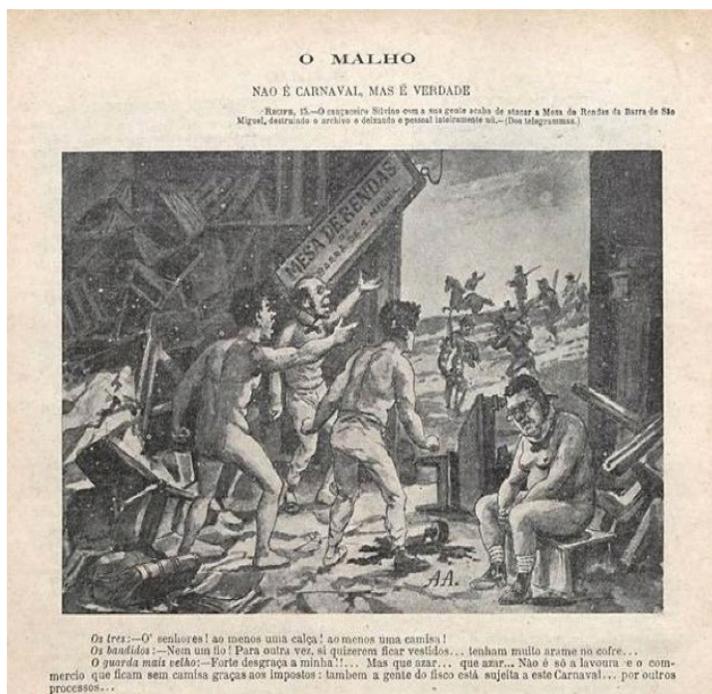
O cangaço foi o principal repositório do imaginário sertanejo na imprensa brasileira, como atestam as charges em revistas ilustradas, a exemplo de *O Malho* e *Fon-Fon*, entre 1907 e 1935²¹. Uma charge de 1907 mostrava o assalto do cangaceiro Antonio Silvino à Mesa de

21. Esses periódicos encontram-se digitalizados e disponíveis para pesquisa no site da Fundação Biblioteca Nacional no link Hemeroteca Digital Brasileira Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. “Acesso em: 05 de março. 2020”.

Rendas (instituição relacionada ao Fisco da época), em Barra de São Miguel (AL), cujo saque deixou os funcionários nus.

No mesmo ano, essa publicação trazia, novamente, Antonio Silvino em meio a uma crítica às ferrovias inglesas da Great Western. Outras charges datam de 1914, na revista *O Malho*, apresentando Silvino como personagem principal. Uma delas traz o então governador de Pernambuco, Dantas Barreto, sendo pressionado por um homem do

Imagem 1: Um dos primeiros registros do sertão nos quadrinhos: charge de 1907²²



Fonte: *O malho*, 23 de fevereiro de 1907.

Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico>>. Acesso em: 07 mai. 2018

22. Lê-se acima da charge: “NÃO É CARNAVAL, MAS É VERDADE. Recife, 15 – O cangaceiro Silvino com a sua gente acaba de atacar a Mesa de Rendas da Barra de São Miguel, destruindo o archivo e deixando o pessoal literalmente nú (Dos telegrammas)” E abaixo da charge: “Os três: - O' senhores! ao menos uma calça! ao menos uma camisa! Os bandidos: Nem um fio! Para outra vez, si quiserem ficar vestidos... tenham muito arame no cofre... O guarda mais velho: - Forte desgraça minha!!... Mas que azar... Não é só a lavoura e o commercio que ficam sem camisa graças aos impostos: também a gente do fisco está sujeita a este Carnaval... por outros processos...”

povo pelo fim do cangaceiro. Com Silvino já preso, a revista retoma o assunto ao mostrar Dantas Barreto lamentando não ter prendido outros bandoleiros. Silvino aparece preso a uma coleira pelo tenente Theophanes Ferraz em uma charge do mesmo ano.

O Malho ainda dedicou charges sobre a seca, tema recorrente em muitas edições entre a década de 1910 e 1920. Em 1926, a revista deu destaque às buscas a Lampião com uma charge em sua capa à edição de 5 de junho.

Outras revistas, como *Careta* e *Fon-Fon*, publicaram várias charges de Lampião. *A Careta* tinha um tom ainda mais humorístico e fazia críticas ao prestígio com que o cangaceiro era recebido por personalidades como Padre Cícero.

É de se destacar que tais publicações estavam longe de dedicar uma apuração minuciosa em relação ao cangaço, destacando o que Wellington Pereira chamou de “injunções sociais”, fazendo chegar às charges apenas o caráter disfuncional do cotidiano em relação ao imaginário do sertão. Os fatos – a notícia tornada charge – “aparecem isolados dos estatutos sociais e das forças estético-ideológicas empreendidas na luta pela ocupação dos espaços na sociedade” (PEREIRA, 2007, p. 67).

Em 1938, surge um dos primeiros registros de uma história em quadrinhos completa, *Vida de Lampeão*, do pernambucano Euclides Santos, publicada entre agosto e dezembro de 1938 na *Noite Ilustrada*, suplemento do jornal carioca *A Noite*, na qual é mostrada a vida de Virgulino Ferreira dos Santos desde a infância, vida adulta, quando torna-se um cangaceiro famoso em todo o Brasil, até sua morte na Grota de Angicos, em Poço Redondo, Sergipe.

A Vida de Lampeão foi pioneira no modo como o famoso cangaceiro foi retratado na imprensa e refletia as inquietações em relação ao imaginário de sua figura pública. Notemos como Euclides Santos usa o termo “bandido” para se referir a Lampião, além de destacar o seu gosto por armas, brigas e tocaias, desde a infância e adolescência. Já que

afirma ter usado como fonte matérias e textos publicados na imprensa, o autor apenas reproduziu os estereótipos e preconceitos em relação ao cangaço, um dos temas mais controversos à época. Vejamos:

Imagem 2: O primeiro capítulo da HQ “A Vida de Lampeão”



Fonte: A Noite Ilustrada, 9 de agosto de 1938.

Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico>>. Acesso em: 07 mai. 2018

A quadrinização da vida de Lampeão segue o mesmo tom das disjunções sociais e, novamente, faz valer os velhos estereótipos que colocavam o sertão como uma terra de “facínoras”, “terra de crimes” e outros termos igualmente pejorativos. Euclides Santos foi um quadrinista e

ilustrador bastante atuante na imprensa do período e, aqui, ele traz uma contribuição interessante para a mídia dos quadrinhos, que diz respeito ao modo como colocou a ambientação a serviço da história. Seus desenhos trazem cenas de casas sertanejas, animais, indumentária e paisagens bastante próximas do cotidiano real. É a primeira vez que o imaginário do sertão é retratado com relativo realismo, distante do tom humorístico e exagerado das charges dos anos 1910 e 1920.

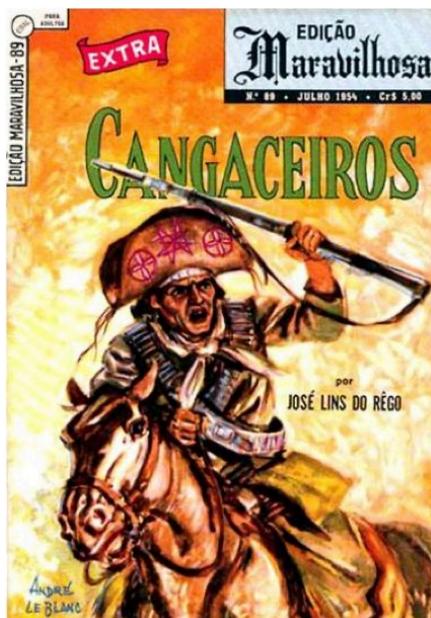
O final dos anos 1940 e início dos anos 1950 é marcado por uma ebulição no mercado editorial brasileiro de quadrinhos, alavancado pelo surgimento de uma cultura de massas e projetos editoriais mais sofisticados e com maior investimento. O período é também marcado por uma tentativa de nacionalização da indústria das histórias em quadrinhos, muito inspirado pelo tom nacionalista que também surgia no cinema.

José Lanzelloti lançou, em 1953, *Raimundo, o cangaceiro*, muito calcado pelo sucesso que fez o filme *O cangaceiro*, de Lima Barreto. Segundo Goida (2014, p. 272), o autor trouxe uma “ótima pesquisa de trajes e uma boa cenarização”, ainda que tenha cometido o erro de desenhar cangaceiros a cavalo, o que é incorreto. Na mesma época, o mercado recebeu obras sobre o cangaço que colocavam os cangaceiros dentro da estética mais tarde conhecida como Nordestern, a exemplo de *Jerônimo, herói do sertão*, escrita por Moises Whiltman, que também assinava os roteiros de uma novela de rádio de mesmo nome. A HQ foi publicada pela Rio Gráfica Editora, em 1957, e teve desenhos de Edmundo Rodrigues e Flavio Colin.

Juvêncio, o justiceiro do sertão (1957), criado pelo jornalista Reinaldo Santos, foi outro personagem que surge no hibridismo do sertão com as histórias de faroeste. Baseado em uma famosa radionovela do período, o gibi do herói foi lançado pela Editora Prelúdio e teve como roteiristas nomes como Gedeone Malagola, Helena Fonseca, R. F. Lucchetti e Fred Jorge. Entre seus desenhistas, estavam Sérgio Lima, Rodolfo Zalla, Eugênio Colonnese e Edmundo Rodrigues.

Nos anos 1950, o quadrinista André Le Blanc fez adaptações de obras literárias que tratavam do cotidiano do sertão, a exemplo de *Cangaceiros*, baseado na obra de José Lins do Rego:

Imagem 3: Cangaceiros (1954), adaptação de André LeBlanc



Fonte: Enciclopédia HQ.

Disponível em: <<http://enciclopediahq.blogspot.com.br/2012/04/edicao-maravilhosa-1-serie-001-050.html>>. Acesso em: 08 mai. 2018

Os anos 1940 e 1950 representaram o auge de publicações infantis, como a *Tico-Tico*, *O Globo Juvenil* e *Gibi*, com tiragens que variavam entre 50 mil e 200 mil exemplares, bastante populares. Essas publicações, que representavam o sucesso de um projeto incipiente de estabelecer uma indústria de HQs no Brasil, se viram em apuros com a constante pressão de material estrangeiro, que era mais barato, o que acabou provocando a implosão desses títulos, como é mostrado na pesquisa de Gonçalves Junior, no livro *A Guerra dos Gibis* (2004).

Curiosamente, outro autor bastante importante nas produções sobre o sertão nos quadrinhos publicou grande parte de sua produção no

exterior. O pernambucano Jô Oliveira baseou toda a sua carreira em uma pesquisa das lendas, costumes e fatos históricos do Brasil, aplicados em obras como *A guerra do reino divino*. A obra faz uso da estética do cordel e de diversas referências nordestinas em uma narrativa que encontra diálogo nos trabalhos de Ariano Suassuna e o movimento armorial, sobretudo, no amálgama de mitos europeus à cultura popular, caso da cavalhada, caboclinho, bumba-meu-boi, forró e pau de sebo.

Depois, vieram *O massacre da pedra encantada* e *Os Quatro cavaleiros do apocalipse*. Uma de suas obras mais importantes, *L'Uomo di Canudos* (1979), nunca foi publicada no Brasil e saiu pela editora italiana Cepim, na série *Un uomo un'avventura* (Um Homem Uma Aventura). A obra tratava do sertão de Antonio Conselheiro em um desenho também muito baseado no cordel, mas com um tom mais realista em relação aos seus trabalhos anteriores.

A experiência do sertão nos quadrinhos no exterior não ficou apenas restrita aos trabalhos de Jô Oliveira. Hugo Pratt, autor de clássicos como Corto Maltese e Valentina, possuía bastante interesse no tema. *L'uomo del sertao*, de 1981, traz uma trama passada no Nordeste brasileiro. A obra mais famosa de Pratt, Corto Maltese, teve uma história passada na Bahia em *Trópico de Capricórnio*, onde o personagem encontra Corisco.

O belga Hermann também dedicou uma obra ao sertão brasileiro em Caatinga, uma HQ com um trabalho bastante detalhado e feito todo em cores, em que é possível ver paisagens fidedignas do território sertanejo. A editora Globo lançou uma versão da obra no Brasil em 1998.

Outras obras emblemáticas sobre o sertão nos quadrinhos surgiram entre o final dos anos 1970 e 1980, com os personagens Graúna, Bode Orelana e Capitão Zeferino, de Henfil. O artista trouxe inovação em seu traço humorístico, minimalista, batizado pelo próprio de anti-Disney. Suas tiras eram uma crítica ao panorama político do Brasil, marcado pela censura, ditadura militar e grande desigualdade social. *Fradim*,

revista editada pelo próprio entre 1973 e 1980, é o seu trabalho mais conhecido. Foi lá que estreou os personagens da série do Capitão Zeferino, cujo subtítulo era “Henfil apresenta do alto da Caatinga”. Segundo Goida (2014, p. 215), “a partir do folclore de um nordeste campeão de secas, miséria e mortalidade infantil, era uma visão irônico-satírica também do terceiro mundo”.

Zeferino é apresentado por Henfil como um típico personagem ligado ao imaginário do sertão seco. “No alto da caatinga, légua e meia de Monte Santo, no calcanhar de Canudos vive o cabra macho valente e atrevido, curtido em veneno de cobra, amante do que é do homem, inimigo do que é injusto, capitão Zeferino” (HENFIL, 1971, *apud* SEIXAS, 1996, p. 73).

O personagem, ainda segundo a pesquisadora Rozeny Seixas, em seu livro *Morte e Vida Zeferino* (1996), representa o povo alijado das benesses trazidas pela modernidade dos grandes centros, alguém distante do poder econômico do “Sul maravilha”, nas palavras do personagem. Sua indumentária e personalidade ainda trazem traços que o ligam a Lampião.

Outros personagens da série servem como sátira para arquétipos presentes na sociedade brasileira do período, a exemplo da Graúna, uma ave escura típica do Nordeste que assume uma mulher de classe média; o bode Orelana, que come livros, uma paródia da classe média intelectual, mas inata.

Os desenhos de Capitão Zeferino mostram um sertão estereotipado, com cabeças de gado e cactos, distantes de uma representação realista para a complexidade do território, mas, segundo o pesquisador Fabio Mourilhe (2016), Henfil “deixa claro seu posicionamento anticapitalista, de resistência sertaneja contra os latifundiários e de luta contra o governo militar” (MOURILHE, 2016, p. 67).

A partir dos anos 1980, vimos renascer uma ebulição autoral dos quadrinhos brasileiros com o surgimento de uma nova geração de qua-

drinistas e uma retomada da produção industrial, sobretudo, em revistas mensais, mas também em álbuns. “Ao mesmo tempo, o público adulto, de maior poder aquisitivo, passava a contar com a publicação sistemática de álbuns”, segundo Goida (2014, p. 16). Em 1988, Emanuel Amaral e Aucides Sales fizeram o álbum *O ataque de Lampião a Mossoró*, adaptando, para os quadrinhos, um dos episódios mais emblemáticos do cangaço quando o bando de Lampião atacou uma das maiores cidades do Rio Grande do Norte.

Nos anos 1990, duas obras emblemáticas sobre o sertão surgem no mercado editorial brasileiro trazendo novas perspectivas de narrativa e interessantes inovações no traço. Uma delas é intitulada de *Mulher Diaba no rastro de Lampião*, escrita por Ataíde Braz e desenhada por Flavio Colin. A narrativa traz o uso do imaginário do sertão para a criação de uma obra derivativa, no que diz respeito ao diálogo que mantém com outros gêneros, como o terror e aventura.

Wilson Vieira foi outro autor importante a trabalhar o tema. Sua obra *Cangaceiros - homens de couro* foi produzida ainda nos anos 1990, mas só conseguiu ser publicada em 2004 pela Cluq. Vieira se baseou em material de pesquisa iconográfica e de indumentária para contar os primeiros 22 anos de Virgulino Ferreira da Silva (o Lampião).

Outro trabalho interessante dos anos 1990 é *Lampião em quadrinhos*, álbum de Ruben Wanderley Filho, que traz uma preocupação em retratar o sertão com realismo. *Lampião em Quadrinhos* faz parte de um conjunto de HQs que se dedicou a abordar o cangaço de maneira didática, apoiando-se, muitas vezes, no fascínio exercido por seu imaginário. Várias outras obras do período do final dos anos 1990 ao início dos anos 2000 fazem uso de personagens do cangaço para ilustrar histórias, muitas delas sem uma trama ou proposta narrativa que trouxesse novos olhares para o tema. A revista *Maturi*, do Rio Grande do Norte, publicou várias histórias que trataram do tema, além de edições especiais.

Imagem 4: Tira da Turma do Xaxado e a representação da paisagem



Fonte: CEDRAZ, Antonio. *Turma do Xaxado*
Disponível em: <xaxado.com.br>. Acesso em: 08 mai. 2018

Ainda nos anos 1990, o quadrinista baiano Antonio Cedraz fez sucesso com sua série de quadrinhos infantis *Turma do Xaxado*. A obra buscava referências em diversos elementos do imaginário sertanejo, expondo, sobretudo, as peças de couro e a paisagem da caatinga. De forma bastante acessível, o autor dialogava com as crianças para falar de temas relacionados ao cotidiano sertanejo (imagem 4).

Na trama, o menino Xaxado é neto de um cangaceiro que fez parte do bando de Lampião. Ele é acompanhado, nas histórias, pelos amigos Zé Pequeno, o qual tem com característica marcante a preguiça, Marieta, conhecida pela inteligência e Capiba, que sonha em ser um cantor famoso. Há, também, muitos seres do folclore brasileiro, como o Saci, a Mula-Sem-Cabeça e a Caipora.

A tira, com os personagens, surgiu no suplemento *A Tarde Municípios*, do jornal *A Tarde*, em 1998, e teve duas experiências como revista seriada impressa, pela editora Escala e pela HQM, ambas já canceladas. Em 2009, o estúdio do autor lançou *A Turma do Xaxado - 1000 Tiras em Quadrinhos*, com a reunião da maior parte do material publicado até então.

Apesar de não ter tido o alcance esperado por Cedraz, como deixou registrado em muitas entrevistas²³, a experiência da Turma do Xaxa-

23. Cedraz fala da Turma do Xaxado e outros projetos nesta entrevista de 2007. Disponível em: <<http://www.autoresleitores.com/autores/entrevcedraz.php>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

do é uma amostra interessante das potencialidades do imaginário. No prefácio do livro *Imaginação e Outras Histórias da Turma do Xaxado*, Rocha (2008) pontua:

A Turma do Xaxado tem um aspecto singular para a educação de crianças: os personagens e a ambiência são nordestinos, retratam nossa cultura, nossos problemas e potencialidades. A turma é inteligente, afetiva, criativa e o diálogo tem argumentos altos, de nível crítico, humorístico e poético. Essa turma tem sido uma grande aliada das escolas do Brasil, onde estudantes de todas as idades têm descoberto e ampliado o prazer pela leitura e a escrita criativa. A Turma do Xaxado sente-se orgulhosa em estar contribuindo, com muito carinho, para a redescoberta desse prazer perdido (ROCHA, 2008, p. 4).

No final dos anos 1990, uma das mais emblemáticas HQs sobre o cangaço é lançada, *Lampião... era o cavalo do tempo atrás da besta da vida* (1998), do cearense Klevisson. O maior destaque da HQ, que saiu pela editora Hedra, é sua base de pesquisa bastante extensa, que inclui filmes, livros e jornais.

O autor fez mais do que contar a história do mais famoso cangaceiro: trouxe para as páginas do livro um compêndio que explora detalhes imagéticos do sertão. Batizado de “Acervo de imagens das coisas do sertão nordestino”, o autor desenhou em detalhes “cacarecos, catrevagens e garatujas”, que tem como objetivo servir de referências para futuros autores que queiram trabalhar com o tema. Foram descritos e desenhados, em minúcias, a paisagem, moradia, utensílios e vestimentas:

Sempre me irritou a falta de referências no tocante à cultura brasileira de uma forma mais segmentada. Há bem pouco tempo, quando precisávamos desenhar um índio, intuitivamente recorriamos aos filmes de faroeste ou qualquer coisa do gênero, simplesmente porque nossos nativos e suas culturas raramente têm na mídia o espaço necessário à sua divulgação, graças ao estado de colonização e alienação que nos é imposto pelos países ditos de primeiro mundo. (...) Não raro, vemos “cangaceiros” que mais lembram vaqueiros americanos ou tupis fazendo a

dança da chuva e fumando cachimbos da paz. É simplesmente patético. Um povo que desconhece a sua própria cultura é sobretudo um povo fraco, vulnerável. Primeiro vamos olhar um pouco mais para o nosso próprio umbigo e então vamos desbravar o mundo, mas com os nossos próprios olhos. Está é a minha contribuição aos futuros quadrinistas, cineastas e teatrólogos que veem no universo regionalista um campo rico de símbolos, histórias e imagens (KLEVISSON, 1998, p. 39).

A obra de Klevisson ainda traz, em desenho e texto, o vaqueiro como um herói romântico do sertão. Segundo Klevisson (1998, p. 40) “o vaqueiro solta a voz no oco do mundo, a preencher o espaço com seu aboio dolente, que produz verdadeiro encantamento no gado que o escuta”.

Os anos 2000 trouxeram uma retomada da inspiração do imaginário do sertão nas HQs brasileiras, com diversas obras, grande parte delas adaptações literárias. *Estórias Gerais*, de 2001, é a mais representativa do período e foi escrita por Wellington Srbek e desenhada por Flavio Colin. Sua trama se passa em uma cidade fictícia do sertão de Minas Gerais e traz um arcabouço de referências sertanejas com a presença de coronéis, jagunços, cangaceiros, disputas e cenas cotidianas para trabalhar noções de identidade nacional.

Artistas contemporâneos, nos anos 2010, seguiram com interesse em narrativas sobre o tema ligados ao semiárido, o que inclui aproximações inovadoras com gêneros como ficção-científica e suspense. É o caso de *Bando de Dois* (2010), que traz uma trama fantasmagórica sobre dois cangaceiros que partem em uma jornada para recuperar as cabeças decepadas de seus companheiros. *Cangaço Overdrive* (2017), de Luiz Carlos B. Freitas e Zé Wellington, imagina um sertão cyberpunk em uma narrativa que mimetiza experiências do cangaço dentro de uma narrativa futurista distópica. Já *Lâmina Azulada* (2019), de Luis Carlos Sousa e Rafael Dantas introduz o sertão dentro do gênero fantasia e terror. Destacam-se, ainda, *Morte e Vida Severina* (2010), de Miguel, *O Quinze* (2012), de Shiko, *Vidas secas* (2015), de Guazzeli,

O Cabeleira (2008), de Allan Alex, Leandro Assis e Hiroshi Maeda e *Grande Sertão: Veredas* (2016), de Guazelli.

2 A necessidade de uma bibliografia das HQs brasileiras

A necessidade de refazermos o percurso histórico das HQs do Brasil é importante para uma apropriação de nossa própria narrativa. Assim como as outras artes, a exemplo do cinema, das artes visuais e da literatura, as histórias em quadrinhos também têm muito a contribuir com o debate sobre o imaginário e questões culturais relacionadas ao Brasil. A linha do tempo também é importante para propor diálogos com escolas, contextos históricos e a própria evolução dos quadrinhos.

É necessário ir ainda mais fundo nas interações desses estilos, cotidianos, estéticas e fatos históricos. Como pôde ser visto nos diversos exemplos levantados aqui, neste artigo, o tema do sertão foi trabalhado pelos artistas de histórias em quadrinhos como uma ressonância às questões presentes, “quentes”, de sua época. O estudo das histórias em quadrinhos possui livros importantes de referência, sobretudo, no que diz respeito à evolução das HQs enquanto mídia, mas ainda precisamos alargar o debate sobre nossa própria história e as representações de nosso imaginário e cotidiano nos quadrinhos.

O momento atual das pesquisas que buscam uma intersecção entre o semiárido e os quadrinhos é bastante relevante, pois busca trazer um debate já presente em outras áreas do conhecimento para as narrativas gráficas. Em 2017, um projeto de pós-doutorado da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), realizado por André Luis Souza, buscava analisar a estrutura narrativa das páginas em quadrinhos produzidas por artistas baianos como Flávio Luiz, Luís Augusto, Marlon Tenório, André Leal e Hércio Rogério. O trabalho, com orientação de Waldomiro Vergueiro, lança luz sobre uma produção bastante rica do quadrinho nordestino.

Um grupo de relevante importância para os estudos dos quadrinhos no Nordeste e o imaginário do sertão é o GrupeHQ (Grupo de Pesquisas e Estudo de Histórias em Quadrinhos). Fundado em 1971, no Rio Grande do Norte, por cinco colegas quadrinistas, Lindberg Revoredo, Luís Pinheiro, Emanuel Amaral, Reinaldo Azevedo e Anchieta Fernandes, o GrupeHQ é um dos grupos de pesquisas mais antigos do país. Hoje formado por Luís Elson, Aucides Sales e outros quadrinistas e pesquisadores.

Ao longo das últimas décadas, eles se dedicam a publicar quadrinhos com foco nas tradições e imaginário do Nordeste. Entre os temas mais utilizados, estão o cangaço, a seca e as revoluções republicanas que aconteceram no Nordeste no século XIX. Parte dessas produções eram publicadas na revista *Maturi*, que reunia artistas do GrupeHQ e de outros estados do Brasil. Gilvan Lira de Medeiros fez um trabalho bem interessante registrando a história do grupo e da *Maturi* em sua monografia de artes visuais em 2015.

Além desses trabalhos citados, vale citar o momento atual de discussão na academia e nos espaços abertos de histórias em quadrinhos, como convenções, encontros e feiras. As *Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos*, da Universidade de São Paulo, que acontece anualmente, tem registrado presença constante de trabalhos que falam da relação dos aspectos culturais do Nordeste com os quadrinhos, em geral, reunidos em eixos temáticos de comunicação, história e imaginário²⁴. Dos eventos locais, podemos dar destaque para o HQPB, em João Pessoa e o Sertão HQ, cuja última edição aconteceu em Coremas, no Vale do Piancó, interior da Paraíba. O *Colóquio Histórias do Sertão*, realizado em Caxias no Maranhão, tem se dedicado a debater e

24. Para ver os anais do congresso e conhecer os temas debatidos nas últimas edições do evento, acesse o site oficial do jornadas. O site também conta com a lista de resumos dos trabalhos apresentados: Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/jornadas/>. Acesso em: 24 set. 2018.

realizar minicursos sobre quadrinhos, sobretudo, no que diz respeito ao imaginário do sertanejo nas HQs²⁵.

Vergueiro e Santos (2016), em seus estudos da representação brasileira nos quadrinhos, tocam em um ponto importante que é a influência dos comics norte-americanos na produção local e na dificuldade em se estabelecer um modelo próprio de quadrinhos desenvolvido por aqui:

Desde cedo, o estabelecimento de um modelo de história em quadrinhos que apresentasse a realidade brasileira aos leitores enfrentou, no país, o percalço representado pela invasão e domínio das histórias em quadrinhos norte-americanas. A busca para sobrepor-se à influência da estrutura mercadológica por trás dos personagens da grande indústria de quadrinhos ianque, especialmente os super-heróis, passou, basicamente, por duas estratégias, como costuma ocorrer quando indústrias autóctones tentam se rebelar do domínio de modelos mercadológicos melhor estruturados. Uma primeira estratégia, já mencionada, foi a de correlacionar a realidade brasileira com elementos folclóricos, especialmente aqueles situados em ambiente rural (VERGUEIRO, SANTOS, 2016, p. 139).

Na análise de conteúdo feita aqui, podemos perceber que o imaginário do sertão foi acessado pelos autores ao longo de todo o século passado e até os dias atuais. Eles se comunicam com uma produção que se fez presente há décadas e que, ainda hoje, instiga debates a partir das mais variadas angulações temáticas.

Referências

ALBUQUERQUE, Durval. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed, 2009.

BAPTISTA, Pedro. **Cangaceiros do Nordeste: edição fac-similar**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2011.

25. O site do evento dá uma ideia dos temas tratados e serve como fonte de consulta sobre o estado atual das pesquisas sobre a região na academia. Disponível em: <<http://www.coloquiohistoriasdosertao.com.br/index.php>>. Acesso em: 24 set. 2018.

DURAND, Gilbert. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

GOIDA; KLEINERT, André. **Enciclopédia dos quadrinhos**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.

GOMES, Denise Cristina Ayres. Hermenêutica e comunicação: contribuições para compreender a teoria da interpretação e sua aplicação na sociedade midiática. **Temática**. João Pessoa, Ano XI, n. 04, p. 38-52, abril, 2015.

HENFIL. **A volta da Graúna**; prefácio de Ivan Cosenza; apresentação de Ziraldo. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

JUNIOR, Gonçalo. **A guerra dos gibis**: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LIMA, Antonio Klevisson Viana. **Lampião... era o cavalo do tempo atrás da besta da vida**. São Paulo: Hedra, 1999.

MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MAZUR, Dan; DANNER, Alexander. **Quadrinhos**: história moderna de uma arte global. 1. ed. São Paulo: WMFMartinsFontes, 2014.

MCCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: M. Books, v. 2, 2005.

MEDEIROS, Gilvan Lira de. **O grupenhq e a revista maturi**: sua importância para as histórias em quadrinhos no Rio Grande do Norte. Monografia (Graduação em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 5 ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

MELLO. Frederico Pernambucano de. **Estrelas de couro**: a estética do cangaço. 3 ed. São Paulo: Escrituras, 2015.

MOYA, Alvaro de. **Shazam**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PEREIRA, Wellington. A comunicação e a cultura no cotidiano. **Revista Famecos**. Porto Alegre, n. 32, p. 66-70, abril 2007.

RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

RAMOS, Graciliano; LEBENSZTAYN, Ieda; SALLA, Thiago Mio (Orgs.). **Cangaços**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

RAMOS, Paulo. **A revolução do gibi: a nova cara dos quadrinhos brasileiros**. São Paulo: Devir, 2012.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Teoria Social Crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

A Educomunicação no contexto das práticas de convivência com o Semiárido: A experiência do projeto Semiárido em Tela

Raquel da Silva Santos

[...] a comunicação é um ato pedagógico e a
educação é um ato comunicativo [...].

Paulo Freire

Falar na relação estabelecida entre Comunicação e Educação é refletir sobre os processos de conhecimento que foram se alterando frente a uma reorganização dos circuitos de cultura. Neste contexto, a mídia se coloca como uma mediadora que dialoga com tal reorganização do conhecimento e promove, então, outras expectativas acerca da temática. Sendo assim, dissertar sobre Comunicação é falar em processo, em dispositivos comunicacionais. Ao manipular os instrumentos de produção, imediatamente, alteram-se as relações de produção e, conseqüentemente, as relações sociais. São nestas linhas de raciocínio que se inserem tais dispositivos (TV, Rádio, Internet etc.). E os estudos acadêmicos têm avançado em descobrir as muitas possibilidades do ponto de vista da Comunicação por meio destes instrumentos de produção. Mas não só. Para além do instrumental, são construídos, durante a apropriação dos meios de produção em comunicação, processos de formação que colaboram na forma de pensar e estar no mundo.

Durante o período de 2013 a 2016, foi realizado o Semiárido em Tela enquanto um projeto junto ao Instituto Nacional do Semiárido (Insa)²⁶, que tinha o objetivo de popularizar a ciência através de oficinas em autorregistro audiovisual com e pelas crianças e jovens de comunidades do Semiárido Brasileiro. Essas comunidades eram definidas junto a grupos de pesquisadores do Insa que já desenvolviam pesquisas nesses lugares. Nova Palmeira, por exemplo, foi o primeiro município da Paraíba onde o projeto atuou foi com representantes do Centro de Educação Popular (Cenep), parceiro do Insa na pesquisa sobre as propriedades medicinais das plantas da Caatinga. Em cada uma das comunidades eram realizadas três etapas do Projeto com duração de três a quatro meses.

Ao todo, o Projeto Semiárido em Tela percorreu nove localidades, sendo quatro urbanas: Custódia (PE), Nova Palmeira (PB), Campina Grande (PB) e Ibimirim (PE) e cinco rurais: Comunidade quilombola Buenos Aires (Custódia, PE), Comunidade quilombola Serra do Abreu (Nova Palmeira-PB), Assentamento Vitória (Campina Grande, PB) e Assentamento Oziel Pereira (Remígio, PB) e Comunidade Poço das Pedras (São João do Cariri, PB). Neste trajeto, foram produzidos 27 documentários de curtas metragens, seis mostras de cinema e uma exposição fotográfica foram realizadas.

Já como pesquisa acadêmica de mestrado em 2018, teve como questão central refletir como os documentários produzidos pelos participantes do Projeto articularam imagens de convivência com o Semiárido e como essas produções audiovisuais transformaram os modos de ver e estar nesse lugar. Para o aprofundamento dessa reflexão, o caminho escolhido foi identificar quatro documentários produzidos

26. O Insa foi criado pela Lei nº 10.860, de 14 de abril de 2004, como unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) no município de Campina Grande, PB, na forma do disposto no Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006. Como uma instituição federal de pesquisa, articula, realiza, promove e divulga Ciência, Tecnologia e Inovação como patrimônios universais para o bem da sociedade e, particularmente, do Semiárido brasileiro.

em quatro localidades (Nova Palmeira, PB; Ibimirim, PE; Remígio, PB e São João do Cariri, PB) e retornar a campo para exibir os filmes de uma comunidade à outra e reunir grupos de discussão comunicativa, um dos métodos da metodologia Comunicativa Crítica, para debater sobre o que foi visto e também rememorar aquilo que foi vivido.

Mais do que saber e ensinar a utilizar e produzir vídeo ou qualquer outra mídia, o trabalho de mediação em produções coletivas de comunicação, na perspectiva da Educomunicação estudados neste artigo, tem a ver com o pensamento e a ação de quem, por razões históricas, tem compromisso com a alteração de modos de convivência social pautados pelas diferentes formas de injustiça praticada no passado e no presente do Semiárido brasileiro. Este artigo propõe apresentar uma perspectiva da Educomunicação na região Semiárida a partir da experiência do Projeto Semiárido em Tela.

De qual Semiárido falamos?

O Semiárido Brasileiro (SAB) ocupa cerca de 20% do território nacional, abrange 1.262 municípios brasileiros e abriga cerca de 12% da população do país. A maior parte situa-se no Nordeste do país e também se estende pela parte setentrional de Minas Gerais (o Norte mineiro e o Vale do Jequitinhonha), ocupando quase 18% do território do estado. O Semiárido está em dez estados do Brasil: Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Minas Gerais (MG), Paraíba (PB), Pernambucano (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE). Ou seja, estamos falando de uma das regiões mais populosas do Brasil, com 25 milhões de brasileiros, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), sendo aproximadamente 62% na área urbana e cerca de 38% no espaço rural (IBGE, 2010), que tem na Caatinga seu principal bioma. Mas, mesmo assim o Semiárido é mais conhecido como rural do que urbano.

A Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, regulamentando a Constituição Federal, define como Semiárido “a região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene²⁷, com precipitação pluviométrica média anual ou inferior a 800mm (oitocentos milímetros), definida em portaria (Inciso IV do art.5 do Capítulo II dos Beneficiários)”. Mas, em 2005, um novo estudo para redelimitar o Semiárido partiu da constatação de que apenas a utilização dos dados de precipitação média anual como critério para caracterizar um município como sendo Semiárido era inadequada. Para a nova delimitação, três critérios foram considerados:

1. Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;
2. Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990;
3. Risco de seca maior que 60% no período entre 1970 e 1990.

Com base nesses critérios, 102 novos municípios passaram a fazer parte do Semiárido, sendo Minas Gerais o Estado que até então teve o maior número de inclusões, com 45 novos municípios incorporados ao Semiárido oficial. Contudo, em 2017, mais 54 cidades foram incorporadas à região do semiárido, segundo Resolução nº 107/2017²⁸ do Ministério da Integração. São municípios dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Piauí. A inclusão se deu a partir de levantamento técnico produzido por um grupo de trabalho interministerial, do qual o Ministério da Integração e a Sudene fizeram parte.

27. A Sudene foi criada em 15/12/1959, pela Lei n. 3.692, e extinta em 4/5/2001, pela Medida Provisória n. 2.146-1, que, ato contínuo, criou a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). Em 2007, é instituída a Nova Sudene, por meio da Lei Complementar n. 125, de janeiro de 2007. Para mais informações, acesse <<http://www.sudene.gov.br/sudene#instituicao%20sudene>>.

28. Disponível em <<http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Resolucao-107-2017.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

Contudo, o Semiárido brasileiro, é, como afirmou Duarte (2016) “uma região do país com muitos problemas. Herança de sua própria história, de suas próprias contradições. Nunca, por hipótese nenhuma, se deve as condições climáticas”. Até a metade do século XIX o Estado não tinha uma intervenção mais decisiva durante os períodos prolongados de estiagem na região Semiárida, quando havia a dizimação dos rebanhos, desestabilizando as bases econômicas da emergente sociedade pastoril. Cada uma das grandes secas que ocorreu nos séculos XVIII e XIX foi desastrosa para a economia pecuária, desestabilizando a emergente indústria de charque.

Foi somente no século XX que iniciam as políticas públicas de combate às secas após a formação de comissões de intelectuais que realizaram diversas viagens aos sertões para estudos sobre a região. Mesmo com poucos conhecimentos da hidrologia regional, a história das secas já demonstrava que uma grande porção dos rios do Nordeste poderia permanecer seca por mais de um ano. Os recursos em água subterrânea eram mínimos. Em outras palavras, não havia suprimento de água confiável para proporcionar desenvolvimento sustentável de grandes cidades, para a irrigação e para o estabelecimento de indústrias.

Assim, com o intuito de desenvolver uma sociedade nessa região, era indispensável o fornecimento confiável de água. As duas principais opções foram: 1) a açudagem; 2) a importação de água de rios perenes, no caso do rio São Francisco. A opção de transpor as águas do São Francisco com os recursos financeiros e tecnológicos da época era inviável. Assim, a opção do Projeto da Transposição do Rio São Francisco ficou em segundo plano no debate naquele momento, embora, eventualmente, pudesse ressurgir, como assim se deu no início de 2007.

Nesse período (início até a metade do século XX), predomina as propostas de construção de reservatórios grandes, médios e pequenos, com a ideia de tornar a região menos vulnerável às secas. Todavia, não se pode dizer que os intelectuais da formulação das políticas tinham a ilu-

são de que a construção de açudes, por si só, fosse capaz de acabar com as secas. A leitura dos textos deixados pelo primeiro diretor geral do Departamento Nacional de Operação de Combate às Secas (DNOCS) mostra sua percepção da necessidade de um enfrentamento por medidas de diversas naturezas. Para Lisboa (1984) “não há seca, há secas”.

O período do desenvolvimento regional tem como marco o Seminário para Desenvolvimento Econômico do Nordeste, realizado em Garanhuns (PE), de 26 de abril a 3 de maio de 1959. O problema do desenvolvimento regional foi debatido por cientistas, técnicos, políticos e empresários. Surge, então, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que tem como primeiro superintendente o advogado Celso Furtado, principal intelectual na mudança de paradigmas que ocorreu no final da década de 1950, defendendo novas ideias sobre o desenvolvimento, como:

O desenvolvimento econômico no mundo todo tende a criar desigualdades. É uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração. E dentro de um País de dimensões continentais como o Brasil, de desenvolvimento espontâneo, entregue ao acaso, os imperativos dessa lei tendem a criar problemas capazes de acarretar tropeços á própria formação da nacionalidade. [...] estou convencido que as crescentes disparidades regionais constituirão o mais grave problema do País na segunda metade do século XX - problema principal para a nossa geração, mas seguramente para as duas gerações que a seguirão (FURTADO, 1959, p. 10-11).

No ano 1958, aconteceu uma das secas mais intensas da história climática do Nordeste. Nessa época, a região já dispunha de uma razoável rede de açudes, estradas e de suprimento elétrico e um aparato institucional significativo com o DNOCS, o Banco do Nordeste (BNB), a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e a Chesf. Mesmo com toda essa infraestrutura, foram criadas frentes de serviço para atendimento para cerca de quinhentos mil sertanejos, o dobro dos atendidos na última seca de 1932. Buscou-se, então, repensar as políticas públicas contra as secas.

Do ponto de vista teórico, a convivência com o Semiárido tem sua referência original proveniente da expressão convivência com a semi-aridez, adotada por Guimarães Duque e posteriormente por Celso Furtado. A partir daí, o termo foi apropriado pelas organizações que atuam no Semiárido. Inicialmente, esta apropriação se deu através da noção de convivência com a seca e não mais combate à seca e, depois, como convivência com o Semiárido na década de 1990. A passagem de um paradigma para outro se configura como uma revolução que influi na mudança de concepções sobre Semiárido.

Destaca-se como relevante a mobilização para formar a Articulação no Semiárido Paraibano (ASA), que se constituiu por ocasião de uma seca marcante em 1993, e culminou em uma rede de diferentes associações, voltada a pensar e propor políticas de convivência e promoção da agricultura familiar no Semiárido nordestino, visando avançar em relação aos projetos assistencialistas e propor iniciativas estruturantes de superação da fragilidade dos estabelecimentos rurais familiares (DUQUE; DINIZ, 2003).

A mudança que se busca com práticas de sensibilização em favor desse conceito presume transformações culturais e políticas que vão além da implantação das tecnologias sociais. Significa ajustar o foco para olhar o Semiárido, observando que se precisa, cada vez mais, atingir não só a população do campo, mas a sociedade em geral. É nessa perspectiva que o Projeto Semiárido em Tela trabalhou:

Esta nova percepção elimina “as culpas” atribuídas às condições naturais e possibilita enxergar o Semiárido com suas características próprias, seus limites e potencialidades. Nesse sentido, o desenvolvimento do Semiárido está estreitamente ligado à introdução de uma nova mentalidade em relação às suas características ambientais e a mudanças nas práticas e no uso indiscriminado dos recursos naturais (CONTI; PONTTEL, 2013, p. 27).

O conceito de convivência com o Semiárido vem sendo afirmado, também, em um espectro mais amplo, a partir das lutas das organizações da sociedade civil, a exemplo das inúmeras entidades filiadas à ASA, dentre outros fóruns e articulações, como: a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, a Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, entre outras, além de movimentos sociais e das populações locais, como Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A perspectiva Educomunicativa na execução e nos estudos sobre os documentários do projeto Semiárido em Tela

O termo Educomunicação foi ressemantizado ao final de um trabalho de pesquisa realizado pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/ECA/USP), entre 1997 e 1999, junto a especialistas de doze países da América Latina, bem como países da Península Ibérica, para saber o que pensavam os coordenadores de projetos na área e qual o perfil dos profissionais que trabalham nesta inter-relação (SOARES, 2009, p. 165). A prática que originou o conceito surgiu nas décadas de 1960 e 1970, em ambientes não formais (“educação popular” e “comunicação alternativa”), nos embates da luta social por novos e mais abertos espaços de comunicação e expressão.

Esses movimentos, através de uma perspectiva dialética, com forte influência do educador Paulo Freire, trabalhavam os campos da Educação e Comunicação de forma relacional, visando, entre outros aspectos, aguçar a criticidade dos envolvidos frente às mensagens emitidas pelos meios massivos de comunicação. Assim,

Diferentemente do que ocorreu em outros continentes, o maior volume da prática deu-se, na América Latina [...] No caso, o que as ações e cursos das entidades envolvidas pretendiam discutir não era exatamente

o impacto das mensagens sobre suas audiências, mas a relação que os receptores estabeleciam com os meios de comunicação, ou, em outras palavras, o modo como as audiências reagiam e se articulavam ao receber e ressignificar os conteúdos midiáticos (SOARES, 2011a, p. 34).

Nos anos 1980, o procedimento chegou à esfera pública e começou a ser notado no ambiente escolar. Em novembro de 1999, após tomar conhecimento dos resultados da pesquisa do NCE/ECA/USP, o Ministério da Educação (MEC) incorporou-os ao documento final do encontro Mídia e Educação - que reunira, em São Paulo, 150 empresários, produtores e autoridades dos campos da Comunicação Social e da Educação de todo o país - afirmando: “reconhecemos a inter-relação entre Comunicação e Educação como um novo campo de intervenção social e de atuação profissional, considerando que a informação é um fator fundamental para a Educação” (SOARES, 2009, p. 163).

Desde então, o termo Educomunicação passou a ser utilizado não só pelas universidades, como também por muitas ONGs, que antes empregavam outras nomenclaturas para definir as ações educacionais, como “educação para os meios”, “educação pela comunicação”, ou “mídia-educação”. Contudo, segundo Peruzzo (2002), na América Latina, e mais especificamente no Brasil, as experiências de comunicação popular promovidas pelos movimentos sociais, já utilizando de uma perspectiva cidadã e tendo como base o fazer coletivo, as temáticas que eram abordadas por meio de processos educacionais, mas que até então não eram chamados como tal, tratavam de direitos humanos, ecologia, construção da paz, entre outros temas.

A Educomunicação surge, então, para romper com uma prática de comunicação unidirecional em prol do circuito dialógico, propondo, em lugar da comunicação massiva, uma contra-hegemonia. Dessa forma,

a Educomunicação não emerge espontaneamente num dado ambiente, levando em conta, por um lado, a tradição hierarquizante dos processos tradicionais de ensino e, por outro, a hegemônica verticalidade dos

processos comunicativos. A construção deste novo ecossistema educutivo requer, portanto, uma racionalidade estruturante: exige clareza conceitual, planejamento, acompanhamento e avaliação. No caso, exige, sobretudo, uma pedagogia específica para sua própria disseminação: uma pedagogia de projetos que permita a experimentação (SOARES, 2010, p. 9).

Martín-Barbero (1997) cria o termo “ecossistemas comunicativos” a partir de suas experiências na América Latina. “A educomunicação supre um espaço de dialogicidade e busca integrar os vários compartimentos do discurso educativo do saber, numa perspectiva de juntar aquilo que foi separado ao longo da história” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 81). De acordo com Schaun (2002), o conceito de mediação também é discutido como essencial nos processos educutivos frente à realidade dominada pelos meios de comunicação de massa, como as redes sociais:

Tomando a ideia proveniente do esforço que vem sendo feito, hoje em dia, para manter uma relação equilibrada entre o homem e a natureza, a Educomunicação entende ser necessário a criação de “ecossistemas comunicativos” nos espaços educutivos, que cuide da saúde e do bom fluxo das relações entre as pessoas e os grupos humanos, bem como do acesso de todos ao uso adequado das tecnologias da informação²⁹.

Assim, a Educomunicação é composta por cinco grandes áreas que são complementares entre si e não excludentes. Segundo Soares (2009), trata-se de uma síntese teórica que visa aglutinar várias ações e muitos projetos possíveis de serem implementados: (1) Educação para a comunicação; (2) Mediação tecnológica na educação; (3) Expressão comunicativa por meio das artes; (4) Gestão comunicativa: voltada para o planejamento, execução e realização dos processos e procedimentos que se articulam no âmbito da Comunicação/Cultura/

29. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/28.pdf>>

Educação e (5) Reflexão epistemológica: que vê a inter-relação Comunicação e Educação como fenômeno cultural emergente e instiga projetos de pesquisa para legitimação do novo campo.

O campo da Educomunicação ainda se pauta pela construção de uma modalidade aberta e criativa de relacionamento, contribuindo para que as normas que regem o convívio passem a reconhecer a legitimidade do diálogo como metodologia para a aprendizagem e convivência. A promoção de ecossistemas comunicativos abertos começa com a abertura à participação. *É aí que encontramos, na Educomunicação, um novo campo que emerge engajado na transformação social e que considera a infância e a juventude como seu público-alvo para desenvolver e ampliar as condições de expressão por meio de um processo educativo que leva em conta o mundo das comunicações e suas tecnologias, privilegiando a construção da cidadania.*

Nos documentários produzidos pelos jovens e educadoras/professoras no Semiárido em Tela, acontece uma reflexão sobre os conteúdos referentes ao Semiárido, sobre a mídia, não somente para aprofundar conhecimentos ou alongar as discussões, mas para resolver as dúvidas que ficam de fora dos espaços que eles normalmente frequentam e que, também, são considerados educativos. Nessa experiência, os educandos comprovam que também “tem o que dizer”. É nesse momento que eles se tornam sujeitos de suas palavras, de seus jeitos de verem o mundo e participantes em um diálogo, que eles não somente se apropriam do conhecimento, mas também constroem novos conhecimentos e, além disso, tornam-se cidadãos autônomos, participantes e autocríticos.

Dessa forma, pensar a educação para a formação de uma pessoa crítica, sujeito de sua aprendizagem, antes de tudo, deve fazer parte de uma tomada de decisão por parte de quem está na função de educador. Adotando práticas que não permitam que aquele espaço de aprendizagem se torne um momento no qual alguém “que sabe fala” (professor) e “aque-

le que não sabe escuta” (aluno), mas, sim, que se trate de um lugar de abertura, de diálogo e construção do conhecimento. Nessa perspectiva,

este campo caracteriza-se pelas atividades de intervenção política e social fundamentada na experiência e na formação crítica dos processos históricos, sempre voltadas para uma perspectiva de leitura crítica dos meios de comunicação, atuando no âmbito do ensino formal e não formal, nas empresas, nos meios de comunicação, nos movimentos populares, nas organizações não governamentais. Eles atuam junto a públicos diversos e específicos, de todas as faixas etárias e grupos sociais minoritários e/ou socialmente excluídos ou estigmatizados (SCHAUN, 2002, p. 82).

Além da apropriação do conhecimento, o espaço do Semiárido em Tela se tornou um ambiente para o cultivo da cidadania e da conscientização, no qual os participantes, sem deixarem de se divertir, também aprendem a responsabilidade e a seriedade no tratamento das informações, discutindo assuntos, como, por exemplo, política, cultura, agroecologia, educação, entre outros, deixando de desempenhar o papel simplesmente de receptores, tornando-se, também, produtores de conhecimento, ao exercitar seu senso crítico, com capacidade de refletir e ponderar sobre sua sociedade, possibilitando a superação de mero admirador de um espetáculo.

Metodologia comunicativa crítica:

quando o pesquisador(a) e pesquisador(a) participam da ação em comunidade

A Metodologia Comunicativa Crítica foi escolhida porque a entendemos como um instrumento de compreensão da realidade e possibilidade de reflexão para transformação, por isso, buscamos construir o conhecimento nessa trajetória junto às comunidades e por acreditar que este percurso metodológico está em consonância com a proposta

de investigar, de forma dialógica e participativa, se os documentários transformaram os modos de ver e pensar dos participantes do projeto *Semiárido em Tela*.

Esse marco metodológico rompe com a hierarquia epistêmica entre quem investiga e quem é investigado. Esta característica base da metodologia, de uma produção de construção comunitária, encontra relação direta com a perspectiva educomunicativa deste estudo. A Metodologia Comunicativa Crítica (MCC) vem sendo desenvolvida e utilizada desde 1990 na Europa, fundamentalmente, pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades (CREA) da Universidade de Barcelona e, recentemente, no Brasil pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE/UFSCar), assim como pela pesquisadora Donatila Ferrada, no Chile.

Tal metodologia corresponde, no campo da pesquisa, ao referencial da aprendizagem dialógica, no campo da ação, valendo-se da ação comunicativa de Jurgen Habermas (2012.1v e 2012.2v) e do conceito de dialogicidade de Paulo Freire (1987 e 2014), tendo o diálogo como o centro da construção de consensos democráticos, pautados na validade de argumentos³⁰. À luz desses referenciais, a MCC inscreve-se nas perspectivas transformadoras evidenciadas pela intersubjetividade e reflexão, buscando superar a dicotomia objeto/sujeito, partindo da capacidade de linguagem e ação que possuem todas as pessoas envolvidas numa investigação.

Os principais objetivos da metodologia são: construir significados de forma comunicativa por meio da interação e diálogo entre as pessoas; tentar transformar os contextos sociais através da ação comuni-

30. As autoras e os autores do CREA, na elaboração da MCC, relacionam distintas bases teóricas, as quais não correspondem apenas à ação comunicativa de Habermas e dialogicidade em Freire. Porém, tais teorias são as principais e correspondem a elementos chaves para a construção do conhecimento, cujo eixo é a transformação social. Neste artigo não aprofundaremos as demais bases teóricas, mas citamos algumas para conhecimento da leitora e do leitor: sociologia fenomenológica de Schutz, interacionismo simbólico de Mead, etnometodologia em Garfinkel; autores como Berger e Luckmann; Searte, entre outros (CREA, 1995-1998, p. 55-59).

cativa; potencializar a reflexão e autorreflexão; romper com o degrau interpretativo das investigações; responder à questão da pesquisa a partir da perspectiva dos/as participantes; dialogar com as diferentes interpretações; postura crítica e apreensão da razão de ser objeto/sujeito. Seguindo as compreensões da metodologia comunicativa crítica, citamos os seus postulados: universalidade de linguagem e da ação; as pessoas são agentes sociais transformadores; racionalidade comunicativa; sentido comum; não há hierarquia interpretativa; igual nível epistemológico³¹; conhecimento dialógico (GÓMEZ *et al.*, 2006).

Diante desses postulados, Flecha, Gómez e Puigvert (2001, p. 154) apontam a questão que deve guiar a atuação das ciências humanas: “*em función de qué factores las personas y los grupos se acercan o se alejan más de sus intenciones?*”. Trata-se de descrever os obstáculos e os elementos transformadores já presentes na atual sociedade. Nessa direção, a MCC se propõe a analisar dois eixos fundamentais: os elementos transformadores e os obstáculos apresentados. Tais eixos garantem o aspecto transformador buscado nessa metodologia, na medida em que é possível explicitar os obstáculos, o que é refletido com os grupos participantes da pesquisa:

Las dimensiones exclusoras son aquellas barreras que algunas personas o colectivos encuentran y que les impiden incorporarse a una práctica o beneficio social como, por ejemplo, el mercado laboral, el sistema educativo, etc. Si no existieran tales barreras, esas prácticas o beneficios sociales estarían a disposición de las personas o colectivos excluidos. Las dimensiones transformadoras son las que contribuyen a superar las barreras que impiden la incorporación de las personas y/o colectivos excluidos a prácticas ou beneficios sociales (GÓMEZ *et al.*, 2006, p. 95-96).

31. A autora e os autores avaliam a dificuldade deste postulado, dizendo que é difícil alcançar esta igualdade, já que a pessoa que investiga quer compreender e explicar um fenômeno e utiliza teorias da comunidade científica internacional sobre o tema do estudo, mas precisa se colocar em igualdade com as outras pessoas que apresentam os seus conhecimentos, vivências e saberes a partir de suas experiências práticas do mundo da vida de cada um/a.

Os elementos transformadores são aqueles que permitem ajudar a situar os avanços dos sujeitos da pesquisa na realidade concreta, enquanto os elementos que se colocam como obstáculos correspondem às dificuldades indicadas pelos sujeitos nessa mesma realidade concreta da vida cotidiana dos sujeitos participantes da pesquisa (BRAGA, 2007, p. 108).

O sentido de convivência para os jovens realizadores do Semiárido em Tela

De maneira formal, o conteúdo sobre a convivência com o Semiárido para aportar à prática dos jovens e professoras/educadoras foi facilitado pelo Semiárido em Tela durante sua execução e, também, através de processos de formação e da orientação ao trabalho durante a realização da dissertação de mestrado. Todavia, a apropriação do conceito e dos sentidos da convivência com o Semiárido pode envolver, ainda, a trajetória pessoal e estudantil e/ou profissional de cada pessoa. Muitas das histórias que alguns dos participantes deste estudo apresentaram deixaram claro que já havia uma reflexão feita a partir de suas vivências.

Um dos movimentos feitos para apoiar a percepção do conceito de convivência com o Semiárido pelos jovens e professoras/educadoras foi apresentar os aspectos que dão sentido à convivência enquanto análise já feita pela pesquisadora para validação junto aos grupos de discussão comunicativos. Para se chegar às percepções, questionou-se, então, o que cada uma/um entendia por convivência com o Semiárido, após primeira explanação.

Notou-se a presença de menções que indicam: tecnologias, ações, populações, características físicas, agricultura familiar e expectativas, trazendo a diversidade de elementos que esse conceito engloba. Ao se observar o conceito adotado para efeitos dessa pesquisa, em compa-

ração com as falas dos jovens, percebeu-se que as expressões dos sujeitos enfocaram duas dimensões: a dimensão do reconhecimento do ambiente e a dimensão da sua transformação, como podem ser vistas no quadro abaixo, que está organizado a partir do conceito construído por Malvezzi(2007).

Quadro 1: Conceitos de convivência com o Semiárido pelo olhar dos jovens e professoras/educadoras

Conceito de convivência	Dimensões conceituais	Expressões presentes nas falas dos jovens e professoras/educadoras
Compreender como o clima funciona, respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes.	Dimensão do reconhecimento ambiente do Semiárido.	Semiárido, consciência, caatinga, estereótipos, respeito, realidade, aceitar, estiagem, campo, identidades, agricultores.
Interferir no ambiente. Adequar-se a ele. Adaptar-se de forma inteligente. Introduzir novas culturas, promover o resgate e a construção de relações de convivência entre as pessoas e a natureza, melhorar a qualidade de vida da população.	Dimensão da transformação do Semiárido	Convivência, agroecologia, formação, intercâmbio, possibilidades, evoluir, alternativas, oportunidade, ideia, independência, adaptáveis, estratégia, valorização.

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2017)

Em linhas gerais, o quadro apresentado trouxe uma forma de pensar o conceito de convivência com o Semiárido, a partir da interpretação de sujeitos que se utilizam dessa referência em suas ações cotidianas. Os conteúdos apontados pelos jovens e pelas educadoras/professoras, além de apresentarem uma compreensão geral sobre o tema, tradu-

zem alguns de seus princípios, por meio da exemplificação que foi percebida no decorrer das suas falas.

Para refletir as especificidades apresentadas nos conceitos apontados pelos Grupos de Discussão Comunicativos da Metodologia Comunicativa Crítica, se tomou como referência os sentidos da convivência com o Semiárido desenvolvidos Silva (2012), já descritos anteriormente. Nos itens seguintes, estão extraídas as principais ideias relacionadas a cada um desses sentidos, que integraram as reflexões dos participantes desta pesquisa, conforme apresenta o quadro abaixo:

Quadro 2: Sentidos da convivência e expressões relacionadas pelos jovens e educadoras/professoras

Sentidos da Convivência com o Semiárido	Expressões nas falas dos jovens e educadoras/professoras
Convivência com o meio ambiente.	Remetem à preservação da Caatinga, o cultivo através de princípios agroecológicos, o desenvolvimento de ações sustentáveis e viáveis para os períodos de estiagem; estocagem de recursos naturais, em especial a água e sementes nativas.
Economia da convivência.	O aspecto que aparece com mais força é agricultura familiar, como possibilidades de geração de renda.
Convivência com a qualidade de vida.	Viver o bem comum a partir de relações igualitárias entre homens e mulheres principalmente no campo.
Cultura da convivência.	Foi apontada a história de negação de direitos à população do Semiárido, em função de processos de dependência política; Valorização de sua cultura local cheia de manifestações populares;
Dimensão política	Grupos da sociedade civil organizada em associativismo que articulam projetos para suas comunidades.

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2017)

A partir do quadro anterior e das respostas trazidas pelos participantes da pesquisa, percebeu-se o quanto é intensa a sua identificação com os sentidos ambientais e culturais da convivência com o Semiárido. Da maneira como o conjunto de informações se apresentou, perceberam-se, nas expressões sobre aspectos históricos e culturais, as mesmas dimensões verificadas no aspecto geral de convivência com o Semiárido: dimensão do reconhecimento e dimensão da transformação. Ou seja, quando os jovens trouxeram os aspectos ligados a uma imagem negativa do Semiárido, tais como: culturas de dependência política, negação de direitos, estavam se referindo à dimensão do reconhecimento do contexto histórico e cultural ao qual o Semiárido esteve submetido durante séculos.

Ao mesmo tempo, em suas falas, foi possível constatar a percepção da transição entre reconhecer um passado histórico de opressão, em contraposição às transformações atuais, visíveis nas tecnologias sociais presentes, nos comportamentos e nas práticas culturais diversas, e que transformam o olhar da própria população sobre a região, a partir do seu olhar sobre si, sobre o manejo de sua produção, e sobre as novas formas de produzir, de modo a garantir adequação ambiental, conservação da vegetação, estocagem de água e alimentos, entre outros exemplos, que melhoram sua autoestima e seu olhar sobre a região.

Quanto mais os jovens e as educadoras/professoras estiverem apropriados desse conceito, mais condições terão de identificar práticas correlatas à convivência com o Semiárido, passíveis de serem sistematizadas e disseminadas, tanto em suas próprias comunidades, quanto em espaços mais diversos da sociedade em geral.

Conclusão

Os documentários investigados foram resultados do Semiárido em Tela que realizou atividades educacionais junto aos jovens e professoras/educadoras/mães de quatro comunidades do Semiárido. Mais do que saber e ensinar a utilizar e produzir vídeo ou qualquer outra mídia, o trabalho de mediação em produções coletivas de comunicação na perspectiva da Educomunicação estudados neste artigo tem a ver com o pensamento e a ação de quem, por razões históricas, tem compromisso com a alteração de modos de convivência social pautados pelas diferentes formas de injustiças praticadas no passado e no presente do Semiárido.

As propostas de melhorias levantadas após a realização deste estudo junto às quatro comunidades são entendidas por elas como necessárias às suas realidades locais, tais como: fomentar uma educação contextualizada para potencializar as diversidades que só tem e dá na região; desenvolver formações que discutam as relações de gênero; incentivar e estimular a organização das comunidades em associativismo; fomentar práticas agroecológicas como sendo mais apropriadas ao Semiárido; democratizar os meios de comunicação para descentralizar as narrativas e promover a pluralidade de vozes.

Os participantes reforçaram, ainda, que as formações são fundamentais para que, cada vez mais, os moradores do Semiárido possam conhecer que existem dois paradigmas na região e que as ações de convivência são as que estão em maior diálogo com o que eles buscam enquanto melhorias de condições de vida para suas comunidades. Diante dessas reflexões, acreditamos que a Educomunicação apresenta maior potencialidade se pensada não somente tendo a visão crítica como instrumento de emancipação, mas, também, a partir de uma práxis pautada em relações dialógicas, o que foi indicado pelos jovens ao dizerem

da necessidade de diálogo para a construção de acordos e consensos nos processos de entendimento sobre o Semiárido.

A partir destas análises finais, compreendemos que há um maior número de elementos transformadores presentes nos documentários do Semiárido em Tela que caracterizam o paradigma de Convivência em relação aos da Política de Combate à Seca. Em relação aos elementos que causam obstáculos aos dois paradigmas, os documentários apontam algumas dificuldades ainda na compreensão de assuntos como o reconhecimento de um Semiárido diversificado, mas que se reduz a partir de uma perspectiva sudelista e/ou sulista, quando feitos de comparativos. Isso distancia o olhar sobre os valores e costumes próprios que constroem uma identidade cultural muito específica e genuína da região Semiárida.

Referências

Articulação Semiárido Brasileiro – ASA. Oficinas regionais de comunicação - fotografia. **Relatório Síntese**. Recife: [s.n], 2013.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONTI, Irio Luiz. PONTEL, Evandro. Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. In: CONTI, I. L. SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o Semiárido** – autonomia e protagonismo social. Brasília: IABS, 2013. Série Cooperação Brasil- Espanha.

COSTA, José Jonas Duarte da. **Impactos Socioambientais das Políticas de Combate à Seca na Paraíba**. Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História: São Paulo, 2003.

_____. **Aspectos históricos e culturais do Semiárido brasileiro**. Texto digitado. Trabalho apresentado como roteiro no componente curricular Condições Históricas e Materiais da Produção da Existência de Homens e Mulheres no Semiárido Brasileiro. Curso de especialização para

convivência com o semiárido. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2016.

DUQUE, Ghislaine. DINIZ, Paulo César O. **Intervenção da sociedade civil organizada com e para agricultura familiar no Nordeste Semi-árido**: a experiência da Articulação do Semiárido. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Universidade de Campinas. São Paulo. 2003.

_____. Conviver com a seca: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento. In: **Revista Desenvolvimento e meio ambiente**. N. 17. Curitiba: Editora UFPR, 2008, p. 133-140.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Extensão ou Comunicação?** 16^o edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 16^o edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FURTADO, Celso. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiro, 1959. 39p. Discursos de Celso Furtado no Iseb.

_____. **Seca e poder**: Entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

GABASSA, Vanessa. **Contribuições para a transformação das práticas escolares**: racionalidade comunicativa em Habermas e dialogicidade em Freire. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, 2007.

GÓMEZ, Jesus; LATORRE, Antonio; SÁNCHEZ, Montse y FLECHA Ramón. **Metodologia Comunicativa Crítica**. Barcelona: El Roure Editora, 2006.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria do Agir Comunicativo, 1**: racionalidade da ação e racionalização social. Tradução Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. **Teoria do Agir Comunicativo, 1**: racionalidade da ação e racionalização social. Tradução Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

LOPES, Grácia Lima. **Educação pelos meios de comunicação**: produção coletiva de comunicação, na perspectiva da educomunicação. Tese (Dou-

- torado-Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Cultura, Organização e Educação). 135p. São Paulo. USP, 2009.
- MALVEZZI, Roberto. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Novos regimes de visibilidade e descentramentos culturais**. In: FILÉ, W. Batuques, fragmentações e fluxos. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- MELLO, Roseli Rodrigues de. **Metodologia de Investigação Comunicativa: contribuições para a pesquisa educacional na construção de uma escola com e para todas e todos**. 29º Reunião Anual da ANPED, GT Movimentos Sociais e Educação. Caxambu, 2006.
- POLITO, André Guilherme. **Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa**. 5ª. Ed. São Paulo. Editora Melhoramentos, 2009.
- SILVA, Alamo Pimentel Gonçalves da. **O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no Semiárido brasileiro**. 2002. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Brasília. 2006. Tese. (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
- _____. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.
- SOARES, Ismar de Oliveira. (2000a) **Educomunicação: um campo de mediações**. Revista Comunicação & Educação no 19. São Paulo, Segmento/ECA/USP, ano 7, p.12-24, set./dez. 1996.
- _____. **Educomunicação: O conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- SCHAUN, Angela. **Educomunicação: reflexões e princípios**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

II Parte

Imprensa e Transposição do Rio São Francisco



Transposição do Rio São Francisco: Um estudo da agenda-setting do jornal Folha de São Paulo (2017-2018)

Marcelo Augusto Vieira
Sandra Raquew dos Santos Azevêdo

Introdução

Diante de um contexto de tensões sociais provocadas pelo último período de estiagem no semiárido brasileiro, observamos uma ampliação da pauta na imprensa sobre as lutas pelo acesso e direito à água, e a incidência de matérias jornalísticas sobre a Transposição do Rio São Francisco. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional³², o projeto de deslocamento das águas da Bacia do São Francisco prevê a construção de 700 quilômetros de canais de concreto em dois grandes eixos: o Leste, 217 quilômetros de canais de projetados para levar água de Floresta (PE) até o leito do Rio Paraíba, em Monteiro (PB), são 35 cidades abastecidas, e o Norte que será encarregado de captar águas em Cabrobó (PE) e levá-las ao sertão de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Ao todo, o Projeto de Integração do Rio São Francisco levará água para 12 milhões de pessoas que vivem nos estados que formam o semiárido brasileiro, 294 comunidades rurais serão beneficiadas.

A noticiabilidade sobre o período mais recente da estiagem no Semiárido Brasileiro tem posto em evidência conflitos entres diferentes

32. Disponível em: <<http://www.mdr.gov.br/>>. Acesso em: 05. mar. 2019.

esferas do poder (Legislativo, Executivo e sociedade civil) no tocante à Transposição do Rio São Francisco. Esse texto analisa o agendamento produzido pelo jornal *Folha de São Paulo* sobre a Transposição do Rio São Francisco, considerando as lutas pelo acesso e direito à água no semiárido brasileiro. Ele aponta os resultados do monitoramento realizado no período de março e abril de 2017, por ser a época das chegadas das águas do São Francisco aos canais e barragens da Transposição do Eixo Leste, quase 10 anos depois do início da obra, e o período que vai entre setembro de 2017 e setembro de 2018 por compreender o momento pré-eleitoral, que marca a disputa por cargos eletivos de Governador, Senador, Deputado Federal e Presidente da República.

Pensamos, ainda, a incidência ou não dessa temática na imprensa no contexto da disputa eleitoral, especialmente para candidatos à Presidência da República, observando à *agenda-setting* deste jornal.

Lembramos que essa agenda também se relaciona com a construção social das notícias na imprensa sobre o Nordeste brasileiro, e de um imaginário sobre o mesmo, constituindo representações sociais sobre o Rio São Francisco estruturadas pelo fluxo da agenda-setting, e os desafios históricos de superação de um imaginário estigmatizado e estereotipado sobre esse território enquanto espaço-problema, o que não é tarefa simples. Nessa perspectiva, Hall (1993, p. 224) compreende que “as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas.

Estudiosos como Andrade (1985) e Gomes (1998), que percebem o fenômeno da seca a partir de um olhar estruturalista, ou seja, que a seca é um problema natural, mas que tem suas consequências agravadas por questões sociais, acreditam que predomina, no imaginário social das secas, a concepção hidráulico institucional:

Hidráulica porque tem na água a causa e a solução do problema; a água é o princípio e fim do sofrimento das populações sertanejas; sua con-

dição econômica, sua pobreza material ou espiritual decorre da falta d'água. E institucional pela tentativa de tecnizar o problema, excluindo as suas raízes política, sociais e econômicas, que datam da colonização e prolongam-se intensivamente nas últimas décadas do século XX. (GOMES, 1998, p. 59).

Diferente de uma visão que enfatiza um conteúdo hidráulico-institucional, pensamos esse fenômeno enquanto acontecimento midiático observando as fontes de informação que mais incidem nas matérias jornalísticas sobre a temática, analisando as representações sociais sobre o Projeto de Transposição do Rio São Francisco e o Nordeste brasileiro nas notícias, visando melhor compreender esse processo de noticiabilidade, considerando que o debate sobre o Nordeste, a estiagem, à luta pelo acesso e direito à água no Semiárido brasileiro são temas relevantes, quer seja na agenda do campo político, seja na agenda da mídia.

Observamos, portanto, atributos e enquadramentos ao analisar esse corpus formado, como afirmamos acima, por notícias veiculadas no período de março de 2017 a novembro de 2018. Ao analisar esse processo de cobertura e significação social buscamos traçar um perfil quantitativo e analisar qualitativamente o agendamento nesse período. Identificando quais as fontes de informação mais presentes nas matérias produzidas sobre a Transposição do Rio São Francisco. E por fim melhor perceber a incidência da temática da Transposição do Rio São Francisco no contexto de divulgação de plataformas eleitorais dos candidatos à Presidência da República veiculada pelo jornal Folha de São Paulo.

Metodologia

Essa pesquisa integra a agenda de investigação do Observatório do Jornalismo no Semiárido, atividade acadêmica desempenhada pelos integrantes do Grupo de Pesquisa em Jornalismo, Gênero e Educomunicação (Dejor-PPGC/UFPB).

A coleta de dados para constituição do *corpus* da pesquisa foi realizada no site³³ do jornal *Folha de São Paulo*, na qual procuramos matérias que se referiam diretamente à Transposição, valendo ressaltar que o conteúdo encontrado foi hierarquizado pelo site do jornal em questão no período de março e abril de 2017 e entre setembro de 2017 e setembro de 2018. Num intervalo de um ano e dois meses, o *Jornal Folha de São Paulo* publicou 30 matérias, que constituem o *corpus*, objeto de análise neste artigo. Do ponto de vista teórico e metodológico, esse material foi analisado a partir do entendimento da constituição de uma *agenda-setting* produzida pelo jornal em questão.

O paradigma da agenda-setting foi postulado pelos autores McCombs e Shaw, em 1972, e versa sobre o poder que os meios de comunicação têm de definir tópicos a serem discutidos na agenda pública (TRAQUINA, 1999). De acordo com McCombs (1997):

A capacidade dos media em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração de nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos mass media. (MCCOMBS, 1977, p. 7 *apud* TRAQUINA, 1999, p. 16).

Também foram considerados, no universo de análise, os processos de noticiabilidade, que é a capacidade de determinados fatos se tornarem notícia, assim como Wolf (1995) define:

33. Disponível em: <<https://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 05. mar. 2019.

a noticiabilidade como o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que selecionar as notícias. [...] Na seleção dos acontecimentos a transformar em notícias, os critérios de relevância funcionam conjuntamente, em pacotes: são as diferentes relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores/notícias, que recomendam a seleção de um fato. (WOLF, 1995, p. 175).

Em seguida, analisamos o material a partir de uma Análise de Conteúdo (AC), definida como um:

método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontradas na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre os conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. (HERSCOVITZ, 2010, p. 127).

A Análise de Conteúdo (AC) tem sua aplicabilidade no âmbito do jornalismo para detectar tendências e critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos (HERSCOVITZ, 2010). Possui uma abordagem voltada para quantificação de dados referente à frequência em que determinados termos aparecem na mídia, todavia, Herscovitz (2010) explica que os novos cenários da AC têm como intuito integrar os campos quantitativos e qualitativos em uma pesquisa reconhecendo que os discursos enunciados são polissêmicos e abertos a múltiplas interpretações, também refletindo sobre quem produz e quem recebe a notícia, o contexto e os sentidos veiculados. Ainda destacamos a visão de Franco (2007) que reconhece a AC como uma metodologia crítica que admite o papel ativo do sujeito na produção de conhecimento. Desta maneira, decidimos integrar a Análise de Conteúdo com os caminhos postulados por Thompson (2007) numa Hermenêutica de Profundidade, que possibilita a reconstrução das condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas (THOMPSON, 2007).

A Hermenêutica de Profundidade é um referencial crítico para análise de fatos comunicacionais que compreende três fases sequenciais para o entendimento dos fenômenos: A) Análise Sócio-Histórica; B) Análise Discursiva; C) Reinterpretação. O olhar em profundidade sobre a cobertura jornalística permite uma pesquisa mais qualificada, situando o contexto histórico em que as notícias foram produzidas, campos de interação, diferenças e assimetrias, relações de poder e massificação dos discursos enraizados na estrutura social. Vale ressaltar, também, que nosso trabalho se configura como uma reinterpretação da realidade, pois:

As formas simbólicas que são o objeto de interpretação são parte de um campo pré-interpretado, elas já são interpretadas pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico. Ao desenvolver uma interpretação que é mediada pelos métodos do enfoque da HP, estamos reinterpretando um campo pré-interpretado; estamos projetando um significado possível que pode divergir do significado construído pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico. (THOMPSON, 1990, p. 376).

Acreditamos que, com uso dessa metodologia híbrida, conseguimos mapear o fluxo de notícias, traçando uma cartografia das mesmas, avançando na compreensão dos processos sociais de construção da notícia em torno do Projeto de Transposição do Rio São Francisco.

Alguns resultados

O *Folha de São Paulo* publicou 30 matérias no período em recorte, abordando a temática a partir de diferentes gêneros jornalísticos, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1: Distribuição das Matérias por Gênero Jornalístico

Gênero Jornalístico	Notícia	Reportagem	Artigo de Opinião em coluna	Editorial	Entrevista
Quantidade de Matérias	5	20	1	3	1

Fonte: Tabela elaborada pelos autores

Observamos que o gênero mais veiculado foi a reportagem (66,77%). O agendamento, neste contexto, foi construído a partir de um conteúdo mais imersivo. Dessa forma, ainda que apresente algumas informações pouco contextualizadas e estereotipadas, o jornal se preocupou em apurar as informações, assim como é citado em uma das notícias, o mesmo enviou uma equipe de reportagem nos locais. Atentamos também para o fato de, no período de um ano e dois meses, o jornal publicar quatro matérias do gênero opinativo (artigo e editorial). Dentro do agendamento analisado, é notada uma forte carga opinativa, pois no período estudado foram veiculadas 4 matérias do gênero opinativo (três editoriais e um artigo).

Quanto ao mapeamento das notícias nas editorias do veículo, a maioria das matérias (43,3%) concentrava-se no Caderno Poder (Editoria de Política da Folha de São Paulo), assim como aborda a tabela a seguir:

Tabela 2: Distribuição das Matérias por Editoria

Editoria	Política	Economia	Cotidiano	Opinião	Suplemento	Encarte	Checagem de Fatos	Coluna
Quantidade de Matérias	14	4	6	3	1	1	1	1

Fonte: Tabela elaborada pelos autores

Dos dez³⁴ estados que formam o **Semiárido Brasileiro**, apenas oito são citados no fluxo noticioso do agendamento produzido pela

34. De acordo com a delimitação do Ministério da Integração Nacional, compõem o Semiárido Brasileiro os seguintes estados: Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Alagoas, Piauí e Maranhão.

FSP. Os dois mais citados são Pernambuco e Paraíba, uma vez que foram os estados beneficiados com o Eixo Leste da obra, assim como aponta a tabela abaixo:

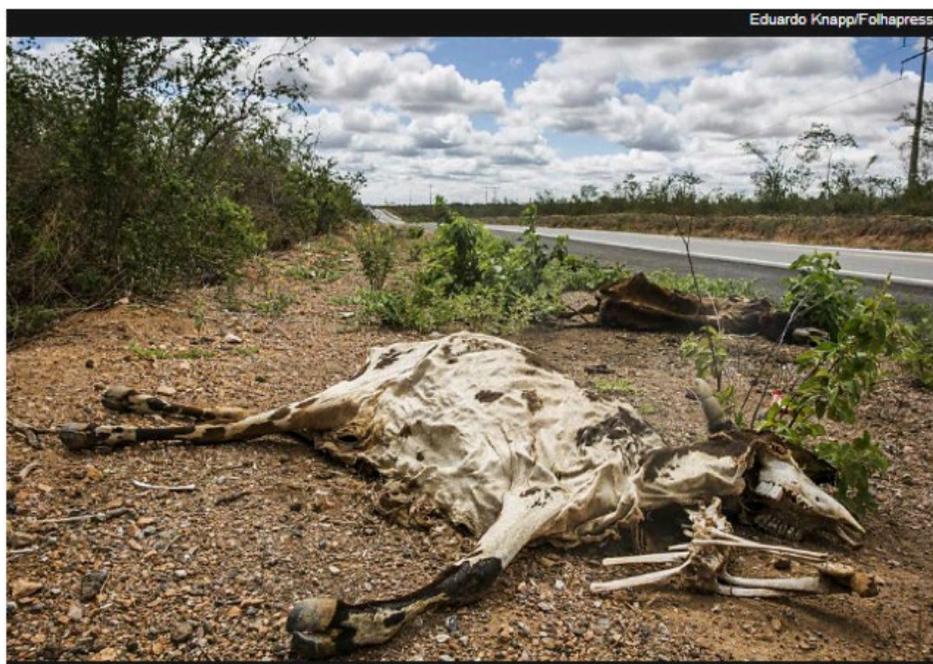
Tabela 3: Distribuição das Matérias por Estado do Semiárido Brasileiro

Estado	AL	BA	CE	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE
Quantidade	1	4	10	0	2	15	20	5	6	0

Fonte: Tabela elaborada pelos autores

Em sua maioria (93,3%), as matérias jornalísticas trazem consigo ilustrações, e, nesse aspecto, vale lembrar que, no âmbito do agendamento de um tema, McCombs (2009) afirma que a ilustração gráfica atrai mais atenção do leitor. É importante salientar a presença de infográficos dão ênfase aos dados técnicos e informações sobre os caminhos que as águas do Rio São Francisco irão percorrer. Das matérias que apresentam ilustração, 25% trazem infográficos e 100% apresentam fotografias. Quanto às fotografias, que são os recursos visuais mais utilizados, constatamos que, lamentavelmente, em pleno Século XXI, ainda repercutem negativamente imagens do Semiárido brasileiro, na medida em que trazem signos e representações estereotipadas, conforme observamos nas fotografias veiculadas pelo jornal e reproduzidas abaixo:

Figuras 1 e 2: Imagens extraídas da notícia publicada no site do Jornal³⁵



35. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1867771-em-meio-a-maior-seca-transposicao-do-rio-sao-francisco-divide-nordestinos.shtml>>. Acesso em: 05. mar. 2019.

Autores como Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011) vão fazer a crítica ao processo histórico de uma representação estereotipada do Nordeste que tendem a desconhecer a multiplicidade cultural da região, uma vez que dá um único significado a uma população/localidade, constituindo-se como um dispositivo de controle e hierarquia de suas identidades. Ele aponta que:

Existe uma realidade múltipla de vidas, histórias, práticas e costumes no que hoje chamamos Nordeste. É o apagamento desta multiplicidade, no entanto, que permitiu se pensar esta unidade imagético-discursiva. Por isso, o que me interessa aqui não é este Nordeste “real”, ou questionar a correspondência entre representação e realidade, mas sim, a produção desta constelação de regularidades práticas e discursivas que institui, faz ver e possibilita dizer esta região até hoje. Na produção discursiva sobre o Nordeste, este é menos um lugar que um topos, um conjunto de referências, uma coleção de características, um arquivo de imagens e textos (ALBUQUERQUE JR. 2008, p. 129).

Malvezzi (2007), ao problematizar, mais recentemente, aspectos da convivência com o semiárido brasileiro vai lembrar que:

As imagens de migrantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração da Asa Branca – essas imagens estão presentes na música de Luís Gonzaga, na pintura de Portinari, na literatura de Graciliano Ramos e na poesia de João Cabral de Mello Neto. É um ponto de vista, ao mesmo tempo, real e ideológico, que muitas vezes serve para que se atribua à natureza problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos (MALVEZZI, 2007, p. 11).

Embora discursivamente a imprensa apresente alguns avanços do ponto de vista do reconhecimento dos avanços do Nordeste no tocante às políticas de desenvolvimento, e de um olhar aberto ao que se constitui como políticas de convivência para o Semiárido brasileiro, ao divulgar experiências inovadoras em diferentes áreas a partir da reali-

dade desta região do País, ainda são muito recorrentes, na imprensa, a presença de imagens que reforçam atributos negativos, a partir do reforço na paisagem (meio ambiente) exaustivamente associado à seca como calamidade.

O tópico de maior destaque no agendamento produzido pela Folha de São Paulo sobre a Transposição foi o discurso da paternidade da obra. No primeiro momento de análise (março e abril de 2017), de maneira direta e mais forte, e, no segundo momento, de forma mais mascarada.

A disputa verbal pela paternidade da obra é um dos tópicos principais no fluxo noticioso sobre a Transposição no período estudado. Ao todo, foram produzidas 5 matérias que abordaram diretamente o conflito político presente já nos títulos:

Por mais que me espremam, só consigo dar doçura, diz Temer na PB (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 10/03/2017);

Temer diz que ninguém pode ter a paternidade do São Francisco (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 10/03/2017);

A disputa verbal dos presidentes sobre a transposição do Rio São Francisco (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 15/03/2017);

“Eles que peçam para a Deus para eu não ser candidato”, diz Lula no Nordeste (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 19/03/2017);

Lula visita neste domingo região da transposição em que é idolatrado (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 19/03/2017);

A inauguração do Eixo Leste da Transposição, no município de Monteiro (PB), é marcada por dois eventos, a cerimônia oficial com o presidente Michel Temer (PMDB), ministros e alguns aliados na Paraíba no dia 10 de março, e a visita do ex-presidente Lula (PT) no dia 19 de março, ao lado de aliados políticos e participação popular, nomeada pela Folha como uma “inauguração simbólica”. O conteúdo do Jornal é enfático ao afirmar que a paternidade da obra possui interesses políticos, conforme o seguinte enunciado:

O debate sobre a paternidade da transposição, considerada uma das vitrines eleitorais dos governos petistas, gerou uma queda-de-braço nesta semana entre PT e PMDB. (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 10/03/2017).

As matérias sobre a cerimônia do presidente Temer são menores em relação ao que foi produzido sobre o ex-presidente Lula e concentram-se, apenas, em declarações do presidente e dados técnicos da obra, em que ele tenta reforçar que a obra foi prioridade na sua gestão:

Nós empreendemos muitos esforços nesses poucos meses de governo para que pudéssemos chegar a este ponto. Mas não quero a paternidade dessa obra, porque ninguém pode tê-la. A paternidade é do povo brasileiro e do povo nordestino. Vocês é que pagaram impostos ao longo do tempo e permitiram que fizéssemos grandes investimentos nessa obra que vai cada vez mais sendo festejada”, disse. (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 10/03/2017).

Na ocasião, o então presidente Michel Temer recua no discurso em relação à paternidade e afirma que a mesma é do povo brasileiro, todavia a matéria sobre a cerimônia de inauguração põe em evidência uma tentativa de aproximação da gestão do presidente em relação à obra e ao Nordeste:

Na quinta-feira (9), na véspera da viagem a Paraíba, Temer escalou o porta-voz do Palácio do Planalto, Alexandre Parola, para defender a participação da gestão peemedebista na iniciativa. Segundo ele, em dez meses, desde que o presidente assumiu cargo, foram investidos mais de R\$ 602 milhões, o que permitiu que o trecho leste fosse inaugurado nesta sexta-feira (10). “A conclusão foi acelerada por determinação do presidente e é mais uma expressão da prioridade conferida pelo governo ao desenvolvimento do Nordeste”, disse. (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 10/03/2017).

Com maior profundidade, as reportagens sobre a “inauguração simbólica”, no dia 20 de março, apresentam uma maior pluralidade

de fontes e, de maneira consensual, creditam a obra ao ex-presidente Lula e também relacionam o ato com as eleições 2018, de acordo com os enunciados abaixo:

No semiárido nordestino, a imagem do petista tem contorno quase místicos. A despeito da campanha publicitária maciça do governo federal sobre a chegada das águas da transposição, entre as dezenas de entrevistas feitas em uma semana (de 10 a 15/3), preponderou a opinião de que Lula é o responsável pela obra. (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 19/03/2017).

A visita às águas transpostas do São Francisco ao solo seco do sertão e o comício diante de milhares pessoas no interior do Nordeste foram montados para representar a inauguração em movimento de retorno de Lula ao centro da arena política, como preparação para uma provável candidatura à Presidência em 2018. (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 19/03/2017).

A construção da imagem pública do ex-presidente Lula em relação à Transposição é atributo recorrente na narrativa das matérias em questão, contudo, também há presença de diversas investigações de esquemas de corrupções, bem como as Operações Lava Jato, Zelotes e Janus, que podem comprometer a participação do mesmo nas eleições 2018. Entretanto, vale ressaltar que a imagem do ex-presidente Lula é sempre relacionada com uma série de políticas públicas, implementadas nos seus governos (2003-2006; 2007-2010), enquadradas como assistencialista pela Folha de São Paulo, e que tiveram destaque no semiárido brasileiro, bem como o programa Bolsa Família, o programa Seguro Safra, a geração de empregos e a distribuição de cisternas.

Outro tópico abordado nas matérias relacionadas à paternidade foi a checagem de fatos pela Agência Lupa, que pertence ao grupo Folha. A checagem foi veiculada no portal e no impresso e abordava a disputa verbal dos presidentes (Lula, Dilma e Temer) sobre a Transposição. Na análise, eles verificaram os discursos em torno da obra e de outras

ações implementadas no semiárido brasileiro, classificando-os em: “Verdadeiro”, “Falso”, “Verdadeiro, mas” e “Exagerado”. A checagem de fatos é uma prática recorrente nas redações de jornais, em todo o Brasil, com o advento das *fake-news*.

As matérias jornalísticas citadas acima deixam em evidência a tensão entre os protagonistas no tocante à paternidade da obra. Percebemos que a aproximação com a Transposição se configura como uma disputa simbólica, visto que a proximidade desses atores políticos com a mesma é uma tentativa de conquistar e de construir uma imagem positiva no semiárido brasileiro.

Além dos políticos do PT e PMDB, outros candidatos aparecem na narrativa, entre eles o presidenciável, o deputado Jair Bolsonaro (PSL) e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). Este buscou associar-se à Transposição pelo empréstimo de bombas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) para serem usadas num reservatório, aquele está vinculado como segunda opção nas eleições de 2018, mas sem nenhuma relação efetiva com a obra.

Além disso, no que tange ao agendamento do jornal Folha de São Paulo, também foi possível observar a situação do Rio São Francisco. Especificamente, na reportagem do dia 19 de março de 2017, o Jornal põe em destaque, no título, a “Saúde do São Francisco e falta de obras adicionais são entraves à Transposição”. A matéria reflete sobre os impactos ambientais que a Transposição causará ao Rio São Francisco, e necessidade de obras adicionais para fazer a água dos canais chegarem às cidades vizinhas.

O conteúdo publicado se relaciona com a agenda de pesquisadores vinculados a universidades, órgãos públicos e com membros da sociedade civil, dentre eles, a Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco, Agência Nacional de Águas, Comissão

Pastoral da Terra, Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, Ministério da Integração Nacional e Ministério Público Federal. Majoritariamente, as fontes que nortearam a constituição e desenvolvimento da reportagem, preocupam-se com a situação do Rio São Francisco, conforme atestamos:

O São Francisco tem problemas hidrológicos sérios e não tem volume para abastecer a transposição. É rio de múltiplos usos, responsável por 95% da energia gerada no Nordeste, irriga uma área de 340 mil hectares. (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 19/03/2017).

A matéria ainda destaca a necessidade de engajamento dos Estados que passarão a receber água do Rio e o projeto “Novo Chico”:

Por outro lado, o fato das bacias receptoras do Nordeste Setentrional receberem as águas do São Francisco torna-as, a partir de agora, e a seus Estados (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) responsáveis pela gestão das águas sanfranciscanas tanto para bônus como para ônus, ou seja, todos que usam águas do Rio São Francisco devem se obrigar a um engajamento de fato e não apenas retórico, com o uso racional dessas águas, com restrições impostas à administração da crise hídrica que afeta o próprio rio São Francisco e com o programa de Revitalização que até agora, em termos práticos, ainda não saiu do papel. (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 19/03/2017)

O Ministério da Integração Nacional lançou em outubro um programa de revitalização da bacia, batizado de Novo Chico, no qual diz que vai investir R\$ 7 bilhões, que prevê a recuperação de nascentes e matas ciliares, tratamento de esgoto ao longo da bacia e educação ambiental, entre outras medidas. (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 19/03/2017).

No tocante à convivência com o semiárido, percebemos uma superficialidade das matérias ao tratar do tema, aparecendo, em poucos momentos, a noção de convivência presente nas agendas de membros da sociedade civil, em que se indaga se o projeto era realmente neces-

sário, uma vez que obras menores seriam eficazes na distribuição de água no sertão. Há matérias que destacam ainda contextos em que mesmo com a Transposição algumas pessoas não terão acesso à água ou serão assistidas por meio de cisternas:

Especialistas defendem que o gasto com a transposição, R\$ 9,6 bilhões até agora, é excessivo, e que obras menores e mais baratas como adutoras captando água direto do rio até as barragens pelo sertão, cumpriam função mais eficaz. “Fizeram esses canais faraônicos, fica claro que é para abastecer o grande capital, criadores de camarão, agronegócio, grandes indústrias. Não vai chegar uma gota para atender a população difusa [mais afastada da bacia do rio e das barragens]”, diz João Suasuna. (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 19/03/2017)

“O canal [da transposição] está cheio, mas a gente só vê água se for lá de moto. Para a gente, não vai servir de nada, é muito longe”, afirma Marcos. (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 19/03/2017)

“[...] a Transposição, logo ali ao lado, não chegou à aldeia” (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 21/03/2017)

Um tópico presente no agendamento analisado é o impasse e o desencontro de informações das companhias que administram o abastecimento hídrico, confusão entre as atribuições de competências/trans-tornos que limitam o acesso à água no semiárido. Assim, o conteúdo veiculado tem aspecto de denúncia neste sentido, evocando a necessidade de uma maior fiscalização no entorno das obras e nos canais de bombeamento. A matéria também problematiza danos futuros que o vazamento pode causar.

Percebemos, no segundo momento da pesquisa (setembro de 2017 a setembro de 2018), uma mudança de abordagem, uma vez que a primeira parte estava focada na paternidade, já nesta segunda parte se aborda aspectos econômicos como as consequências da falta de água em Pirapora (MG), que afetou o turismo local, a crise de abastecimento em grandes cidades no Nordeste e seus impactos na economia, o

uso da água como mercadoria e uma entrevista com a cientista social Tânia Bacelar sobre as visões que negativas e falsas que atribuem à região Nordeste.

Outro fato que repercutiu muito no agendamento produzido pelo Jornal Folha de São Paulo foi o Vazamento do Reservatório de Barreiros em Sertânia e uma série de problemas em torno das barragens que fazem parte do Projeto de Transposição do Rio São Francisco. As matérias veiculadas dão ênfase à agenda do Ministério da Integração Nacional, órgão responsável pelo gerenciamento das famílias que foram desabrigadas com alojamento e kits de ajuda emergencial; e ao Ministério Público Federal, em Monteiro (PB), que fiscalizou o problema e recomendou uma série de medidas a serem adotadas pela administração das barragens:

Uma semana após ser inaugurado, o reservatório de Barreiros, em Sertânia (PE), vazou nesta sexta-feira (3). A barragem, que faz parte do projeto de transposição do rio São Francisco, tem capacidade para 2,61 milhões de metros cúbicos de água e o incidente fez com que ao menos 60 famílias de dez comunidades rurais tivessem que deixar suas casas. (Barragem de transposição vaza e 60 famílias são retiradas de casa em PE, Folha de São Paulo, Editoria de Cotidiano, 03/03/2017)

Entre outros estragos, como desalojamentos de famílias e morte de animais, o vazamento de uma das barragens da transposição do rio São Francisco abriu uma enorme fenda numa estrada estadual de Pernambuco, causando a interdição da pista. (Vazamento de barragem no São Francisco causa dano em estrada, Folha de São Paulo, Editoria de Política, 11/03/2017)

Esses açudes são antigos, mantidos e operados de maneira diferenciada em relação ao sistema operacional a ser adotado pelo novo empreendimento, sendo preciso realizar ações com vistas à recuperação e atualização desses barramentos”, diz a procuradora da República Janaína Andrade de Sousa. A procuradora recomenda ainda que barragens com estruturas mais altas que 15 metros ou com capacidades de acumulação igual ou superior a 3 milhões de metros cúbicos sigam a Política Nacional de Barragens e que todos os 21 açudes inseridos na transposição se

enquadrem nessas condições. (Procuradoria pede laudo de vazamento em reservatório em PE, Folha de São Paulo, Editoria de Cotidiano, 04/03/2017).

Um atributo presente em quase todo o *corpus* sobre a Transposição é de que uma grande obra de combate à seca no Nordeste é uma prioridade do agronegócio em detrimento do abastecimento humano. É perceptível, no agendamento, a associação da Transposição a palavras como “problemas”, “esqueletos” e outras expressões negativas que acabam criando um estereótipo negativo da obra. Tais expressões podem ser vistas nos títulos das matérias:

Cidade de Pernambuco abriga esqueletos da transposição” (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 21/03/2017);

Líquido e incerto (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 11/03/2017);

Procuradoria na Paraíba lista problemas em obras da Transposição (Folha de São Paulo, Editoria de Política, 02/04/2017).

Quanto à incidência das eleições 2018, poucos candidatos aparecem no agendamento produzido pelo Jornal Folha de São Paulo. Na primeira etapa (março e abril de 2017), ganham força o ex-presidente Lula (PT) e, na época, o então presidente Michel Temer (MDB), ambos não disputaram cargos eletivos em 2018, participaram apenas como pré-candidatos. Jair Bolsonaro (PSL), Geraldo Alckmin (PSDB) e Ciro Gomes (PDT) aparecem timidamente no fluxo noticioso, uma vez que, nenhum deles propôs políticas públicas ou projetos em prol da Transposição.

Conclusões

Monitorar a mídia se faz necessário para melhor entender a realidade dos meios e para se compreender o processo de construção social da realidade pela imprensa e por diferentes atores sociais, sobretudo, ao nos depararmos com acontecimentos de grande relevância e impacto social, como o Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Valendo ressaltar que a prática de monitoramento de mídia se consolida como um importante agente de incentivo à reflexão e à participação da sociedade em prol da democratização dos processos comunicativos.

No primeiro momento (março e abril de 2017), as matérias se prendiam a poucos assuntos, no segundo momento (setembro de 2017 a setembro de 2018), a cobertura ganha um novo recorte com pautas relacionadas à economia, turismo, projetos de revitalização do São Francisco, obras adicionais ao Projeto de Transposição. Todavia, ainda repercute, nesse segundo momento, o debate sobre a paternidade da obra e os problemas da seca.

Consideramos, a partir das análises realizadas, que a temática da Transposição do Rio São Francisco apresenta forte noticiabilidade e desde já traz consigo algumas polêmicas, como podemos evidenciar na clivagem do enquadramento voltado à questão da disputa pela “paternidade” da obra. Percebemos ainda que outros enquadramentos também se mostram presentes na dinamicidade da *agenda-setting*, a exemplo da incidência do tema na agenda eleitoral, antecipadamente anunciado ao contexto de inauguração do Eixo Leste.

É relevante ressaltar que, do ponto de vista das fontes nesta análise, o enquadramento e atributos tecidos no cenário de representação sobre a Transposição na *Folha de São Paulo* apresenta outras perspectivas, como a ênfase nos impactos ambientais da obra. Fica evidente em algumas matérias jornalísticas a crítica à presença e gestão de grandes

obras hídricas frente às alternativas de convivência com o semiárido no manejo sustentável de recursos hídricos, também salientados por fontes advindas da sociedade civil.

Por fim, é preciso melhor aprofundar, diante da *agenda-setting*, o olhar sobre as tensões presentes no contexto deste acontecimento e seus desdobramentos, tanto em relação à agenda da mídia, quanto na interação da agenda do campo político, especialmente no contexto das Eleições 2018, e da agenda pública diante do percurso da obra e a construção de sua noticiabilidade no campo da mídia.

Temos pela frente esse desafio no campo da pesquisa jornalística, como também a possibilidade de aprimorar os conhecimentos diante da evolução da *agenda-setting* sobre a Transposição do Rio São Francisco enquanto acontecimento midiático, observando sua dinâmica, percebendo as fontes protagonistas, tecendo umas críticas das mídias, refletindo a mobilidade deste tema junto à Opinião Pública, inclusive, com atenção à permanência ou rupturas no tocante ao imaginário e representações, que, quando superficiais ou estigmatizadoras, reforçam uma visão anacrônica e distorcida da realidade do Nordeste brasileiro.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5^a. edição. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Seca: Realidade e Mito**. Recife: Editora Asa Pernambuco, 1985.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas e Desenvolvimento Regional. **Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro**. Brasília, 2017.

CAMPOS, José Nilson B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 65-88, 2014.

GOMES, Alfredo Macedo. **Imaginário social da seca**: Suas implicações para a mudança social. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana, 1998.

GUERRA, Lúcia de Fátima. **Raízes da Indústria da Seca**: o caso da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 1993.

HALL, Stuart (et. al.). A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nélson. (org.) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

HERSCOVITZ, Heloiza G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MALVEZZI, Roberto. **SEMI-ÁRIDO**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/semi%20arido.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MCCOMBS, M. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2004.

REBOUÇAS, Edgard; CUNHA, Patrícia. Observatórios de mídia como instrumentos para (da) democracia. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 85-93, nov. 2010.

SANTOS, Rinaldo. **A Revolução Nordestina**: a epopéia das secas. Recife: Tropical, 1984.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 7a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TRAQUINA, Nelson. A Redescoberta do Poder do Jornalismo: um estudo da evolução do paradigma do agenda-setting. In: **Cambiassu: estudos em Comunicação**. São Luís: vol. VIII, n.1, p. 14-29, jul/dez 1999.

Um olhar sobre a transposição do Rio São Francisco: A agenda midiática do Jornal do Commercio online

Maria Tatiana Lima Costa
Maryellen Bãdãrau

Introdução

O semiárido, que compreende uma vasta extensão territorial do nordeste brasileiro, vem passando por grandes definições no que se refere à construção social desse cenário comumente conhecido como um espaço de problematizações em vários campos da sociedade. Seja no ramo tecnológico, político ou econômico, a seca gera um grande debate midiático, que, muitas vezes, está detido a um discurso de combate à seca e de flagelo acerca dos indivíduos inseridos nesse contexto.

Esse processo gera cenários de representação que são usados para a manutenção de uma hegemonia social e econômica em um movimento de desinformação e criação de imaginários distorcidos sobre esse ambiente (AZEVEDO, 2018). Isso acaba por afastar ainda mais o semiárido de uma realidade de convivência e possibilita a manutenção de uma *indústria da seca* que se alimenta das desigualdades sociais desse espaço em favor de interesses econômicos e políticos.

A transposição do Rio São Francisco foi um acontecimento relevante para os agentes do semiárido, tendo total cobertura nos jornais locais, regionais e nacionais. Esse evento foi palco de grandes discussões geradas por questões ambientais, de gestão, mas, principalmente, a partir da disputa da paternidade política da grande obra e tendo em vista o impacto da chegada (ou não) da água na vida de milhares de sertanejos.

A mídia vem pautando, a partir de um crivo mais específico, os fatos sobre esse acontecimento, assim como todo o processo de conflitos que permeiam o semiárido, desde a maior estiagem³⁶ dos últimos 50 anos, até políticas de convivência com o semiárido promovidas por movimentos sociais e entidades. Por isso, nos questionamos o real impacto da cobertura midiática sobre esse tema e que representações promovem nas páginas dos jornais, já que um agendamento pode influir no debate social e modificar a opinião pública sobre uma determinada realidade.

Nessa perspectiva, o Jornal do Commercio é uma rede jornalística que promove a cobertura considerável dos assuntos relacionados ao semiárido, e mantém, em seu portal online, várias categorias, como: cidades, política, economia e mundo, nas quais as matérias sobre o tema se relacionam. Sendo ele um veículo de alcance regional (Nordeste), mas que agora com a internet pode atingir outras regiões do país se tornou indispensável perceber como essa temática tão importante é abordada na agenda midiática do grupo.

Este trabalho analisa como o Jornal do Commercio online³⁷ tem abordado os desdobramentos, como tem observado e representado os acontecimentos que circundam a Transposição do Rio São Francisco no semiárido, território tão comumente visto como um lugar de sofrimento e morte, mas que, ao mesmo tempo, é tão usado para promover poder e disputas políticas dentro dos âmbitos sociais. Assim, buscando compreender como esse processo acontece, nos perguntamos que imaginários estão sendo construídos a partir desse debate proporcionado pela produção e disseminação de notícias no Jornal do Commercio online.

Interessa-nos entender, também, que olhar o jornal mantém sobre o debate de convivência ou do combate à seca, discutindo como esses

36. O Observatório do Jornalismo no Semiárido Paraibano vem monitorando o agendamento de notícias dos principais jornais regionais e nacionais acerca do semiárido, seus conflitos e implicações.

37. Endereço eletrônico do Jornal do Commercio. Disponível em: <<https://jconline.ne10.uol.com.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

recortes transformam o semiárido em arma poderosa para o discurso político, utilizando, para tanto, como metodologia a Hermenêutica da Profundidade de Thompson (2011), uma maneira de interpretar criticamente o conteúdo coletado. Nesse prisma, analisamos como esse agendamento impacta na construção de uma imagem sobre essa região do Brasil. Estudamos, também, de que maneira as notícias contribuem para uma formulação de imaginários sobre a seca e sobre o nordeste, focando, especificamente, na Transposição do Rio São Francisco e as implicações políticas geradas a partir do debate sobre a sua paternidade.

○ discurso da seca na agenda política

O fenômeno da seca consiste na falta ou má distribuição das chuvas no espaço e no tempo. Esse território apresenta clima quente e seco, em que há deficiência e/ou irregularidade pluviométrica, como explica Polletto (2001), fator que faz com que a evaporação seja superior à precipitação, ocorrendo assim as secas periódicas. Segundo delimitação atual, o semiárido brasileiro está presente em 1.262 municípios distribuídos em dez estados, são eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais.

Como um todo, o nordeste brasileiro tem sido cenário de produção de representações através do agendamento midiático, comumente discutido como um “espaço-problema” (AZEVEDO, 2018), em que se diz ser necessário uma intervenção de combate à seca durante os ciclos de estiagem. Políticas públicas são pensadas para ajudar a população que vive nesse território, mas “esse fenômeno social e político”, conforme afirma a autora (p. 2), acaba por moldar o imaginário local a partir “de uma manipulação da identidade social das populações do semiárido” (AZEVEDO, 2018, p.2), objetivando um específico controle social por meio dessa cobertura.

De acordo com Lima (2004), um cenário de representação pode ser composto por diferentes visões sobre determinados contextos, entre eles, a opinião pública, a representação coletiva, o imaginário social e o inconsciente político. Esses tópicos teóricos, na prática, se transformam em ferramentas poderosas para o controle social e manutenção da hegemonia. A imprensa, ao retratar o semiárido sob uma única perspectiva, o de flagelo, mantém, em seu domínio, uma garantia de controle social sob a população objetificada:

Dessa forma, se entendermos a palavra “cenário” como significando o espaço, o lugar onde ocorre algum fato, a ação ou parte da ação de uma prática qualquer, é possível afirmar que a “hegemonia” – para efeito de análise – pode ser decomposta em vários cenários específicos que incorporam, naturalmente, todas as suas características. Necessariamente integradas na articulação hegemônica, as diferentes dimensões do “conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida” constituem-se em cenários/espacos próprios, com significados e valores específicos, que também se interpenetram e se superpõem. (LIMA, 2004, p. 13).

Assim, a grande mídia espera traduzir, a partir de sua cobertura constante dos acontecimentos relacionados ao semiárido, o cotidiano da vida dessa população, bem como desse ecossistema e seus conflitos. Com temáticas que abordam sobre a falta de chuvas, as condições ambientais e climáticas, o estilo de vida dos sertanejos, a imprensa e, conseqüentemente, outras esferas de poder, se apoderam desse discurso para sustentar, por meio da sociedade civil, uma manutenção do poder (cultural, econômico, social e político).

O agendamento, nesse processo, funciona como *modus operandi* do controle social, segundo Goffman (1988), delimitando cada vez mais “expectativas” e “significados” do cotidiano das comunidades nordestinas situadas no semiárido. Esse enquadramento hegemônico por sua vez “se constitui e se realiza no espaço onde o sentido da vida e das coisas é construído” (LIMA, 2004, p. 13), ou seja, a partir das repre-

sentações do que hoje é chamado de “flagelados da seca”, por causa do enfoque em um discurso de flagelo e combate à seca. Assim,

Basicamente, a idéia-força implícita na noção de *agenda-setting* é a de que: a) a mídia, ao selecionar determinados assuntos e ignorar outros, define quais são os temas, acontecimentos e atores (objetos) relevantes para a notícia; b) ao enfatizar determinados temas, os acontecimentos e atores sobre outros, estabelece uma escala de proeminências entre esses objetos; c) ao adotar enquadramentos positivos e negativos sobre temas, acontecimentos e atores, constrói atributos (positivos e negativos) sobre esses objetos; d) há uma relação direta e casual entre as proeminências dos tópicos da mídia e a percepção pública de quais são os temas importantes em um determinado período de tempo. (AZEVEDO, 2004, p. 52).

Em contrapartida, ao longo dos anos, mais especificamente no início do século XXI, o olhar científico sobre o semiárido se reconfigura, passando a captar não somente as fragilidades desse espaço, mas, também, as suas virtudes, favorecendo o “debate crítico” sobre as várias instâncias que circundam o discurso hegemônico, como as desigualdades sociais e econômicas, bem como “os interesses políticos das elites locais” (AZEVEDO, 2018, p. 1).

No que diz respeito às medidas de combate à seca, a nível federal, temos a Transposição do Rio São Francisco, obra que gerou repercussão e foi uma importante medida que perpassou diversos governos até sair do papel, efetivamente, no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011). De acordo com o Ministério da Integração Nacional³⁸, o Projeto de Integração do Rio São Francisco tem como objetivo levar água para 12 milhões de pessoas nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, contemplando, ao todo, 390 municípios. A imprensa foi grande produtora da opinião pública para esse acon-

38. Apresentação do projeto de transposição feita pelo Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/agua-para-12-milhoes-de-pessoas>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

tecimento, modificando os significados sobre essa grande obra, que gerou impactos sociais, ambientais e econômicos consideráveis.

Desde os primórdios do projeto no Brasil, a agenda política engloba essa discussão sobre o combate à seca no semiárido, usando-a como ponte para patamares mais altos nos embates eleitorais. De certo modo, pesquisas como a de Henkes (2014) indicam que grande parte dos candidatos a cargos públicos se utilizou desse discurso, atingiu outras instâncias na esfera pública, vencendo, assim, as disputas eleitorais ou garantindo resultados satisfatórios.

A partir desse ponto, o discurso de flagelo e combate à seca se torna tão importante para a agenda política, pois é por meio da formulação das representações, e conseqüentemente, de imaginários sociais sobre o semiárido, que a hegemonia pode ser garantida para a manutenção do poder em questão. Esse processo é conhecido, cientificamente, como *indústria da seca*, que promove ações políticas e sociais para uma “nova configuração do território do semiárido brasileiro” (p. 2), pautada no combate à seca e lucro de capital social a partir do “sofrimento” contextualizado nesse território (AZEVEDO, 2018, p. 2).

De acordo com Hall (1993), um acontecimento só faz sentido quando colocado no âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. Ainda na perspectiva do autor, os acontecimentos, enquanto notícias são elaborados por meio de uma gama de explicações, imagens e discursos que articulam o que o público supõe pensar e saber da sociedade. Portanto, entendemos que a temática da seca habita o espaço social e a mídia, por sua vez, veicula a notícia seguindo os critérios e as práticas da rotina jornalística.

É dessa maneira que o Jornal do Commercio atua, assim como toda a imprensa. Durante a coleta dos dados da pesquisa – 2017 a 2018 –, por exemplo, Pernambuco mensurava uma grande quantidade de danos causados pelo período de seca prolongada que afetou a região. Nesse espaço de tempo, o estado decretou situação de emergência em

diversos municípios em decorrência da estiagem. O acesso à água, por sua vez, também ficou comprometido havendo a necessidade de abastecimento por meio de carro pipa e outras alternativas.

Entre essas e outras representações, o âmbito político se consolidou a partir do agendamento, nesse caso, específico da Transposição do Rio São Francisco, disputando poder na mídia através de uma “busca” da paternidade da obra, construindo, assim, um cenário favorável para as disputas presidenciais. A imprensa, dessa forma, vem se consolidando como uma “produtora privilegiada da esfera pública na contemporaneidade”, segundo Lima (2004, p. 14), enquanto a política se constitui ou se mantém como uma “expressão” da própria hegemonia social.

A partir desse cenário, podemos pensar de que modo a questão da seca habitou diretamente ou indiretamente no discurso político de candidatos a cargos eletivos durante o ano eleitoral de 2018. Com base nas matérias publicadas pelo referido jornal, pudemos perceber como a agenda política se utiliza da seca como discurso para disputas de poder, principalmente, durante o período de eleições.

Transposição do Rio São Francisco e disputa pela paternidade política

O poder público tem se deparado com tópicos de gerenciamento de crise relacionados à escassez de água no semiárido brasileiro, que, há muito tempo, tem sido motivo de tensões sociais devido ao desdobramento desse fato. O baixo índice pluviométrico da região impede o desenvolvimento da qualidade de vida, além de influenciar na produção agrícola e de recursos naturais que ajudam as cidades a se manterem autossustentáveis. Com isso, as sociedades impactadas por esse fator socioambiental intensificaram as lutas ao longo dos anos pelo acesso à água e passaram a discutir, entre ONGs e entidades como a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), sobre as condições da região, com

o intuito de conhecer melhor essa realidade em busca de soluções para uma convivência com a seca.

As agendas políticas e midiáticas foram bombardeadas com debates que destacam a importância de um olhar urgente para o semiárido, enfatizando o desenvolvimento de políticas públicas para essa região. Mas as diferentes esferas do poder, inclusive a imprensa, se voltaram para essa temática, principalmente, após o início da implementação do “Projeto de Integração do Rio São Francisco em Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”, nacionalmente conhecido como “Transposição do Rio São Francisco”.

Essa obra foi gerenciada pelo Governo Federal (em diferentes mandatos ao longo de décadas) a partir do Ministério da Integração Nacional, com o intuito de captar recursos hídricos do Rio São Francisco através de dois canais (Eixo Norte e Leste). Com o equivalente a 700 km de extensão, o projeto atenderia às necessidades de milhões de pessoas de quatro estados do Nordeste brasileiro. Com o lema “Água para Todos”, a transposição foi justificada na opinião pública a partir da cobertura midiática desse longo processo, enfatizando uma possível solução para o combate da seca nessas regiões do semiárido.

No decorrer da execução desse polêmico empreendimento, a obra da transposição passa a ser o palco de intensas disputas políticas, desde a luta judicial para iniciá-la até as últimas etapas de finalização e inauguração dos eixos. A contar com uma necessidade de veiculação da imagem de uma personalidade responsável pela obra, a imprensa passou a discutir quem seria considerado o “pai e autor” do grande projeto, discurso esse oportunamente usado no ano que antecede as disputas eleitorais para Governador, Deputado Federal, Senador e Presidente da República.

De acordo Henkes (2014 p. 499), existem pesquisas que retratam que a criação e planejamento para uma “Transposição do Rio São Francisco” tenha origens que datam do século XIX, passando pelo cri-

vo do Governo Imperial. Essa pauta foi defendida por muitos líderes de diferentes regimes governamentais, até receber o primeiro licenciamento no mandato de Itamar Franco (1992-1995) e investimentos a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Essas personalidades políticas já vinham se utilizando do discurso de defensor do semiárido para promover avanços nas disputas eleitorais.

A Transposição do Rio São Francisco passou por diversos processos judiciais devido a sua complexidade e possíveis impactos ambientais e sociais que a obra traria, caso fosse concretizada. Por várias vezes, foi embargada, retardando o início de sua concepção, que só veio acontecer no Governo Lula (2003-2011), sendo executado no mandato de Dilma Rousseff (2011 a 2016) e entregue pelo ex-presidente interino Michel Temer (2016-2018). Mesmo assim, aparentemente, todos os governos envolvidos com a criação, planejamento e execução do grande projeto da transposição solicitam, de algum modo, que a sua imagem seja atrelada à obra em favor de uma “benfeitoria” entregue ao semiárido e ao povo nordestino. Nessa perspectiva,

Convém lembrar que, em um projeto democrático, inteligente e bem elaborado, nunca se poderá dizer autoritariamente que “se trata de um projeto político do presidente”, mesmo porque todo projeto exclusivamente político é, por princípio, uma auto-afirmação sobre o seu caráter demagógico e eleitoreiro. Ao invés desse enunciado preferimos que se diga que se trata de um projeto de governo metodicamente bem elaborado, e de aplicabilidade macrorregional, interdisciplinar, de grande interesse social. (AB’SABER, 2006, p. 13).

Em 2017, tivemos a inauguração do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, que ocorreu na cidade pernambucana de Sertânia, além de Monteiro, na Paraíba, com o intuito de levar água para mais de 35 cidades dos dois estados, sendo elas: Sertânia, Floresta, Arcoverde e Pesqueira, em Pernambuco; e os municípios paraibanos de Monteiro, Campina Grande, Barra de Santana, Caturité, Queimadas,

Pocinhos, Lagoa Seca, Matinhas, São Sebastião de Lagoa de Roça, Alagoa Nova, Boqueirão, Boa Vista, Soledade, Juazeirinho, Cubati, Pedra Lavrada, Olivedos, Seridó, Cabaceiras, Congo, Coxixola, Sumé, Prata, Ouro Velho, Amparo, Serra Branca, São José dos Cordeiros, São João do Cariri, Parari, Gurjão, Livramento e o distrito de Santa Luzia do Cariri. São quase um milhão de habitantes nessas localidades. Ainda segundo o Ministério da Integração Nacional, atual Ministério do Desenvolvimento Regional, tanto a distribuição quanto o tratamento da água ficam sob a responsabilidade dos governos dos estados:

No total, o Eixo Leste foi projetado para levar água para cerca de 4,5 milhões de pessoas em 168 municípios que sofrem com a seca prolongada nos estados de Pernambuco e da Paraíba. O trecho é composto por seis estações de bombeamento (EB), cinco aquedutos, um túnel, uma adutora e 12 reservatórios que estão em pré-operação - fase de verificação do funcionamento das estruturas e dos equipamentos eletromecânicos. Para chegar até ao leito do Rio Paraíba, em Monteiro (PB), a água do São Francisco percorre os 217 quilômetros dos canais e das demais estruturas de engenharia do Eixo Leste, saindo de Floresta (PE). (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL)³⁹.

Essa disputa teve grande repercussão na imprensa nacional, gerando o debate na sociedade civil e em muitas outras instâncias, principalmente, a política. A partir das manchetes do Jornal do Commercio, podem-se perceber as diversas nuances produzidas sobre o semiárido a partir de personalidades que brigam pela paternidade, tais quais o

39. Andamento das obras do Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/o-projeto/andamento-das-obras>>. Acesso em: 12 set. 2020.

ex-presidente Lula, a ex-presidenta Dilma e o ex-presidente interino Michel Temer. No agendamento desses fatos, observa-se que enquadramentos retratam minimamente essa realidade, produzindo representações desse momento histórico para o país. Indo mais além, essa produção social das notícias cria imaginários sobre esse espaço, capaz de reformular a opinião pública sobre a obra e acerca das personalidades políticas inseridas nesse contexto.

Para compreender melhor esse cenário, se faz importante uma análise desses processos que circundam a imprensa, principalmente, no que diz respeito aos aspectos técnicos da produção de notícias, como o agendamento. Assim, poderemos ter uma visão mais abrangente de como a mídia molda a realidade de um determinado povo, se utilizando dos acontecimentos e dos atores sociais como ferramenta para a formulação de representações, sem necessariamente dar voz aos principais agentes inseridos nesse contexto, mas, ao mesmo tempo, fortalecendo os poderes já vigentes que usam desse discurso para dominar (e continuar dominando).

Metodologia

A pesquisa buscou identificar o agendamento do Jornal do Comércio online sobre a cobertura a Transposição do Rio São Francisco. Para tal, reunimos as matérias publicadas a partir de uma seleção específica, pautada em palavras-chave⁴⁰ previamente determinadas. Ao todo, foram selecionadas para análise 61 matérias veiculadas no período de março, abril, outubro, novembro e dezembro de 2017 e janeiro a setembro de 2018, somando um total de 14 meses. Para a realização do estudo, tomamos como base a Análise de Conteúdo de Bardin (1977), que define um conjunto de técnicas de análise das comunica-

40. Água, cisterna, clima, estiagem, racionamento, crise hídrica, semiárido, convivência, chuva, abastecimento, escassez de água, agreste, rio São Francisco, transposição, eixo leste.

ções, utilizando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Esse método está estruturado em cinco etapas, sendo três polos cronológicos: exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação do documento analisado. Assim, com base na AC, realizamos a coleta dos dados e análise prévia das notícias, seguindo com o preenchimento da ficha de catalogação, um método de análise quantitativa, composta de tópicos alinhados aos objetivos da pesquisa.

Essa análise prévia específica possibilitou a formulação de um banco de dados diverso, perpassando os acontecimentos de importante interesse para essa pesquisa, que diz respeito à inauguração do Eixo Leste da Transposição e disputa pela paternidade política da obra, além do agendamento sobre o semiárido promovido pela agenda midiática e política. Em relação ao ano de 2018, foi relevante observar como esse discurso sobre a seca foi inserido nas disputas de cargos eletivos, principalmente, ao de Presidente da República.

Nesse caso, utilizamos as fichas para sistematizar as informações coletadas a partir das categorias de análise previamente definidas. Depois de estabelecidos os parâmetros de cada notícia, os dados foram inseridos no programa estatístico *SPSS Statistics*, para, a partir das tabelas geradas, ter uma maior compreensão de que modo o Jornal do Commercio trabalha a construção da representação da Transposição do Rio São Francisco. Em sua totalidade, foram criadas 20 variáveis, que apresentamos a seguir:

- 1. Ficha:** Diz respeito à sequência do material analisado.
- 2. Presença de ilustração:** Busca identificar algum tipo de elemento presente na matéria, seja gráfico, infográfico, fotografia etc.
- 3. Enquadramento:** Identifica o modo como a matéria foi construída, de modo positivo ou negativo, por exemplo.
- 4. Presença de dados:** Observa o aparecimento de dados estatísticos na matéria.

5. Gênero predominante: Verifica qual o gênero jornalístico em que o conteúdo sobre a transposição está inserido.

2. **Seção:** Examina em qual editoria do jornal o conteúdo foi localizado.

3. **Local:** Identifica a localidade alvo da notícia.

4. **Fonte:** Diz respeito às pessoas e/ou entidades que foram ouvidas e aparecem na matéria.

5. **Enquadramento da mensagem sobre a transposição:** Observa o modo como a transposição foi retratada no conteúdo analisado.

6. **Transposição vínculo candidato:** Identifica se o conteúdo da transposição aparece vinculado à agenda de candidatos a cargos eletivos.

7. **Transposição vínculo agenda da sociedade civil:** Identifica se o conteúdo transposição aparece vinculado à agenda da sociedade civil.

8. **Transposição vínculo agenda poder público:** Identifica se o conteúdo da transposição aparece vinculado à agenda do poder público.

9. **Transposição vínculo agenda de pesquisa:** Identifica se o conteúdo da transposição aparece vinculado a alguma agenda de pesquisa científica.

10. **Transposição vínculo agenda de desenvolvimento sustentável:** Identifica se o conteúdo da transposição aparece vinculado a alguma agenda sobre desenvolvimento sustentável.

11. **Conteúdo e expressão de conflito:** Examina a presença de algum tipo de conflito no conteúdo sobre a transposição.

12. **Transposição vínculo direito e acesso à água:** Identifica se o conteúdo da transposição aparece vinculado a alguma luta pelo direito e acesso à água.

13. **Transposição e enquadramento:** Observa se o conteúdo sobre a transposição aparece vinculado ao combate à seca ou a convivência com o semiárido.

14. **Conteúdo mulheres como fonte:** Identifica se o conteúdo sobre a transposição apresenta mulheres como fonte de informação.

15. **Conteúdo transposição mulheres e luta pelo acesso à água:** Identifica se o conteúdo sobre a transposição evidencia a ação das mulheres na luta pelo acesso e direito à água.

16. Conteúdo Transposição vínculo Fórum Mundial da Água: Examina se o conteúdo da transposição aparece vinculado à agenda de divulgação do Fórum Mundial da Água.

Na etapa seguinte, realizamos três atividades: o tratamento dos resultados coletados, a inferência e a interpretação dos dados, que foi alinhada à metodologia da Hermenêutica da Profundidade (HP), na perspectiva de Thompson (2011). Esse é um método que busca interpretar as formas simbólicas inseridas em contextos sociais e históricos de diferentes tipos, podendo ainda ser adaptado à análise da ideologia e da comunicação de massa, conforme explica o autor.

Essa metodologia está dividida em três partes que funcionam como um percurso por meio do qual o analista consegue concretizar, de modo eficiente, o estudo pretendido, são elas: a análise sócio-histórica, a análise formal ou discursiva e a interpretação/reinterpretação, ambas utilizadas neste estudo. Para tal, reunimos o conjunto de dados apresentados em forma de tabelas, disponibilizado através das informações inseridas no *SPSS*, e, a partir de uma leitura crítica, interpretamos os números em uma escala qualitativa do método.

Análise do agendamento midiático

A partir dos dados coletados, identificamos que, no Jornal do Comercio online, o assunto Transposição do Rio São Francisco apareceu veiculado por meio do gênero **notícia**, que aborda conteúdos factuais de natureza descritiva e enunciativa, ponto que foi constatado em 75,4% do material analisado. Pelo caráter da plataforma estudada, que é inserida em um ambiente digital, é compreensível que esse número se expresse devido à demanda que exige uma velocidade em sua produção midiática. Dessa forma, entendemos que o tema transposição esteve em destaque na agenda midiática e durante o período estudado. No quadro a seguir, trazemos esse resultado com mais detalhes:

Tabela 1: Gênero jornalístico predominante no material analisado

Gênero predominante					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Notícia	46	75,4	75,4	75,4
	Reportagem	9	14,8	14,8	90,2
	Artigo	3	4,9	4,9	95,1
	Charge	1	1,6	1,6	96,7
	Editorial	1	1,6	1,6	98,4
	Nota	1	1,6	1,6	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pelos autores

Esse resultado reflete um pouco as mudanças que o jornalismo online passou e continua passando em relação aos processos técnicos que tangem à produção jornalística, no qual propicia um ambiente de velocidade e fluidez, sem necessariamente ter um aprofundamento. Nesse caso, a grande ocorrência do gênero notícia, que, por sua vez, não exige uma maior imersão em relação ao fato ocorrido, nos confirma esse pressuposto. Nunes e Amorim (2016) afirmam que essa articulação do jornalismo com o digital ao mesmo tempo em que relaciona novas ferramentas a novos espaços traz grandes desafios no que diz respeito à rotina jornalística, então modificada graças à inserção de ferramentas tecnológicas conectadas à *internet* para a apuração, produção e disseminação das notícias.

Alinhada ao gênero notícia, temos a seção da página do Jornal do Commercio em que o assunto transposição apresentou abrangência significativa. De acordo com os dados coletados, 52,5% do conteúdo apareceu, predominantemente, na editoria de **política**, seguido da editoria de **economia** que, por sua vez, apresentou uma porcentagem de 29,5%. Nesse aspecto, as matérias sobre a transposição apareceram ligadas a conflitos político/partidário/ideológicos, de gestão e finan-

ciamento da obra de transposição, direito ao acesso à água e à agenda política de candidatos, entre outros temas correlacionados.

O período da análise marca dois momentos importantes que ocorreram nos respectivos anos: a inauguração do eixo leste da transposição, realizada pelo então presidente interino Michel Temer e, posteriormente, em um segundo momento, o ano eleitoral. Na época em que o eixo foi inaugurado, ocorreu uma forte disputa da paternidade da obra – que, de fato, foi concretizada no governo Lula, e inaugurada durante o governo Temer. Nesse sentido, a transposição aparece diretamente ligada à disputa política com certa recorrência.

Como já abordamos anteriormente, esse fato comprova o uso do discurso midiático sobre o semiárido, nesse caso específico sobre a transposição do Rio São Francisco, em benefício do poder político, que articula, entre outras coisas, ações pautadas nas informações encontradas nas notícias para benefício próprio, e não da sociedade. Além disso, se utilizam da imagem vinculada na imprensa como trampolim para fomentar uma opinião pública relacionada à benfeitoria e ao combate à seca, como articula Coellho (1985), ao retratar a indústria da seca.

Para esse caso, seguindo com a análise, pudemos observar o agendamento das seções do Jornal do Commercio online que pautam as notícias sobre a Transposição, em que visualizamos as páginas relacionadas a País, Economia, Cidades, Mundo e Política. Esta última teve um expressivo resultado, chegando a ter 52,5% das publicações sobre a inauguração do empreendimento, e as implicações e disputas políticas atreladas à imagem de alguma personalidade política em todos os níveis de poder, o que confirma nossas indicações. A seção de economia fica em segundo lugar com o total de 29,5% das matérias, totalizando cerca de 18 ocorrências. O que chama a atenção é justamente que, dentro de uma perspectiva mais qualitativa, observamos que esse agendamento focado em temáticas do âmbito da economia perpassa

diretamente os conflitos políticos que ambos os governos enfrentaram durante a execução da obra da transposição.

No ano eleitoral, por sua vez, o tema transposição apareceu de uma forma mais tímida vinculada à agenda política. Na medida em que os dados foram sendo coletados, entendemos que isso ocorreu porque o foco das matérias estava voltado para o cenário político – apoio entre partidos, possíveis candidaturas, reuniões e encontros, discursos políticos com grau de repercussão, entre outros – de modo que não englobava o tema transposição. Para se ter uma ideia, em 2018, nas matérias analisadas, a obra apareceu uma única vez vinculada à agenda de um candidato à presidência durante ato de campanha. Mesmo assim, a editoria política ganhou destaque.

Tabela 2: Ocorrências de matérias analisadas por seção (conforme o jornal)

Seção					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	País	1	1,6	1,6	1,6
	Política	32	52,5	52,5	54,1
	Economia	18	29,5	29,5	83,6
	Cidades	7	11,5	11,5	95,1
	Mundo	3	4,9	4,9	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pelos autores

Seguindo o estudo, identificamos que a localidade alvo da pesquisa é o estado de Pernambuco, espaço onde a região semiárida apresenta uma área de 86.341 km² concentrada em 123 municípios com população que ultrapassa os três milhões de habitantes, segundo estimativa da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O estado de Pernambuco aparece como foco em um total de 37 publicações, ou seja, em 60,7% do material analisado na pesquisa. Em segundo lugar, temos o conteúdo da transposição com nível de abrangência nacional, com 34,4% das notícias. Esse número se expressa também pela abrangência da cobertura local do *Jornal do Commercio*, por seu olhar voltado para o seu lugar de fala. A partir desse aspecto, podemos pensar no recorte que o jornal dá à realidade do semiárido, compreendendo que a Transposição do Rio São Francisco constitui o que eles chamam hoje de maior e mais importante obra do Nordeste.

A forma como o jornal trabalha a construção da representação da transposição e do semiárido infere no imaginário social, moldando a opinião pública. Nesse caso, no que diz respeito a esse tema, o debate sobre o enquadramento midiático se faz importante. Na análise, observamos que o enquadramento da mensagem aparece de modo equilibrado entre favorável 37,7%, contrário 32,8%, e neutro 29,5%. Esse resultado pode ser exemplificado pela forma como o *Jornal do Commercio* aborda tecnicamente a realidade dos fatos, ou seja, como ele descreve.

Em contrapartida, em relação à conotação da mensagem, observamos que o conteúdo sobre a transposição refletiu diferentes atributos no que diz respeito tanto à Transposição quanto ao semiárido. A partir desse aspecto, podemos pensar de que modo o *Jornal do Commercio* construiu uma representação desses cenários nas matérias analisadas e como essa construção afeta o modo como o público pensa esses espaços. Esse ponto está diretamente ligado ao pensamento de Hall (1993) sobre como os acontecimentos, enquanto notícias são regularmente interpretados dentro de determinados enquadramentos, como o de combate à seca, por exemplo.

Tabela 3: Enquadramento da abordagem em relação ao semiárido

Enquadramento					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Uma visão de combate à seca no Nordeste	51	83,6	83,6	83,6
	Uma visão de Convivência com o Semiárido	8	13,1	13,1	96,7
	Não	2	3,3	3,3	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pelos autores

Mas entre o enquadramento e a abordagem das notícias está uma drástica contradição, na qual o *Jornal do Commercio* interpela, a partir de sua visão midiática, um recorte que se demonstra, majoritariamente, favorável/positivo sobre a realidade do semiárido e da transposição. Em contrapartida, demonstra uma visão de combate à seca em 51 de 61 notícias publicadas, o que denota que o discurso midiático não está em concordância com a perspectiva científica e social desse espaço, necessitado de políticas de convivência, pois a seca não pode ser combatida, tendo em vista seu caráter ambiental. Entretanto, em compensação, essa visão de combate se mostra algo positivo/favorável no agendamento do *Jornal do Commercio*, o que denota uma certa estratégia midiática com um *modus operandi* em favor da *Indústria da Seca*.

No que diz respeito à presença das fontes de informação, identificamos que as vozes ouvidas pelo *Jornal do Commercio* estão vinculadas, principalmente, a instituições públicas. Tanto a Agência Nacional das Águas (ANA), o Ministério da Integração Nacional, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Companhia Pernambucana de Saneamento Básico (Compe-sa), a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, o Governo do Esta-

do de Pernambuco, a Secretaria Geral da Presidência da República, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Secretaria de Recursos Hídricos, a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), o Ministério Público Federal, a Controladoria Geral da União (CGU), quanto o Ministério da Transparência fizeram parte da construção das notícias como fontes.

Ainda nesse aspecto, percebemos que a presença de políticos como fontes de informação sendo eles: presidente da república, candidato à presidência, ex-presidente, ex-ministro, governador, prefeito, senador etc., se fez expressivo. Nesse caso, observamos que a temática da transposição apresentou vínculo significativo com a agenda de candidato (a) à presidência, 41,0%; candidato (a) ao senado, 8,2% e candidato (a) ao governo, 8,2%. Porém, apresentou, também, tímida ligação com a agenda de organizações e movimentos sociais, 19,7%, ou seja, cerca de 12 produções analisadas, o que traduz um silenciamento das pessoas inseridas diretamente no contexto do semiárido, e que, consequentemente, potencializa a voz de agentes que não tem uma vivência concreta no espaço representado.

Os sindicatos e organizações sociais aparecem como fonte em apenas 1,6% do material analisado. Assim, podemos inferir que o trabalho desenvolvido por essas entidades não compõe, de modo efetivo, a agenda da mídia analisada. Em alguns casos, as entidades sociais que deixam de ser fonte de informação, por exemplo, mantêm uma agenda de trabalho importante no território semiárido. Portanto, acreditamos que o lugar de fala dessas organizações não aparece devidamente representado.

De acordo com os dados coletados, no ano de 2017, período em que o Eixo Leste da Transposição foi inaugurado, o agendamento do Jornal do Commercio apresentou uma discussão sobre a paternidade da obra, fato esse que fortaleceu o debate social sobre o tema, bem como o imaginário sobre determinadas figuras políticas vinculadas à transposição. Exemplificamos esse cenário por meio dos títulos das matérias analisadas:

“Lula em vantagem na disputa política sobre a transposição, diz analista”, “Temer e PT acirram disputa pela paternidade da transposição do São Francisco”, “Para Cristovam Buarque, Lula foi o principal criador da transposição”, “Temer diz que ninguém pode ter a paternidade da transposição do São Francisco”, “Somos pai, mãe, irmão e tio da Transposição do São Francisco”, “Dilma sobre Temer e a Transposição: ‘Só apareceu na inauguração para dizer que foi ele quem fez’”.

Já em 2018, observamos as propostas reafirmadas em campanha pelo candidato à presidência da república Fernando Haddad (PT), através de uma das matérias analisadas, intitulada: *“Em Petrolina, Haddad promete recuperar nascentes do São Francisco e fortalecer programas sociais”*. Durante sua passagem pelo Vale do São Francisco, especificamente nas cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), o candidato à presidência propôs novas ideias e planos para continuar os projetos voltados ao combate à seca no semiárido.

Como observamos em toda a análise, é forte a relação do poder político com o agendamento midiático do Jornal do Commercio, que, além de pautar a discussão social sobre a paternidade política nas páginas da grande parte do *corpus* de pesquisa, também articulou esse processo com outras temáticas, como é o caso dos conflitos que envolvem a Transposição do Rio São Francisco. Em uma obra hídrica que consideram como a maior da América Latina, se esperou que diferentes disputas de interesse entrassem em vigor na agenda da imprensa, basicamente porque o próprio empreendimento já trazia consigo diversas questões complexas a serem debatidas desde o período da sua concepção.

Tabela 4: Temas que se relacionam a conflitos abordados nas matérias publicadas

Conteúdo e expressão de conflito					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Água	6	9,8	9,8	9,8
	Terra	1	1,6	1,6	11,5
	Gestão	12	19,7	19,7	31,1
	Financiamento	7	11,5	11,5	42,6
	Político/partidário/ideológico	20	32,8	32,8	75,4
	Energético	2	3,3	3,3	78,7
	Ambiental	7	11,5	11,5	90,2
	Não	6	9,8	9,8	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pelos autores

Na análise, essa perspectiva é observada a partir da variável que aborda os conflitos que perpassam os cenários representados no *Jornal do Comercio*. Os dados mostram como as disputas estão vinculadas às agendas do poder público, principalmente no que se refere à esfera política/partidária/ideológica, que, na pesquisa, apresenta uma porcentagem de 32,8%. Esses números refletem e confirmam, mais uma vez, o processo de disputa pela paternidade da obra da transposição e o uso do discurso da seca na agenda política, como podemos inferir por meio da tabela 4.

Outras pautas importantes para a Transposição e para o semiárido representadas, de alguma maneira, no *Jornal* pesquisado, foram as que abrangessem os conflitos referentes à gestão das obras da transposição, que se expressam com 19,7% das publicações, em torno de 12 matérias analisadas. O tema econômico, que abordou disputas de financiamento da transposição, tem, por sua vez, 11,2%, com o número de 7 ocorrências na pesquisa. Esses dados demonstram, para a pes-

quiza, uma ideia geral dos conflitos relacionados às várias etapas da obra, como um prático e perceptível exemplo das disputas de poder que envolvem esse cenário e seus agentes e inferem nesse espaço tão comumente usado para gerar um capital social.

Conclusão

Após a análise, identificamos que o *Jornal do Comercio* trabalha diversos olhares e representações sobre o semiárido e, principalmente, sobre a Transposição do Rio São Francisco, alvo do estudo. No que diz respeito ao agendamento desses fatos, por exemplo, observamos que os enquadramentos geram uma gama de representações que modelam as formas de ver, dizer e pensar tanto a obra quanto o lugar em que ela está inserida.

A partir da análise quantitativa e qualitativa das matérias, observamos que a temática transposição obteve veiculação, predominantemente, através do gênero notícia que, por sua vez, esteve inserida na editoria de política. Nesse sentido, pudemos perceber os campos em que os cenários de representação sobre a obra e o semiárido perpassaram, bem como as representações veiculadas no conteúdo analisado.

Uma reflexão importante feita ao longo do trabalho problematizou a ideia de que nem sempre a veiculação de uma conotação positiva da mensagem, bem como o enquadramento favorável transmitido pelo veículo, condiz com a realidade dos fatos, visto que a mídia veicula os acontecimentos ao mesmo tempo em que os interpreta para a sociedade. Logo, entendemos que as notícias produzidas pelo JC constroem diversos imaginários capazes de reformular a opinião pública sobre a obra, o semiárido e os elementos a que eles aparecem vinculados, como o campo político.

Em relação ao período analisado – março, abril, outubro, novembro e dezembro de 2017 e janeiro a setembro de 2018, identificamos mu-

dança no foco do agendamento do tema transposição de acordo com o ano analisado. Em 2017, por exemplo, o debate girou em torno da paternidade da obra. No ano seguinte, o tema transposição apareceu vinculado à agenda política dos candidatos a cargos eletivos, bem como às problemáticas da obra em termos de gestão, como mostramos no quadro de análise.

O trabalho, de uma maneira geral, teve como objetivo abordar não somente o agendamento do *Jornal do Commercio* sobre a Transposição do Rio São Francisco, mas também refletir o modo em que a temática da Transposição e suas implicações apareceram associadas ao discurso político a partir da entrega do eixo Leste da transposição e ao ano eleitoral. Por fim, crendo que o trabalho conseguiu cumprir o propósito proposto de investigação e análise sobre os dados do agendamento do *Jornal do Commercio*, dispomos desse estudo como espaço para a discussão da temática.

Referências

- AB'SÁBER, Aziz. A transposição de águas do São Francisco: análise crítica. **Revista USP**, São Paulo, n.70, p. 6-13, jun/ago, 2006.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. O agendamento da política. In: RUBIM, Antonio Canelas (Org.). **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.
- AZEVÊDO, Sandra Raquew dos Santos. **A cobertura na imprensa sobre a Transposição do Rio São Francisco: um estudo da agenda-setting do jornal Folha de São Paulo (2017-2018)**. Plano de estudo: João Pessoa, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1997.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Contexto, 2016.
- COELHO, Jorge. **As secas do nordeste e a indústria das secas**. Petró-

polis, RJ: Vozes, 1985.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**. Fortaleza: Dnocs, 1981.

HALL, Stuart. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Editora Veja, 1993.

HENKES, Silviana L. A política, o direito e o desenvolvimento: um estudo sobre a transposição do Rio São Francisco. **Revista Direito GV**, São Paulo: 10(2), p. 497-534, jul/dez, 2014.

MARQUES, Juracy; CARVALHO, Luzineide Dourado; Sena, Rosiane Rocha Oliveira. **Itinerários & contextos: reflexões em educação e convivência com o Semiárido brasileiro**. Juazeiro, BA: Printpex, 2014.

NUNES, Pedro. AMORIM, Juliana Gouveia. Cenários da Contemporaneidade: convergência jornalística em tempos dos sistemas hipermídia. In: NUNES, Pedro (ORG). **Jornalismo em ambientes multiplataforma**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016, 356p.

POLETTTO, Ivo. Da indústria da seca para a convivência com o Semi-Árido brasileiro. In: Cáritas Brasileira – Comissão Pastoral da Terra – FIAN/Brasil. **Água de chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido brasileiro**, São Paulo: Paulinas, 2001, p. 11-24.

RUBIM, Antonio Canelas (Org.). **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Transposição do Rio São Francisco; Lula iniciou obra que ficou 170 anos no papel. **Site Lula**, mar. 2017. Disponível em: < <https://lula.com.br/transposicao-do-sao-francisco-lula-iniciou-obra-que-ficou-170-anos-no-papel/>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

Transposição do Rio São Francisco: Atributos e enquadramentos no Portal Correio da Paraíba

Anderson Luan Santana Siqueira

Introdução

Este trabalho analisa aspectos da agenda-setting produzida pelo Portal Correio da Paraíba sobre a Transposição do Rio São Francisco, com vistas a refletir acerca da construção social das notícias a respeito dessa obra hídrica, que vem sendo pensada desde a época do Brasil Império, e executada, em parte, no século XXI. A pensamos enquanto acontecimento jornalístico, analisando sua produção e enquadramentos, observando gêneros jornalísticos predominantes, conflitos, e a clivagem do enfrentamento a estiagem, e, por outro lado, as lutas pelo acesso do direito à água no semiárido brasileiro. As notícias por nós analisadas aqui foram veiculadas entre março de 2017 e novembro de 2018, totalizando 20 matérias jornalísticas.

O Nordeste brasileiro é formado por 9 estados da Federação (Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) e, historicamente, está envolto no debate sobre desenvolvimento a partir da discussão a respeito das questões climáticas, tendo em vista as dificuldades enfrentadas mediante as irregularidades das chuvas, por fenômenos climáticos causados pela insuficiência de precipitação pluviométrica. Características sabidamente conhecidas e sempre veiculadas na imprensa brasileira.

Nessa perspectiva, segundo Sarmiento (2005, p.12), “nos primeiros anos após o desembarque luso constatou-se a seca como fator ambien-

tal característico do Nordeste”. Em meados do século XVI, a temática “seca” já era conhecida entre os moradores de distintas partes do Brasil:

O primeiro registro sobre o fenômeno data de 1552. À época, os jesuítas relataram secas com drástica redução de chuvas desde áreas interioranas adentradas até áreas litorâneas, informação que enfraquece o argumento de que anos secos no fim do século XX relacionam-se a mudanças climáticas globais, dado sua abrangência extrapolar o espaço de maior frequência do fenômeno. (SARMENTO, 2005, p. 12).

Junto ao sol escaldante, a falta de água é uma realidade para muitos nordestinos, prioritariamente, para aqueles que vivem no interior, especialmente nas áreas rurais. De acordo com Gomes (1998, p.62) “a maioria da população rural – especialmente trabalhadores rurais sem-terra, moradores, meeiros, assalariados, pequenos proprietários, rendeiros, enfim, camponeses – constitui, sem sombra de dúvida, o que se convencionou chamar de ‘vítima das secas’”.

A paisagem de carros-pipa transportando água nesses lugares é corriqueira e parece, muitas vezes, distante de mudar no semiárido brasileiro. É a partir da noticiabilidade sobre o Semiárido Brasileiro (onde ocorre a Transposição do São Francisco) que observamos nosso recorte, considerando que a água é um bem imprescindível para a vida e qualquer processo produtivo, vinculado diretamente ao bem-estar humano e ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a escassez da água ainda é uma problemática em curso repleta de desafios.

Desde o Brasil Império, já se buscava soluções para sanar a problemática do estresse hídrico na região, a exemplo de perfuração de poços, construção de açudes etc. Conforme destaca Sarmiento (2018), era de conhecimento do Imperador Dom Pedro I esse cenário, o que o fez, em 1859, apoiar uma Comissão Científica de exploração para que houvesse uma pesquisa mais aprofundada acerca das peculiaridades do Nordeste.

Segundo Sarmiento (2018, p. 40), “entre as intervenções de infraestrutura cabíveis, a Comissão apontou a transposição de águas do Rio

São Francisco para a bacia do Jaguaribe, no Ceará”. A partir daí foi sendo articulado o projeto da obra, que viria a se concretizar muito tempo depois, apenas durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, já em meados do século XXI.

Num texto datado de 1940, denominado “O Rio de São Francisco”, Rocha (1940, p.8,) apresenta a grandiosidade e benesses que obras no entorno do Rio poderiam trazer, afirmando que “já é tempo de surgir no Brasil um novo Sesóstris, que transforme o São Francisco em um manancial de utilidades para o Universo de lado as cogitações de Quéops, absorvido em perpetuar o seu nome através das idades.” O autor ainda, naquele período, enaltecia e projetava um futuro promissor:

1. Tu serás, oh! formoso rio de São Francisco, verdadeiramente o coelo gratissimus animis. Tu terás enfim conhecido e apreciado o Triptólemo que deva aí ensinar a lavrar e embelezar a terra, criar comércio, desterrar a ferocidade e fazer a vida deleitosa e feliz. (ROCHA, 1940, p. 2)

No dia 10 de março de 2017, a cidade de Monteiro, no Cariri Ocidental da Paraíba, foi a que recebia as águas da obra da Transposição no Estado. O município, com 33 mil habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, figurava na lista das cidades em situação de emergência por causa da seca.

No site do Jornal Correio da Paraíba, na mesma data, a reportagem “A pacata cidade de Monteiro vira a terra das águas da Transposição do Rio São Francisco” – primeira da série sobre a inauguração da obra - destacou que “o sentimento geral para os paraibanos que esperam por água é de brilho nos olhos⁴¹” mas, ao mesmo tempo, apresentou, através das falas dos entrevistados, aspectos negativos da obra de infra-estrutura hídrica: “Quando começaram a falar da Transposição, a gente pensava que era um jardim de flor, mas veio o tempo e mostrou

41. <https://correiodaparaiba.com.br/transposicao/a-pacata-cidade-de-monteiro-vira-a-terra-das-aguas-do-sao-francisco/>

que não. Essa obra pode dar prazer pra muita gente, ou até para a gente daqui pra frente, mas até agora só deu prejuízo”, relato de uma agricultora da região.

Este é apenas um exemplo de que a obra, que visa sanar a falta de água de milhões de nordestinos, não é aceita por unanimidade e envolve questões complexas:

As resistências à idéia sempre existiram. Cresceram ou recrudesceram permeadas por legítimas preocupações com o passivo socioambiental acumulado na bacia, mas também – e mais pronunciadamente – em decorrência de distorções intencionalmente moldadas e propaladas para alimentar desconfianças, conferindo à palavra “transposição” conotação mórbida em relação ao rio. (SARMENTO, 2006, p. 18).

A realidade dos beneficiados e prejudicados é apresentada ao longo de tal reportagem. Com base nisso, atesta-se a apresentação de diferentes pontos de vista sobre o assunto. No caso da reportagem que citamos, podemos observar, ainda, a predominância de dados financeiros sobre os Estados da Paraíba e Pernambuco. No tocante às fontes, no que se refere à inclusão dos agricultores entrevistados pela jornalista Renata Fabrício, constatamos visões divergentes, e, nelas, a presença de conflitos de terra na região, e a própria luta dos moradores da cidade de Monteiro pelo acesso mais justo aos recursos hídricos agora disponíveis. Para este trabalho, analisamos um conjunto de vinte matérias jornalísticas, apresentando personagens, relatos e contextos. Do ponto de vista dos gêneros jornalísticos, a predominância é de notícias. Verificamos, também, a presença de uma variedade de fontes de informações relacionadas aos órgãos oficiais (Federais, Estaduais e Municipais), entidades públicas, associações, comunidade local. E permeiam, nas matérias, a tensão se, de fato, a obra expressa uma ação de desenvolvimento sustentável.

I Semiárido e a Transposição do Rio São Francisco

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a área do semiárido equivale a 982 563,3 quilômetros quadrados (11% do total do território brasileiro). O clima seco e a estiagem remetem à desertificação. Levando-se em conta que a dificuldade do cultivo agrário se dá justamente pela falta de chuvas, isso gera dificuldades de sobrevivência daqueles que dependem da agricultura e pecuária. A relação entre seca e fome foi trazida pelo pernambucano Josué de Castro, em 1984, através da obra *Geografia da Fome*. O pesquisador mapeou e dissertou a respeito dos males causados pelo fenômeno das secas no nordeste brasileiro, suas implicações na vida humana, no bem-estar animal e no desenvolvimento social. Ele ressalta que:

Infelizmente, as secas periódicas, desorganizando por completo a economia primária da região, extinguindo as fontes naturais de vida, crescendo as pastagens, dizimando o gado e arrasando as lavouras, reduzem o sertão a uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reservas, morrendo à míngua de água e de alimentos. (CASTRO, 1984, p. 167).

Essa realidade histórica é peculiar e dá ênfase à problemática da convivência dos nordestinos com a seca local, especialmente os sertanejos, que precisam enfrentar o difícil clima da região e a intempestividade cotidiana para sobreviver. Essa realidade foi amplificada com o relato do autor Euclides da Cunha, em sua obra “*Os Sertões*”. Um cenário definido por desigualdades econômicas e sociais que marcam a região e a disputa por um projeto de desenvolvimento sustentável. O fenômeno das secas foi amplamente discutido, de acordo com Gomes (1998, p. 57), como um fenômeno climático e social. Dessa forma, a seca e sua significação:

Não se restringe ao período seco, mas, muito pelo contrário, estende-se a todos os momentos da vida social, econômica, religiosa e cultural do nordestino sertanejo. Se é período, de estio, a sua significação é inquestionável; se é período de chuvas, onde se vive o “inverno” e as plantações se concretizam, é a ausência da seca que lhe dá significado, pois dela o sertanejo não pode esquecer. (GOMES, 1998, p. 57).

Para Sarmiento (2018, p. 30), a nação brasileira tem uma dívida histórica com o Nordeste “por permitir que a bem-conhecida carência regional de água e o uso político moralmente inqualificável dessa característica natural deixasse suas digitais nas realidades socioeconômica e ambiental”. O pesquisador elucida, tanto pelas suas pesquisas quanto pelo seu trabalho à frente de grandes obras hídricas, a necessidade de sanar essa questão, tendo em vista que, há muito tempo, existem meios de amenizar os efeitos causados pela seca.

A transposição do Rio São Francisco foi considerada por gestores públicos como uma saída para sanar a escassez de água no Semiárido do Brasil. Mas tal ideia teve início muito tempo atrás, quando, em meados do século XIX, uma seca devastadora impulsionou os primeiros passos do projeto com base nos dois anos de estiagem que o Nordeste enfrentou, entre 1844 e 1845, incentivando o intendente da comarca do Crato, no Ceará, Marcos Antônio de Macedo, a propor uma obra para trazer água do São Francisco para o seu Estado.

A Transposição é coordenada pelo Governo Federal, tendo a supervisão do Ministério da Integração Nacional, cujo espectro de ação envolve a construção de mais de 700 quilômetros de canais visando a disponibilização das águas do Rio São Francisco, a partir de dois eixos (Norte e Leste), chegando aos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

De acordo com Sarmiento (2006, p.17), é no contexto do previsível desabastecimento dos centros urbanos que a integração do Rio São Francisco com o Nordeste setentrional se insere e se justifica de maneira incontestável:

Sem transcender sua função instrumental como ação de infra-estrutura, a integração, na atual concepção, constitui-se eixo estruturante para o desenvolvimento socioeconômico, na medida em que possibilita água não só para atender a demandas humanas nos centros urbanos, mas também demandas associadas a setores usuários de substancial influência nas condições socioeconômicas da região receptora, como agricultura. Isso sem comprometer em nada o suprimento hídrico da bacia do São Francisco, visto que o acionamento do sistema de integração para transferência de água com fins econômicos dar-se-á somente nos anos em que ocorrer cheia no São Francisco e seca no semiárido setentrional. (SARMENTO, 2006, p. 17).

Até o início do século XXI, existiam 162 transposições de águas construídas em todos os continentes. Tais obras são adotadas em todo o planeta para sanar a desertificação de regiões secas e transformam a realidade das comunidades beneficiadas.

Cobertura da Transposição do Rio São Francisco no site Correio da Paraíba

O Jornal Correio da Paraíba encerrou suas atividades no ano de 2020, entretanto, durante o período dessa pesquisa, o Sistema Correio da Paraíba manteve o jornal impresso, bem como sua disponibilização digital vinculada ao site Correio da Paraíba (Portal de Notícias). O Portal divulga o conteúdo produzido pelo Sistema Correio de Comunicação, que foi fundado em 5 de agosto de 1953. Para essa pesquisa, analisamos vinte matérias jornalísticas veiculadas no jornal impresso no período de março de 2017 a novembro de 2018 e disponibilizadas digitalmente no Portal.

Constatamos que, no tocante ao uso de fotografias, as matérias analisadas mantinham espaço para o fotojornalismo, bem como para uso de ilustrações, apenas duas destas agregavam conteúdo material audiovisual (vídeo). O dado chama atenção devido ao conteúdo ser

reproduzido numa plataforma multimídia e tais recursos não serem muito explorados, o que permitiria a utilização de camadas narrativas diversas e dinâmicas, que chamariam mais atenção do internauta.

Destas vinte matérias, cinco tiveram uma clivagem mais centrada nas questões econômicas, enquanto quinze trouxeram o foco mais das questões socioambientais. Observamos a ausência de infográficos que poderiam facilitar o entendimento quanto aos números. Em relação aos gêneros jornalísticos, salientamos a presença de 10 notícias, 9 reportagens e 1 editorial. A escolha pela utilização de reportagens, para maior aprofundamento da situação e apresentação do cenário ao público, foi positiva por trazer mais angulações e melhor tratamento das informações. No tocante à distribuição das matérias nas editorias, elas aparecem assim distribuídas: 11 em Cidades; 3 em Política e 6 em Geral. Não havia seção especial ou algum suplemento para tratar do tema da Transposição, o que poderia facilitar o acompanhamento contínuo dos leitores e internautas acerca da temática. Devido ao caráter regional do site, o conteúdo produzido tratou do Estado da Paraíba nas 20 matérias analisadas, sendo que nove dessas também citavam Pernambuco, duas, Rio Grande do Norte e mais duas o Ceará.

Observamos um processo de estereotipia forte, já a partir dos títulos. Cinco dessas matérias jornalísticas apresentavam uma visão preconceituosa. Nove matérias apontavam para uma visão mais afirmativa e seis mais negativas do processo. Estas realizando críticas aos momentos de paralisação da obra. Observamos, ainda, uma ausência de fontes vindas de movimentos sociais, coletivos e associações. Essas representações não constam em nenhuma das matérias analisadas, o que nos chamou atenção visto que essa obra envolve diferentes setores sociais.

Em relação à presença das fontes, também constatamos que a equidade de gênero não se fez presente, visto que apenas seis das personagens entrevistadas eram mulheres, entre agricultoras e representante do Ministério Público. Duas décadas atrás, Alfredo Macedo Gomes

entrevistou sertanejos que moravam em áreas rurais para dar origem à obra *Imaginário Social da Seca* e, dentre as pessoas que aceitaram participar da pesquisa, apenas 12% eram mulheres. O pesquisador, na época, afirmou que:

Ao chegarmos na casa das pessoas nos deparamos com a negativa por parte das mulheres em serem entrevistadas, recorrendo a decisão de mandar chamar o “homem da casa”. Apesar de nossas considerações, não fomos convincentes o suficiente para que elas se deixassem entrevistar. Disso decorre a presença ainda marcante do “chefe de família” masculino e de características patriarcais na condução da vida familiar. (GOMES, 1998, p. 15).

Vale salientar que não se sabe ao certo o motivo da ausência feminina como fontes nas matérias analisadas. Mas é fato que a presença delas enquanto fonte de informação não é igualitária. As matérias jornalísticas também apontam as tensões relacionadas aos conflitos, pois foi uma categoria que decidimos observar, e, nesse aspecto, elas apontam para: conflitos de gestão (3) ambientais (2); conflitos no tocante à água (2), financiamento (1), político (1), terra (1). Estes expressam desvios das águas, trechos da Transposição danificados, agricultores prejudicados por terem vendido suas terras para viabilizar as obras, impasse para decisão de administração das águas e cobranças por parte do Ministério Público quanto à bancada paraibana na Câmara Federal para manutenção da obra, sendo esses alguns dos fatores que motivaram os conflitos identificados. O jornalismo atuou, também, na crítica à paralisação das obras e má administração.

Considerações finais

Apesar de considerar que as matérias veiculadas no site do *Jornal Correio da Paraíba* sejam multimídia, segundo Salaverria (2014, p. 28), que destaca que todos os conteúdos que contam com pelo menos

dois tipos de linguagem (foto e texto, por exemplo) associados entre si são, por natureza, multimídia; é preciso chamar atenção para a possibilidade de outros recursos que poderiam ter feito parte do conteúdo noticioso, como infográficos, vídeos, slideshows etc.

Para Longhi (2015), produtos multimidiáticos webjornalísticos envolvendo slideshows, especiais multimídia e infografia online se renovaram a partir do início da segunda década dos anos 2000 e cativam os internautas, atraindo mais público para a plataforma.

Em se tratando dos gêneros predominantes nas matérias analisadas, notícia e reportagem, pode-se afirmar que a reportagem foi utilizada para descrever esse acontecimento de interesse social do grande público de maneira mais complexa quanto à importância do fato, conforme objetivo dos jornalistas que cobriram a Transposição para o site do Jornal Correio da Paraíba:

Seja no jornal nosso de cada dia, na imprensa não cotidiana ou na televisão, ela se afirma como o lugar por excelência da narração jornalística. E é a justo título, uma narrativa – com personagens, ação dramática e descrições de ambiente – separada entretanto da literatura por seu compromisso com a objetividade informativa. Este laço obrigatório com a informação objetiva em dizer que, qualquer que seja a reportagem (interpretativa, especial, etc.), impõe-se ao redator o “estilo direto puro”, isto é, a narração sem comentários, sem subjetivações. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 9).

No que se refere à cobertura, o conteúdo não se deteve a abranger mais os Estados contemplados com as obras da Transposição, fato que pode estar relacionado aos critérios de noticiabilidade como proximidade, identificação social, situação comum no jornalismo e, ao mesmo tempo, benéfica para o público local, que assim se viu mais representado.

Destaca-se que o acompanhamento feito pela equipe de jornalismo do conteúdo analisado pôde apresentar ao público, desde a inauguração do trecho em Monteiro, passando pelos percalços das paralisa-

ções, danificações e reparos da obra, benefícios à população e informou, também, questões relativas ao trabalho da Agência Nacional das Águas, Agência Executiva de Gestão das Águas, Ministério da Integração Nacional, prefeituras, políticos e outros órgãos públicos em prol da solução deste problema histórico na região.

Por fim, diante da continuidade das obras da Transposição nas próximas etapas nos Estados vizinhos, é preciso destacar um acompanhamento necessário e permanente da imprensa, de pesquisadores e da população beneficiada, tendo em vista a complexidade que é a execução de uma obra desse porte e as tensões que traz enquanto acontecimento histórico e midiático.

Referências

BANDEIRA, Wênia. Chuvas e transposição fizeram Boqueirão atingir 1/5 de sua capacidade de estocagem. Correio da Paraíba, João Pessoa, 17 abr. 2018. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/cidades/agua/chuvas-e-transposicao-fizeram-boqueirao-atingir-1-5-de-sua-capacidade-de-estocagem/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

BANDEIRA, Wênia. Eixo-norte da transposição completa seis anos de atraso. Correio da Paraíba, João Pessoa, 14 set. 2018. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/cidades/agua/eixo-norte-da-transposicao-completa-seis-anos-de-atraso/>>. Acesso em: 18 out. 2018.

BANDEIRA, Wênia. Boqueirão está há 3 meses sem águas da transposição. Correio da Paraíba, João Pessoa, 28 jun. 2018. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/cidades/agua/boqueirao-esta-ha-3-meses-sem-aguas-da-transposicao/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome: o dilema brasileiro (pão ou aço). Disponível em: <<http://obha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/12/geografia-da-fome-josue-decastro.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

CORREIO DA PARAÍBA. Aesa acompanha abertura de comporta e monitora águas do Rio São Francisco na Paraíba. Correio da Paraíba, João Pessoa,

10 mar. 2017. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/politica/transposicao-politica/aesa-acompanha-abertura-de-comporta-e-monitora-aguas-do-sao-francisco/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CORREIO DA PARAÍBA. Wikipédia, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_da_Para%C3%ADba>. Acesso em: 03 fev. 2019.

CORREIO DA PARAÍBA. Água desviada do São Francisco na PB é mais da metade da usada por 20 cidades. Correio da Paraíba, João Pessoa, 07 ago. 2017. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/cidades/agua/agua-desviada-do-sao-francisco-na-pb-e-mais-da-metade-da-usada-por-20-cidades/>>. Acesso em: 06 out. 2018.

CORREIO DA PARAÍBA. Canal da transposição do São Francisco rompe. Correio da Paraíba, João Pessoa, 11 jun. 2017. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/cidades/canal-da-transposicao-do-sao-francisco-rompe-em-pernambuco/>>. Acesso em: 06 out. 2018.

CORREIO DA PARAÍBA. MPF realiza reunião com deputados e senadores para tratar da transposição. Correio da Paraíba, João Pessoa, 15 jan. 2018. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/geral/mpf-realiza-reuniao-com-deputados-e-senadores-para-tratar-da-transposicao/>>. Acesso em: 08 out. 2018.

CORREIO DA PARAÍBA. Transposição inacabada ameaça chegada das águas do São Francisco ao Boqueirão. Correio da Paraíba, João Pessoa, 31 mar. 2017. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/cidades/agua/transposicao-inacabada-ameaca-chegada-das-aguas-ao-boqueirao/>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

CUNHA, Euclides. Os sertões. Disponível em: <<http://www.culturatura.com.br/obras/Os%20Sert%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FABRÍCIO, Renata. A espera da tão sonhada água do Rio São Francisco agora é realidade. Correio da Paraíba, João Pessoa, 10 mar. 2017. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/politica/transposicao-politica/a-espera-da-tao-sonhada-agua-do-rio-sao-francisco-agora-e-realidade/>>. Acesso em: 28 ago. 2018

FABRÍCIO, Renata. A pacata cidade de Monteiro vira a terra das águas da

transposição do Rio São Francisco. Correio da Paraíba, João Pessoa, 10 mar. 2017. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/transposicao/a-pa-cata-cidade-de-monteiro-vira-a-terra-das-aguas-do-sao-francisco/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

FABRÍCIO, Renata. Esperança: águas da transposição do Rio São Francisco estão a 3 km do açude Epitácio Pessoa. Correio da Paraíba, João Pessoa, 18 abr. 2017. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/cidades/agua/aguas-da-transposicao-estao-a-3-km-de-boqueirao>>. Acesso em: 04 set. 2018.

FABRÍCIO, Renata. Moradores de Amparo sonham com a chegada das águas da transposição do Rio São Francisco. Correio da Paraíba, João Pessoa, 10 mar. 2017. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/geral/moradores-de-amparo-sonham-com-a-chegada-das-aguas-do-rio-sao-francisco/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

FABRÍCIO, Renata; GEMINIANO, Ainoã. MPF recomenda ao Ibama a não conceder licença para o eixo leste da transposição. Correio da Paraíba, João Pessoa, 12 dez. 2017. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/transposicao/mpf-recomenda-o-ibama-a-nao-conceder-licenca-para-o-eixo-leste-da-transposicao/>>. Acesso em: 08 out. 2018.

FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA. Conselho Mundial da Água, Brasília, 2018. <http://8.worldwaterforum.org/pt-br>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

GEMINIANO, Ainoã. Boqueirão em obras para as águas do São Francisco. Correio da Paraíba, João Pessoa, 07 abr. 2017. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/cidades/agua/boqueirao-em-obras-para-as-aguas-do-sao-francisco/>>. Acesso em: 04 set. 2018.

GOMES, Alfredo Macedo. Imaginário Social da Seca, suas implicações para a mudança social. Recife: Editora Massangana, 1998.

KITO, Alexandre. MPF cobra atuação da bancada paraibana para transposição. Correio da Paraíba, João Pessoa, 20 jan. 2018. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/cidades/agua/mpf-cobra-atuacao-da-bancada-paraibana-para-transposicao/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989. Brasília, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7827.htm>. Acesso em

15 abr. 2019.

LEI Nº 13.568, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13568.htm>. Acesso em 15 abr. 2019.

LONGHI, Raquel Ritter. Narrativas webjornalísticas como elemento de inovação: casos Al Jazeera, Folha de São Paulo, The Gardian e The Washington Post. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v.40, p. 21-40, 2017.

_____. Infografia online: narrativa intermídia. In: Estudos em Jornalismo e Mídia. Ano VI, n. 1.

jan./jun. 2009. p. 187-196. Disponível em: <http://migre.me/pBnu7>. Acesso em: 12 abr. de 2019.

MEIRELES, Lucilene. Ana e Aesa definem regras para uso de águas da transposição. Correio da Paraíba, João Pessoa, 14 nov. 2018. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/cidades/agua/ana-e-aesa-definem-regras-para-uso-de-aguas-da-transposicao/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

MONTE, Rammon. Com águas do São Francisco, Cagepa aumenta vazão em CG. Correio da Paraíba, João Pessoa, 09 maio 2017. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/cidades/agua/com-aguas-do-sao-francisco-cagepa-aumenta-vazao-em-cg>>. Acesso em: 05 set. 2018.

SANTOS, Adelson Barbosa. Roberto Cavalcanti defendeu a transposição do Rio São Francisco. Correio da Paraíba, João Pessoa, 10 mar. 2017. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/politica/transposicao-politica/roberto-cavalcanti-defendeu-a-transposicao-do-rio-sao-francisco/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

ROCHA, Geraldo. O Rio de São Francisco: fator precípua da existência do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/218/o-rio-de-sao-francisco-fator-precipuo-da-existencia-do-brasil>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SALAVERRÍA, Ramon. Multimedialidade: informar para cinco sentidos. In Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: Livros LabCom, 2014, 196p.

SARMENTO, Francisco Jácome. A Integração do São Francisco: verdade e

mito. In: Revista USP, n.70, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13528/15346/>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SARMENTO, Francisco Jácome. Transposição do Rio São Francisco, os bastidores da maior obra hídrica da América Latina. São Paulo: Chiado Books, 2018.

SARMENTO, Francisco Jácome. Transposição do Rio São Francisco, realidade e obra a construir. Brasília: Gráfica Edicel, 2005.

SEMIÁRIDO BRASILEIRO. Wikipédia, Brasil, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Semi%C3%A1rido_brasileiro>. Acesso em: 19 fev. 2019.

SEMIÁRIDO BRASILEIRO. IBGE, Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 15 abr 2019.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

TORRES NETO, Antônio Pinheiro. Os valores-notícia: a seca do Nordeste no jornalismo nacional e regional. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17326>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

VARELA NETO, Francisco. Águas do Rio São Francisco devem chegar ao açude de Boquirão até o dia 25 de abril. Correio da Paraíba, João Pessoa, 30 mar. 2017. Disponível em <<https://correiodaparaiba.com.br/cidades/agua/aguas-do-velho-chico-devem-chegar-ao-boqueirao-ate-o-dia-25-de-abril/>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

VARELA NETO, Francisco. Energia solar ou eólica para sustentar a transposição do Rio São Francisco. Correio da Paraíba, João Pessoa, 18 mar. 2017. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/transposicao/energia-sola-ou-eolica-para-sustentar-a-transposicao/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Sobre os autores e autoras

Anderson Santana

Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba. Ex-embaixador do Portal Imprensa, membro do capítulo Brasil da Internet Society, integrante do Objor Semiárido. Ex-conselheiro: Youth Observatory (2015-2016).

Alisson Callado

Doutorando em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9071636741841391>. E-mail: alisson_gc@hotmail.com.

Carlos Alberto Farias de Azevêdo Filho

Professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Teoria e Ética do Jornalismo e Teorias da Comunicação. Orienta e realiza pesquisa nas seguintes áreas: jornalismo, teoria da comunicação; literatura brasileira. É autor dos seguintes livros: João Antônio, repórter de Realidade (Idéia, 2002), A voz da infância e outras vozes (UEPB/Lattus, 2010) e Hibridismo e ruptura de gêneros em João Antônio (Editora da UFPB, 2012).

Catarina de Angola

Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (2018) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (Posmex/UFRPE), com pesquisa na linha de pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação. Jornalista, graduada pela Universidade Católica de Pernambuco (2008), atualmente estudante do MBA Digital Strategy também pela UNICAP (2019). Fundadora e diretora executiva da agência Angola Comunicação.

Marcelo Gomes Vieira

Graduando em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba. Membro Objor Semiárido - Grupo de Pesquisa em Jornalismo, Gênero e Educomunicação onde desenvolve pesquisas nas seguintes áreas: agendamento midiático; comunicação e saúde; jornalismo e semiárido. Email: marcelo.vieira329@gmail.com

Maria Salett Tauk Santos

Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Docente do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – Posmex/UFRPE (2004-2019) e do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social (PGDCS-UFRPE). Integrou o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação à Distância – UFRPE (2010-2013). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Comunicação, Consumo, Tecnologia e Culturas Populares. Membro da equipe de Coordenação do Observatório de Extensão Rural – OBSERVATER, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Teoria da Comunicação, Comunicação e Culturas Populares Contemporâneas, Comunicação para o Desenvolvimento, Comunicação e Consumo, Comunicação e Tecnologia, Planejamento Estratégico da Comunicação nas Organizações e Extensão Rural. Atuando principalmente nos seguintes temas: estratégias de comunicação, comunicação e culturas populares, estudos de recepção, jornalismo, rádio, tecnologias da informação, estudos de redes, cibercultura, inclusão digital; políticas e estratégias de comunicação, planejamento e gestão da comunicação para o desenvolvimento local; convergência de mídias e economia criativa.

Maryellen Bãdãrãu

Mestra em Comunicação e Culturas Midiáticas (Programa de Pós-graduação em Comunicação PPGC-UFPB). Participou das obras *Magistrados & Arte Musical: Perfis (2018-2019)*, *Comunicação, Mídia e Imaginário: Diálogos Contemporâneos (2017)* e *Jornalismo em Ambientes Multiplataforma (2016)*. Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (2016), é integrante do Grupo de Pesquisa em Jornalismo, Gênero e Educomunicação, que está inserido no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (2016-2020). Áreas de atuação: Comunicação, Jornalismo, Mídia e Cotidiano e Imprensa Feminina. E-mail: maryellen_ingrid@hotmail.com

Maria Tatiana Lima Costa

Jornalista. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas da Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB). E-mail: tatiianalima2@gmail.com

Paulo Ricardo Ferreira Floro Costa

Mestre em comunicação e culturas midiáticas pela Universidade Federal da Paraíba. Professor-assistente do curso de comunicação social da Universidade Maurício de Nassau (Recife). Editor da revista online *O Grito!* e da revista especializada em quadrinhos *Plaf*.

Raquel da Silva Santos

Jornalista, educadora popular e mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB).

Sandra Raquew dos Santos Azevêdo

Atua no Departamento de Jornalismo da UFPB. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2009). Graduada em Jor-

nalismo pela Universidade Federal da Paraíba (1997). Especialista e Mestre em Educação (UFPB, 2004). Autora dos livros Perfis em Jornalismo Cultural (2014, Editora Ideia); Mulheres em Pauta: gênero e violência na agenda midiática (2011); Cartografias: escritos sobre mídia, cultura e sociedade (2008) e Gênero, Rádio e Educomunicação: caminhos entrelaçados (2005), publicados pela Editora da UFPB. Integra os grupos de pesquisa sobre Comunicação Comunitária e Mídia Local (UMESP) e Coordena o Grupo de Pesquisa em Jornalismo, Gênero e Educomunicação (Objor-Semiárido). Email: criticadasmidias@gmail.com

